



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 027 – QUARTA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO E DA MINORIA - 22 (PT -13, PSB - 3, PTB - 3, PL 3) LÍDER Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes Roberto Saturnino PT Ana Júlia Carepa PT Flávio Arns PT LÍDER - PL - 3 Magno Malta Vice-Líder Aelton Freitas LÍDER PSB - 3 João Capiberibe Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Junior LÍDER PTB - 3 Fernando Bezera LIDERANÇA DO PMDB - 23 LÍDER Renan Calheiros	Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL 17, PSDB - 11 LÍDER Efraim Morais PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolfo Tourinho – PFL LÍDER - PFL José Agripino Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Borges João Ribeiro LÍDER - PSDB Arthur Virgílio PSDB-AM	Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias LIDERANÇA DO PDT - 5 LÍDER Jefferson Péres PDT Vice-Líder Almeida Lima LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti PPS LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvati - PT
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 143, de 11 de dezembro de 2003**, que “extingue o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação – CFGE, altera dispositivos da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e dá outras providências”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 7 de março de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 02 de março de 2004.

Senador **José Sarney**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 144, de 11 de dezembro de 2003**, que “*dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 7 de março de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 02 de março de 2004.

Senador José Sarney
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 145, de 11 de dezembro de 2003**, que “*autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética - EPE e dá outras providências*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 7 de março de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 02 de março de 2004.

Senador **José Sarney**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 146, de 11 de dezembro de 2003**, que “*dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social, e dá outras providências*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de março de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 02 de março de 2004.

Senador **José Sarney**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 7ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 2 DE MARÇO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2004, de autoria do Senador Gerson Camata, que altera o art. 233 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para permitir a interceptação de correspondência de presos condenados ou provisórios para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal.....

05477

25481

1.2.2 – Ofícios

Nº 42 e 43/2004, de 1º do corrente, respectivamente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membro para compor às Comissões Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e de Serviços de Infra-Estrutura. Designação do Senador Paulo Elifas, como titular, para compor as referidas Comissões.

05479

25482

Nº 45 a 47/2004, de 1º do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membros para comporem a Comissão Mista destinadas a apreciarem as Medidas Provisórias nº 169, 166 e 167, de 2004, respectivamente.....

05479

05486

Nº 139/2004, de 2 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 168, de 2004.....

05480

05489

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 186, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.....

05480

05492

Nº 187, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a cientista brasileira Lúcia Mendonça Previato, uma das cinco vencedoras do Prêmio Unesco/L'Oréal para Mulheres na Ciência, de 2004.....

05481

05495

Nº 188, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao físico brasileiro Paulo Artaxo, coordenador do instituto do Milênio – USP, pela descoberta, em conjunto com cientistas da Universidade de São Paulo e da Europa, do Chamado Elo Perdido, do clima da Amazônia.

05481

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR ALMEIDA LIMA – Comentários ao relatório da Polícia Federal, de 30 de julho de 2003, a respeito do envolvimento do ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República, Waldomiro Diniz, na “máfia da jogatina”

05482

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Comentários ao discurso do Senador Almeida Lima.....

05486

SENADOR RENAN CALHEIROS, como Líder – Comentários ao discurso do Senador Almeida Lima.

05489

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE, como Líder – Comentários ao discurso do Senador Almeida Lima.

05492

SENADORA IDELI SALVATTI – Desserviço ao país o teor das denúncias infundadas feitas pelo Senador Almeida Lima contra o governo federal.

05493

SENADOR JEFFERSON PÉRES, como Líder – Comentários ao artigo escrito em 2000 pelo então presidente do Partido dos Trabalhadores, José Dirceu, hoje ministro-chefe da Casa Civil, em que defende a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a denúncia contra o então ministro-chefe da Casa Civil, Eduardo Jorge.....

05495

SENADOR FERNANDO BEZERRA, como Líder – Repúdio ao pronunciamento do Senador Almeida Lima.

05496

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Defesa da CPI do caso Waldomiro Diniz, concitando o licenciamento do Sr. José Dirceu do cargo de ministro chefe da Casa Civil.

05497

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Cobrança de ética na discussão da agenda positiva.	05498
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Críticas as acusações levianas feitas pelo Senador Almeida Lima em seu pronunciamento.	05499
1.2.5 – Avisos de Ministros de Estado	
Nº 20/2004, de 13 de fevereiro passado, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.149, de 2003, do Senador Marcelo Crivella.	05501
Nº 21/2004, de 13 de fevereiro passado, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.023, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.	05501
Nº 22/2004, de 13 de fevereiro passado, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.052, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.	05501
Nº 23/2004, de 13 de fevereiro passado, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.081, de 2003, do Senador José Jorge.	05501
Nº 146/2004, de 13 de fevereiro passado, do Ministro da Saúde, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.159, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.	05501
Nº 147/2004, de 13 de fevereiro passado, do Ministro da Saúde, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.142, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.	05501
Nº 148/2004, de 13 de fevereiro passado, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.161, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.	05501
Nº 149/2004, de 13 de fevereiro passado, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, comunicando que as informações em resposta ao Requerimento nº 1.120, de 2003, do Senador José Agripino, estão em fase de revisão, devendo ser enviadas a esta Casa oportunamente.	05501
Nº 150/2004, de 13 de fevereiro passado, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.111, de 2003, do Senador José Agripino.	05501
1.2.6 – Leitura de requerimento	
Nº 189, de 2004, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando inserção em ata votos de pesar pelo falecimento da Dra. Herzeleide Maria Fernandes de Oliveira, ocorrido no último dia 26 de fevereiro.	05501

1.2.7 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2004, de autoria do Senador Luiz Otávio, que revoga a alínea h do inciso I do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e a alínea h do inciso I do art. 11 da Lei nº 8.213, da mesma data, acrescentadas pela Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997.

05501

Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2004, de autoria do Senador Duciomar Costa, que disciplina o envio de mensagens eletrônicas comerciais.

05503

1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 190, de 2004, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senador nº 69, de 2002, com os Projetos de Lei do Senado nºs 467 e 497, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria.

05506

Nº 191, de 2004, de autoria do Senador João Alberto Sousa, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2003, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2003, do Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2003 e o Projeto de Lei da Câmara Nº 76, de 2000, por versarem sobre a mesma matéria.

05506

Nº 192, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao cineasta Fernando Meirelles, diretor do filme Cidade de Deus, que concorreu ao Prêmio “Oscar”, em Hollywood, com quatro indicações.

05506

1.3 – ORDEM DO DIA**Item 1**

Medida Provisória nº 141, de 2003, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

05507

Apreciação sobrestada.

Item 2

Medida Provisória nº 142, de 2003, que dispõe sobre os créditos do Banco Central do Brasil contra instituição financeira credenciada a operar no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos – CCR, e dá outras providências.

05507

Apreciação sobrestada.

Item 3

Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

05507

Item 4

Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2004, que autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e dá outras providências.

Apreciação sobreposta. 05507

Item 5

Projeto de Resolução nº 68, de 2003, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de cem milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Reabilitação da Área Central do Município de São Paulo – Procentro. **Apreciação sobreposta.** 05507

Item 6

Requerimento nº 140, de 2004, do Senador Osmar Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação. **Apreciação sobreposta.** 05507

1.3.1 – Ofício do Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Nº 210/2004, de 2 do corrente, comunicando manifestação daquela Corte a respeito da criação do controle externo do Judiciário, da súmula vinculante e do precatório. 05508

1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Calamidade pública nos municípios de Simon Dias e Itapuranga, no Estado de Sergipe, em decorrência das fortes chuvas que atingem o País. 05508

SENADOR PAPALÉO PAES – Votos de pesar pelo falecimento da Sra. Raimunda Cezarina Rodrigues de La-Roque e do artista plástico Raimundo de Almeida 05510

1.3.3 – Leitura de requerimentos

Nº 193, de 2004, de autoria do Senadores José Sarney e Papaléo Paes, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Raimunda Cezarina Rodrigues de La-Roque, ocorrido em 25-2-2004. 05512

Nº 194, de 2004, de autoria dos Senadores José Sarney e Papaléo Paes, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Artista Plástico Raimundo Braga de Almeida, ocorrido em 1º-3-2004. 05512

Nº 195, de 2004, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando voto de Congratulações a empresa Moraes S/A Indústria e Comércio, pela passagem dos seus 100 anos de atividade industrial, comércio e extração de cera de carnaúba no Estado do Piauí. 05512

1.3.4 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR EFRAIM MORAIS, como Líder – Reitera a necessidade da instalação da CPI do caso Waldomiro Diniz. 05512

SENADOR TASSO JEREISSATI, como Líder – Comentários ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante. Análise dos reflexos das elevadas taxas de juros para o país. 05515

SENADOR DEMÓSTENES TORRES, como Líder – Críticas a resistência do governo para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada à apuração de fatos envolvendo o ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República, Waldomiro Diniz. 05519

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Agenda positiva para o Senado Federal. 05524

SENADOR ALVARO DIAS – Comentários ao pronunciamento do Senador Almeida Lima. 05527

SENADOR LEONEL PAVAN – Alerta sobre as invasões e os conflitos entre as aldeias indígenas e os colonos de Santa Catarina. 05529

1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Satisfação com o cancelamento, no Japão, do registro do Cupuaçu como marca de uma empresa multinacional. 05532

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Negativa da justiça japonesa ao pedido de patente do cupuaçu formulado pela empresa Ashai Foods. 05533

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Transcurso do Dia do Idoso ocorrido em 27 de fevereiro último. 05536

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários às matérias: “Drama jovem” e “Programa ainda está engatinhando”, publicadas nos jornais **O Globo** e **O Estado de S. Paulo**, respectivamente, edições do dia 2 do corrente. 05539

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Comentários ao artigo “Mais à direita”, do jornalista Otavio Frias Filho, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 26 de fevereiro último. 05540

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Comentários à matéria “Planalto teme efeito cascata e promete troca a Serra”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 17 de fevereiro último. 05541

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários à matéria “PMDB reclama do vacilo petista”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 18 de fevereiro último. 05542

1.3.6 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária a realizar-se ama-

nhã, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.	05545
1.4 – ENCERRAMENTO	
2 – RETIFICAÇÕES	
Ata da 17ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 10 de fevereiro de 2004 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subseqüente.	05547
Ata da 19ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 12 de fevereiro de 2004 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subseqüente.	05548
3 – PORTARIAS	
Nº 20, de 2004 (Repúblicação)	05549
Nºs 38 a 40, de 2004.	05550
4 – ATO DO DIRETOR-GERAL	
Nº 301, de 2004.	05552
SENADO FEDERAL	
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA	

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 7ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 2 de março de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Flávio Arns

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENAORES:

Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcidio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azevedo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Moraes – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ide- li Salvatti – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – João Tenório – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Elifas – Paulo Octávio – Pau- lo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romeu Tuma – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Projeto de Lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 2004

Altera o art. 233 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para permitir a interceptação de correspondência de presos condenados ou provisórios para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 233 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passam a vigor com a seguinte redação:

“Art. 233.
§ 1º
§ 2º A correspondência de presos condenados ou provisórios poderá ser interceptada para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os direitos individuais esculpidos no inciso XII do art. 5º da Constituição Federal não são absolutos, conforme entendimento majoritário na doutrina penal. Segundo ensinamentos de Ada Pellegrini Grinover **et al.**:

É que os direitos do homem, segundo a moderna doutrina constitucional, não podem ser entendidos em sentido absoluto, em face da natural restrição resultante do princípio da convivência das liberdades, pelo que não se permite que qualquer delas seja exercida de modo danoso à ordem pública e às liberdade alheias. As grandes linhas evolutivas dos direitos fundamentais, após o liberalismo, acentuaram a

transformação dos direitos individuais em direitos do homem inserido na sociedade" (**As Nulidades do Processo Penal**, 2001, p. 129) [g.n.].

O dispositivo constitucional que positiva o direito do indivíduo de não ter a sua correspondência violada tem por objetivo proteger a pessoa de bem, o cidadão comum. Não é destinatário da norma, conforme ensinamentos do jurista Marco Antônio de Barros (A Busca da Verdade no Processo Penal, 2002, p. 226), quem tenha cometido, concorrido ou seja suspeito de haver cometido ou concorrido para o cometimento de um crime. Nenhuma lógica seria capaz de explicar o argumento de que a inviolabilidade impede a legítima repressão estatal, entendimento que tomaria o Estado refém do indivíduo – o que, claramente, não foi o objetivo erigido pelas revoluções liberais. Já há, inclusive, decisão do Supremo Tribunal Federal nesse sentido:

(...) A administração penitenciária, com fundamento em razões de segurança pública, de disciplina prisional ou de preservação da ordem jurídica, pode, sempre excepcionalmente, e desde que respeitada a norma inscrita no art. 41, parágrafo único, da Lei n. 7.210/84, proceder a interceptação da correspondência remetida pelos sentenciados, eis que **a cláusula tutelar da inviolabilidade do sigilo epistolar não pode constituir instrumento de salvaguarda de práticas ilícitas** (...) (HC 70814 / SP – SAO PAULO, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJ 24-6-1994).

A Polícia Federal já se utiliza da interceptação de correspondência para combater crimes graves, como os de lavagem de dinheiro, apesar de ainda haver resistências por parte de certos magistrados, que ainda concedem remédios constitucionais em favor de criminosos.

O presente projeto de lei vem, portanto, para harmonizar o art. 233 do Código de Processo Penal com o art. 41, parágrafo único, da Lei de Execução Penal, com o fim de pacificar o entendimento jurisprudencial sobre a matéria. O presente projeto constitui valioso instrumento da sociedade para o combate ao crime comandado a partir dos presídios ou que envolva a participação, a qualquer título, de presidiários, modus operandi típico da criminalidade organizada.

Sala das Sessões, 2 de março de 2004. – Senador **Gerson Camata**.

LEGISLACÃO CITADA

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Art. 231. Salvo os casos expressos em lei, as partes poderão apresentar documentos em qualquer fase do processo.

Art. 232. Consideram-se documentos quaisquer escritos, instrumentos ou papéis, públicos ou particulares.

Parágrafo único. À fotografia do documento, devidamente autenticada, se dará o mesmo valor do original.

Art. 233. As cartas particulares, interceptadas ou obtidas por meios criminosos, não serão admitidas em juízo.

Parágrafo único. As cartas poderão ser exibidas em juízo pelo respectivo destinatário, para a defesa de seu direito, ainda que não haja consentimento do signatário.

Art. 234. Se o juiz tiver notícia da existência de documento relativo a ponto relevante da acusação ou da defesa, providenciará, independentemente de requerimento de qualquer das partes, para sua juntada aos autos, se possível.

Art. 235. A letra e firma dos documentos particulares serão submetidas a exame pericial, quando contestada a sua autenticidade.

Art. 236. Os documentos em língua estrangeira, sem prejuízo de sua juntada imediata, serão, se necessário, traduzidos por tradutor público, ou, na falta, por pessoa idônea nomeada pela autoridade.

Art. 237. As públicas-formas só terão valor quando conferidas com o original, em presença da autoridade.

Art. 238. Os documentos originais, juntos a processo findo, quando não exista motivo relevante que justifique a sua conservação nos autos, poderão, mediante requerimento, e ouvido o Ministério Públíco, ser entregues à parte que os produziu, ficando trasladado nos autos.

LEI 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.

Art. 40. Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios.

Art. 41. Constituem direitos do preso:

I – alimentação suficiente e vestuário;

II – atribuição de trabalho e sua remuneração;

III – Previdência Social;

IV – constituição de pecúlio;

V – proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;

VI – exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;

VII – assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;

VIII – proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;

IX – entrevista pessoal e reservada com o advogado;

X – visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;

XI – chamamento nominal;

XII – igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;

XIII – audiência especial com o diretor do estabelecimento;

XIV – representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;

XV – contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.

XVI – atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente. (Incluído pela Lei nº 10.713, de 13.8.2003)

Parágrafo único. Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento.

.....
(À Comissão de Constituição, justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

OF. GLPMDB Nº 042/2004

Brasília, 1º de março de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Paulo Elifas, como membro titular, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Amir Lando.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência, votos de apreço e consideração.

Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 043/2004

Brasília, 1º de março de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Paulo Elifas, como membro titular, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Amir Lando.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência, votos de apreço e consideração.

Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência designa o Sr. Senador Paulo Elifas, como titular, para compor as referidas Comissões, nos termos dos ofícios que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

OF. GLPMDB nº 45/2004

Brasília, 1º de março de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 169, de 20-2-04, que “Acrescenta o inciso XVI ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

TITULARES

Senador Sérgio Cabral Senador João Batista Motta
 Senador Valmir Amaral Senador Pedro Simon
 Senador João Alberto Souza Senador Gerson Camata

SUPLENTES

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 46/2004

Brasília, 1º de março de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 166, de 18-2-04, que “cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social, dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

TITULARES

Senador Mão Santa Senador Paulo Elifas
 Senador Papaléo Paes Senador Maguito Vilela
 Senador Gerson Camata Senador João Batista Motta

SUPLENTES

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 47/2004

Brasília, 1º de março de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 167, de 19-2-04, que “dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, 9.783, de 28 de janeiro de 1999, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

TITULARES

Senador João Batista Motta Senador Valmir Amaral
 Senador Paulo Elifas Senador Valdir Raupp
 Senador Luiz Otávio Senador Leomar Quintanilha

SUPLENTES

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

Ofício nº 139-L-PFL/2004

Brasília, 2 de março de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 168, de 20 de fevereiro de 2004, que “Proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo e jogos em máquinas eletrônicas denominadas “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

EFETIVO

Dep. José Mendonça Bezerra Dep. José Carlos Aleluia
 Dep. José Thomaz Nonô Dep. Gilberto Kassab
 Atenciosamente, – Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

SUPLENTE

Dep. José Mendonça Bezerra Dep. José Carlos Aleluia
 Dep. José Thomaz Nonô Dep. Gilberto Kassab
 Atenciosamente, – Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 186, DE 2004

Requer informações ao Ministro da Fazenda, acerca da não aceitação, por parte da Secretaria da Receita Federal, de declarações de renda de pessoas físicas, preenchidas em formulários de papel.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, informações acerca da decisão da Secretaria da Receita Federal, de já não aceitar declara-

ções de ajuste anual em formulário de papel, para valores acima de determinados níveis.

Esclarecer, na resposta, a legislação em que se baseou aquele órgão.

Justificação

As informações se justificam com base em numerosas reclamações de pessoas que – não dispondo de computadores, além de muitos que não têm acesso a meios magnéticos -, lamentam a exigência, a qual, além de outras complicações para essa parcela de contribuintes, implica ônus, com pagamento de taxas para que as declarações sejam processadas pela ECT ou por terceiros.

Sala das Sessões, 2 de março de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento desta Casa.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 187, DE 2004

Requer Voto de Aplauso à cientista brasileira Lúcia Mendonça Previato, uma das cinco vencedoras do Prêmio Unesco/L’Oreal para Mulheres na Ciência, de 2004.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à cientista brasileira Lúcia Mendonça Previato, uma das cinco contempladas com o Prêmio Anual para Mulheres na Ciência, de 2004, promovido pela UNESCO/L’Oreal. Integrante da equipe de pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a cientista Lúcia Previato, juntamente com sua equipe, foi contemplada com o Prêmio do Ano para Mulheres na Ciência, por suas pesquisas de avanço no entendimento da bioquímica do *Trypanosoma Crusis*, que é o protozoário causador da doença de Chagas, bem como pela sua dedicação na busca de tratamento para esse grande mal, que atinge cerca de 18 milhões de pessoas apenas na América Latina.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Reitor da Universidade Fe-

deral do Rio de Janeiro, da cientista e, por seu intermédio, aos demais integrantes de sua pesquisa.

Justificação

A homenagem que ora formulou justifica-se diante do elogiável trabalho e da dedicação da cientista Lúcia Previato, que, ao receber a comunicação, declarou que esse era o reconhecimento ao trabalho também de toda a sua equipe, já que, na sua opinião, “ninguém faz ciência sozinho”.

Sala das Sessões, 2 de março de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 188, DE 2004

Requer voto de aplauso ao físico brasileiro paulo artaxo, coordenador do instituto do milênio-usp, pela descoberta, em conjunto com cientistas da universidade de são paulo e da europa, do chamado elo perdido, do clima da amazônia.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao físico brasileiro Paulo Artaxo, da Universidade de São Paulo-USP, coordenador do Instituto *Milênio-LBA*, projeto internacional conduzido por cientistas brasileiros e europeus. Segundo a revista *Science*, os cientistas que formam o Instituto acabam de identificar a molécula que serve de base para a formação de nuvens e de chuvas na Amazônia.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e do Reitor da Universidade de São Paulo-USP.

Justificação

A homenagem que ora formulou justifica-se diante da notável descoberta científica, à cuja frente figura, como coordenador, o cientista brasileiro Paulo Artaxo. A descoberta fecha o ciclo do sistema hídrico mais ativo do mundo e que vinha desafiando a ciência, na busca de resposta para o chamado “quebra-cabeça climático da Amazônia”

Sala das Sessões, 2 de março de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Há oradores inscritos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, fui o segundo Senador a entrar nesta Casa e o primeiro a erguer o microfone. Solicito inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável, após a Ordem do Dia.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de falar pela Liderança do PSB, por cinco minutos, logo após os Senadores que já se inscreveram para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a terá o uso da palavra garantida, de acordo com o Regimento Interno, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pela ordem.) – Peço a minha inscrição pela Liderança do PMDB, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a fica inscrito logo após o Líder Antonio Carlos Valadares.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a inscrição para comunicação inadiável no momento que considerar oportuno.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável, até porque fui a terceira a chegar ao Plenário, como são testemunhas os Senadores Hélio Costa e Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Mão Santa, a Senadora Ana Júlia Carepa foi a terceira a chegar, de acordo com o depoimento da própria Senadora. A Presidência consulta V. Ex^a, uma vez que só há três vagas para comunicação inadiável, se concordaria em ficar inscrito em quarto lugar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Ficam, então, inscritos os Senadores Leonel Pavan, Hélio Costa, Ana Júlia Carepa e Mão Santa, que, na prorrogação da Hora do Expediente, terão assegurado o uso da palavra por cinco minutos, para comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno. O nobre Senador Mão Santa está inscrito como primeiro suplente para uma eventual desistência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, por vinte minutos, ao nobre Senador Almeida Lima, por cessão do Senador Papaléo Paes, que, por sua vez, falaria por cessão do Senador César Borges.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, conforme prometi, encontro-me nesta tribuna para um pronunciamento que preferiria não fazê-lo, vivêssemos hoje em outras circunstâncias. Mas o dever de ofício impõe-me, com a responsabilidade rotineira que tem caracterizado a minha vida pública, embora este seja o primeiro mandato de Senador da República – ocupei por duas vezes cargos executivos e, também, no parlamento estadual em Sergipe. Aqueles que me conhecem mais de perto sabem da responsabilidade que sempre procurei trazer comigo como característica pessoal da minha atuação política.

Pelas minhas posições políticas assumidas no plenário desta Casa, ficou devidamente caracterizada, marcada, delineada a minha posição político-partidária de oposição ao Governo Federal, embora faça questão de, na tarde de hoje, dizer que assomo à tribuna sem perder nenhuma das minhas característi-

cas, mas não faria na condição de Senador do PDT, de Senador da Oposição ou de Senador pelo pequeno Estado de Sergipe. Mas faço-o exatamente com o sentimento da responsabilidade que tenho como Senador da República, como Senador do Brasil.

Tenho em mão uma cópia que recebi do Inquérito nº 16/2001, mais precisamente um relatório parcial de inquérito policial da alcada da Delegacia de Repressão ao Crime Organizado e de Inquéritos Especiais vinculada à Superintendência de Polícia Federal do Estado do Rio de Janeiro, da lavra do Delegado de Polícia Federal Herbert Reis Mesquita. Esse relatório parcial foi encaminhado ao Exmº Procurador da República Luiz Fernando V. C. Lessa e data de 30 de julho de 2003, cujo objeto do inquérito é a apuração de supostas transgressões aos tipos penais inscritos no art. 1º da Lei 8.137/90 e no art. 1º da Lei 9.613/98 e outras.

Esse Inquérito nº 16 teve início no dia 09 de março de 2001, sendo um entre dezesseis inquéritos policiais comandados pela Polícia Federal no Rio de Janeiro – um entre dezesseis inquéritos –, que tratam basicamente do mesmo assunto; e todos eles por requisição do Ministério Públíco Federal.

Inicialmente, diz o Delegado:

Tratar o presente relatório parcial de Inquérito Policial, levado a efeito por requisição do Douto Ministério Públíco Federal (fls. 04/10), instaurado (fls.02/03) para apuração de supostos crimes praticados quando da exploração das atividades de jogo de bingo, muitas das quais desrespeitadoras dos diplomas normativos regedores da matéria.

É um relatório com quinze laudas, quinze páginas, bastante circunstanciado, e faz uma série de abordagens, iniciando por uma abordagem legal, geral, mostrando exatamente a regulamentação legal e por via de decreto do jogo do bingo e similares, procurando centrar a questão no aspecto legal.

A seguir, no item 2, vem a manifestação do Ministério Públíco Federal, vazada nos seguintes termos, pelo delegado, em seu relatório:

II-1 Conforme reunião entre integrantes do Ministério Públíco Federal – repito, conforme reunião entre integrantes do Ministério Públíco Federal –, Polícia Federal e Secretaria da Receita Federal ocorrida na tarde de 25 de julho de 2003, no MPF – Ministério Públíco Federal, neste Estado do Rio de Janeiro, restou estabelecida a incum-

bência deste subscritor em proceder à elaboração de relatórios parciais de inquérito para o fim de se ordenar os trabalhos referentes a bingo. Cumpre enfatizar que tal promoção, na medida da possibilidade de tempo deste subscritor, será implementada igualmente nos outros 15 (quinze) inquéritos investigantes da atividade de bingo do Estado do Rio de Janeiro.

Logo a seguir, consta, no item II-2, uma requisição ministerial de providências a serem tomadas pela autoridade policial. Há uma série de detalhamentos. Permito-me não fazer a leitura integral, não apenas por se tratar de uma peça longa, mas também porque não diz respeito diretamente ao objeto do meu pronunciamento, pois ele não se trata da apuração da atividade de bingo, mas dos fatos que envolvem o ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República, Waldomiro Diniz, com o Ministro José Dirceu.

No item VIII das medidas policiais efetivadas consta:

VIII 1 O Departamento da Polícia Federal, por meio de sua Delegacia Especializada em Crime Organizado e Inquéritos Especiais, vem promovendo investigação, através de 16 (dezesseis) Inquéritos Policiais, todos sob a atual presidência deste signatário, nas empresas exploradoras de atividades de bingo.

No item IX.4, diz o delegado de Polícia Federal:

IX.4 Pelas oitivas, diligências, manifestações escritas, enfim, por tudo já apurado nestes IPLs, resta concluído que a Loterj não desempenha com eficiência e completude o papel que lhe cabe. Pior que isso: vários atos normativos e omissões se seguem e levam à emergência de sólidos indícios apontadores da improbidade administrativa e, até mesmo, da existência de ilícitos penais, como se demonstrará a seguir.

O Delegado, no item 1º, faz uma série de relatos sobre o que entende por improbidades administrativas apuradas ou ilícitos penais.

Nos itens 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, idem.

No item 9º, acrescenta:

9º Alguns ex-Presidentes da Loterj são pessoas sobre as quais recaem suspeitas de envolvimento com grupos exploradores

da atividade de bingo. No biênio 1999/2000, o Presidente da Loterj foi o advogado Daniel Homem de Carvalho" (...) e faz referências a esta pessoa, descreve alguns fatos e seu envolvimento com pessoas do mundo do crime.

No item seguinte, diz expressamente:

Outro ex-presidente da Loterj (mandato 2001/2002), Sr. Waldomiro Diniz, hoje assessor do Ministro da Casa Civil – este relatório é de 30 de julho de 2003 – Exmº Sr. José Dirceu, tem seu nome ligado a denúncias de envolvimento com a máfia da jogatina e participação em esquemas e desvio de recursos de verbas publicitárias da Loterj, como descrevem reportagens ora transcritas.

E segue:

"Assessor palaciano – No mercado do Rio de Janeiro, os irmãos Ortiz encontraram um aliado de peso. Trata-se de Waldomiro Diniz, assessor de José Dirceu, o Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Entre junho de 2001 e abril do ano passado, Waldomiro foi o presidente da Loterj – Loterias do Rio de Janeiro. No início deste ano, foi acusado de participar de um esquema de desvio de recursos da verba publicitária da Loterj. Ele nega a denúncia e garante que em sua gestão nada foi feito de irregular. Agora, será investigado também por causa de relações com a máfia do jogo clandestino. Essas, porém, não são as únicas sombras que o acompanham. Waldomiro foi um dos principais defensores da renovação de um contrato da Caixa Econômica Federal – CEF com a Gtech do Brasil, empresa responsável pelo sistema operacional de todas as casas lotéricas do País. O contrato tem valor de US\$130 milhões por ano. No final do governo de FHC, para que fosse renovado, a Gtech se propôs a uma redução de 28% no valor do contrato, mas não houve entendimento. Agora, no início do novo Governo, a empresa conseguiu renovar o compromisso com a CEF, mediante uma redução de apenas 15%. "Isso tudo precisa ser muito bem investigado", diz o Senador Demóstenes Torres (PFL – GO). Ele já solicitou que a CEF lhe forneça toda a

documentação relativa aos contratos com a Gtech, bem como a instalação de uma CPI para apurar o que se passa pelas loterias."

Operação abafa

Ao invés de afastar o assessor Waldomiro Diniz, acusado de envolvimento até com a máfia das máquinas caça-níqueis, o Ministro José Dirceu (Casa Civil) preferiu pilotar uma 'operação abafa', disparando telefonemas pedindo a ajuda até do secretário de Segurança do Rio, Anthony Garotinho."

Último item:

XIV – do caráter sigiloso deste relatório parcial.

O acostamento deste presente relatório parcial aos autos de inquérito é de ser cuidadosamente avaliado, uma vez que se descrevem nele algumas conclusões de investigação, bem como planejamento de diligências futuras, as quais poderiam ser frustradas caso os vários e militantes advogados dos bingos ao teor deste tivessem acesso.

Muita gente precisa se explicar. Isso aqui é uma peça produzida por uma autoridade pública, um delegado da Polícia Federal, à requisição do Ministério Público Federal, que tem fé de ofício, que tem fé pública, funcional, e que, depois das oitivas, diligências, declarações, apurações, enfim, ele faz incluir no seu relatório encaminhado ao Procurador da República no Rio de Janeiro, entre as suas diversas conclusões, em torno de nove, uma declaração que considerou procedente, tanto que constam, do relatório dele e do relatório de um delegado de Polícia, as peças conclusivas no sentido de que o Ministro José Dirceu, não apenas tomando conhecimento, mas participando de forma ativa, disparou telefonemas, numa operação abafa, inclusive ao Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, ex-Governador Anthony Garotinho, para que não desse consequência, prosseguimento às investigações.

Alguém até poderia dizer, e com certeza dirá, mas um fato que está no Inquérito Policial 16/2001, colhido entre diligências diversas, inclusive matéria da imprensa, neste caso o jornal **O Dia**. Qual força de prova teria se à época surgisse esse questionamento, distante do contexto em que vivemos hoje? Alguém poderia vir com essa afirmativa sem valor jurídico, mesmo que não verdadeira fosse. Decorridos oito meses do relatório de conhecimento do Planalto e do Ministério Público Federal, não apenas do envolvi-

mento de Waldomiro Diniz nas falcatrusas planejadas e executadas por ele, mas matéria publicada, relatório elaborado, inquérito sendo construído, do conhecimento do Ministério Público Federal, o Ministro, o Governo, ou quem de direito no Palácio do Planalto, nenhuma providência tomou e não tomaria caso a revista **Época** e o Senador Antero Paes de Barros não tivessem trazido a lume todos esses fatos, a fita de vídeo não tivesse sido divulgada e publicada.

E há de se questionar o título da matéria carreada aos autos do inquérito e deste para o relatório do delegado da Polícia Federal ao Procurador da República Luiz Fernando Lessa, que fez incluir a notícia do conhecimento do Ministério Público. Qual a providência tomada? Nenhuma. Agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro. Se os fatos não tivessem sido objeto de denúncia, de publicação, de divulgação, aquela que foi considerada uma operação abafa, que deve ter surtido efeito lá ou após o relatório do delegado da Polícia Federal, nenhum outro conhecimento se teve. Alguém poderia mesmo questionar e dizer que à época apareceu como um fato irrelevante, fato irrelevante que não se caracteriza hoje: a Polícia Federal, desde 2001, com esses dezesseis inquéritos vem exatamente no caminho, na picada, na vereda, no encalço desses que vivem a prática dos delitos.

Daí, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos aqui a exigir a Comissão Parlamentar de Inquérito, pois temos certeza absoluta de que não estariam esses inquéritos hoje, de 2001 a 2004 – precisamos de explicações – inconclusos. Se foram concluídos, quais as providências tomadas? Nenhuma, porque não tivemos conhecimento. As medidas acanhadas tomadas agora, todos sabem, decorrem da circunstância de o fato ter sido amplamente denunciado e da divulgação da fita de vídeo em toda a sua amplitude.

Portanto, a entrevista, as declarações daquele que foi Secretário Nacional da Segurança Pública, de sobrenome, salvo engano, Soares, quando, num diálogo no Rio de Janeiro com o Ministro José Dirceu, ouviu do Ministro que ele estava criando dificuldades, lá atrás, na campanha de Benedita da Silva, em 2002, para o Governo do Rio de Janeiro. O Ministro disse-lhe que ele estava criando dificuldades. E as dificuldades que ele estava criando eram exatamente as de procurar a investigação – concluo, Sr. Presidente – desses fatos que levam exatamente à cata de níquel para a campanha ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e de Brasília pelo Partido dos Trabalhadores. Como as pedras se encaixam, como elas se encontram!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, está aqui de forma expressa não apenas o conhecimento do

Ministro, mas do Planalto; não apenas o conhecimento de um delegado da Polícia Federal, mas do próprio Ministério Público Federal. Sei plenamente que a esta altura muitos precisarão dar explicações.

O jornal **O Dia** publicou essa nota gratuitamente? Com base em que foi feita essa publicação? O delegado da Polícia Federal colheu essa declaração de que forma? E trouxe para o seu relatório de que forma? O que fez o Procurador da República Luiz Fernando Lessa, conhecendo a informação? E a referência ao Secretário Anthony Garotinho de ter recebido telefonemas para estabelecer a “Operação abafa”? São explicações, Srs. Senadores, que, com certeza, só teremos com a largueza e a profundidade suficientes se a Comissão Parlamentar de Inquérito for devidamente instalada, se esse procedimento for instaurado, aberto e tiver a consequência necessária de investigação aqui nesta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, como prometido, cumpro a minha função de Senador da República, consciente da minha responsabilidade, procurando mostrar a V. Ex^{as} e ao Brasil que é preciso trabalhar – e condições temos – dentro de um clima de normalidade institucional. O que estamos vendo hoje, não obstante o Ministro José Dirceu – pelo que publicado pela imprensa – tenha preferido deixar o cargo, Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva prefere operar numa faixa, eu não diria de irresponsabilidade, numa faixa extremamente perigosa em que, em vez de estabelecer as condições para a apuração dos fatos – o que só se operará por meio de uma CPI –, procura evitá-la a todo custo.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Peço a palavra em nome da Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senadora Ideli Salvatti, a Presidência registra a solicitação de uso da palavra por parte do Líder Antonio Carlos Valadares; em seguida, para o Senador Papaléo Paes. O Senador Aloizio Mercadante também

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Estou me inscrevendo, Sr. Presidente, ansioso para falar, com grande interesse de falar da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Inscrevo V. Ex^a. A Casa certamente está ansiosa para ouvir V. Ex^a.

Inscrevo a Senadora Ideli em quarto lugar.

O Líder Renan Calheiros sinaliza a esta Mesa que fala como quinto Líder inscrito.

Concedo, portanto, a palavra a V. Ex^a, nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Faço a permuta com o nobre Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a cede o tempo para o nobre Senador Aloizio Mercadante.

Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a tem a palavra por 5 minutos para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu sigo a ordem. Cedo a vez para a nobre Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nobre Senador Antonio Carlos Valadares, a permuta, portanto, foi com a nobre Senadora Ideli Salvatti.

Com a palavra a nobre Senadora Ideli Salvatti, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

V. Ex^a dispõe de 5 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a ampla maioria da imprensa nacional está aqui nos assistindo. Eu não imaginava que iria assistir, no dia de hoje, a este episódio, apesar de já tê-lo pressentido. Quem já assistiu desta tribuna a episódios semelhantes, já poderia prever que teríamos algo assemelhado, algo pré-anunciado, pré-colocado, mas, para aqueles que conhecem a prática, também já previsto. Todos nós, pelo menos os da Bancada do PT – em nome da qual, com muita honra, eu falo –, tínhamos confiança absoluta em toda a pirotecnia, em todo o anúncio com estardalhaço, inclusive com insinuações de que se apresentaria documentos, provas, de que se apresentaria documento de Junta Comercial anunciando sociedade entre Waldomiro Diniz e José Dirceu, o que inclusive fez com que o mercado hoje ficasse refém dessa tal bomba que surgiria aqui na tribuna, com oscilação da bolsa, do dólar. E a que assistimos aqui? Assistimos aqui à repetição de algo a que, em episódio anterior, já tínhamos assistido, com uma diferença talvez ridícula, talvez substancial.

No episódio anterior, já patrocinado com pirotecnia, com anúncios de trombeta aos quatro ventos, pelo menos naquela outra ocasião teve imagem de corte de grama; pelo menos conseguimos enxergar algumas gramas cortadas, com denúncias, insinuações de superfaturamento de corte de grama. O que foi apresentado nesta tribuna no dia de hoje? O quê? Qual é a prova? Qual é o indício? Qual é a relação entre as questões apresentadas hoje para este Congresso Nacional e para este País? A irresponsabilidade, a irresponsabilidade dos que estão apostando na paralisação do Governo, na paralisação do Congresso, na paralisação da retomada do crescimento que não pode passar despercebido pela Nação. O que ocorreu hoje neste plenário é algo tão ridículo, tão absurdo, tão fora de propósito, que só podemos lamentar e afirmar, de forma muito clara, que a irresponsabilidade, até a irresponsabilidade, Presidente, tem limite para com a Nação e para com o povo brasileiro. Queremos deixar muito claro que toda esta trombetação que faz com que a imprensa esteja aqui aguardando ansiosa pela tal prova irrefutável, indiscutível, de vinculação do Sr. Waldomiro com o Sr. Ministro José Dirceu é a repetição do que todos sabemos: a montanha rugiu, rugiu, rugiu e não pariu um rato, porque nem estatura para rato tinha o que saiu nesta tribuna no dia de hoje. Lamento que nosso País esteja sujeito, esteja subjugado à irresponsabilidade daqueles que, como Senadores da República, representantes do povo, teriam que dar uma demonstração mais clara e inequívoca de compromisso com a Nação.

Para terminar, quero registrar o início do artigo do Arnaldo Jabor no dia de hoje e pedir para que seja inserido nos Anais desta sessão:

Uma CPI moralista seria a vitória dos imorais

Ninguém quer a pureza; só querem inviabilizar o governo.

Será que ninguém vai levantar a voz para defender o bom funcionamento do país, diante desse ridículo episódio do “pecado” de Waldomiro? Julguem o “pecador”, já que o caso está com ares de inquisição religiosa. Prendam-no, se for o caso, mas preservem o bem da República.

Essa frase do Arnaldo Jabor cai como uma luva para o episódio, o espetáculo deprimente a que este Plenário acabou de assistir na tarde de hoje.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SR^a SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sarney no samba

• O PMDB do Rio contratou a bateria da Viradouro para animar sua convenção, domingo, na Barra. A direção do partido confirma as presenças dos caciques Michel Temer e Renan Calheiros. E tenta convencer o presidente do Senado, José Sarney, a prestigiar a pajelança.

ARNALDO JABOR

Uma CPI moralista seria a vitória dos imorais

Ninguém quer a pureza; só querem inviabilizar o governo

Será que ninguém vai levantar a voz para defender o bom funcionamento do país, diante desse ridículo episódio do “pecado” de Waldomiro? Julguem o “pecador”, já que o caso está com ares de inquisição religiosa. Prendam-no, se for o caso, mas preservem o bem da República. Este meu artigo é óbvio, mas, diante de tanta hipocrisia, só óbvio pode ajudar. Esse episódio não tem a menor importância; o fato de terem descoberto um assessor com a mão na cumbuca não beneficia nem a moralidade nem a verdade. Ao contrário, esse ardor udenista anacrônico, com a súbita “pureza” dos velhos políticos fisiológicos, eriçados como as “cerdas bravas do javali”, só prejudica a todos nós. Não há desejo de “moralidade”. O desejo real é de abalar o PT no poder. Mais nada. Os que me leem, na minha pobre vida de jornalista, sabem que passei oito anos escutando o PT e, especialmente, o Zé Dirceu porque, em nome de interesses partidários, prejudicaram um momento em que tivemos um presidente decente, seriamente preocupado com a modernização do país. Atazanaram o homem como se ele fosse mais um picareta que tivesse chegado ao poder. Não era. FH foi uma exceção

na história da República; foi um acaso político que um homem de sua estatura chegasse ao poder. O Lula também é um caso excepcional. Ambos são filhos do mesmo momento histórico, de 20 anos atrás, quando a redemocratização propiciou o surgimento de um partido de origem trabalhista como o PT e um partido ético, liderado por homens sérios e patriotas como Montoro, Serra, Covas e FH, entre outros.

Duas visões irmãs da social-democracia. Uma das grandes decepções de minha vida foi ver o PT atacando o velho companheiro FH, que distribuía panfletos com Lula em São Bernardo; foi ver a estúpida academia atacar seu colega FH por rancor e inveja, foi ver que os intelectuais não percebiam que esse acaso histórico tinha de ser preservado contra os falsos cânones tradicionais, contra categorias formais de análise política.

O Brasil não é um país normal. Não pode ser analisado por critérios idealizados, como se fôssemos Suíça ou Bélgica. O Brasil é a história da predação de donatários sobre colonos, o Brasil é a história de uma endemia corrupta de 400 anos

de um grande discurso oligárquico, para manter os cidadãos iludidos e inermes. Se olharmos para trás, só veremos horrores no poder, chanchadas, caricaturas, presidentes depostos, militares boçais, bêbedos renunciando, megalomaníacos fazendo cidades, camarilhas de Ali-Babas falando em "honra". Que papo é esse de "restauração de moralidade" dentro do vergonhoso ambiente político que nos assola? O Brasil é um grande bingo. Que "moralidade" é essa que a mídia defende, obedecendo cegamente à versão oficial de políticos que querem desestruturar um governo que é originariamente (e até ingenuamente) comprometido com a tentativa de mudança do país? Não votei em Lula. O PT no poder tem

cometido bobagens, sem dúvida. Mas não é esse o problema principal. Estão tentando pegar no PT uma doença que não é dele. O PT, Lula, Dirceu sofrem de outras "doenças infantis", mas não sofrem da doença desse estamento fisiológico que comanda a zorra total há séculos. Alguém chamou de "síndrome da farinha do mesmo saco". "Está provado. Viva! Somos todos iguais!", berram os corruptos. Essa gente odeia não o PT ou o FH; eles têm horror de qualquer governo com algum projeto ideológico para o país. A maior novidade dos governos de FH e de Lula foi justamente que, em vez de chafurdarem gostosamente no lodo — como sempre fizeram outros governos — buscaram uma renovação

ética. Os dois presidentes tratam a escrotidão fisiológica pragmaticamente, tentando governar com o país possível. Seu erro é que dois homens progressistas governaram, um com o apoio de ACM, outro com o de Sarney, e nunca se uniram. Como explicar isso? Neste momento, o ato mais revolucionário e patriótico seria o PSDB atacar publicamente essa CPI absurda, tirando munição dos golpistas que defendem a "honestidade". Não se trata de defender pessoas, Dirceu, quem seja, mas de defender a máquina republi-

cana. Deixaram essa função para o PMDB. Quem está fazendo isso? Sarney — a quem Lula foi pedir ajuda. Por bons ou maus motivos, Sarney está fazendo o que o PSDB devia fazer. A oposição que o PT fez a FH por oito anos foi um dos maiores erros históricos do Brasil, uma enorme oportunidade perdida. Será que o PSDB, que se arroga uma visão macro-histórica, "processual", vai repetir o erro? Quem ganha com uma CPI e com um governo entrando em "anomia" são justamente os parasitas que vivem entre o público e o privado, são os reacionários tradicionais, são os velhos udenistas disfarçados, são os oligarcas que querem o retorno do tempo torto, quando a metáfora "brasil" era apenas um pretexto para os negócios espúrios.

A mídia, em geral, cai na rede do moralismo e de uma "objetividade" não opinativa e não questiona os motivos sujos atrás da busca de "pureza". Ficam rodando na aparência dos fatos e não desvendam os motivos ocultos. Eu digo claramente o que penso: Zé Dirceu é um defensor da causa brasileira, com todas as baixas que possa ter cometido. Esse governo padece de outras doenças, mas é basicamente "limpo" e uma CPI hoje não seria uma vitória da "moralidade", mas, ao contrário, seria um triunfo dos imorais.

O país do atraso quer roer os petistas no poder. Os grandes ladrões públicos se regozijam com esse escândalo que irrompeu com o Waldomiro. Políticos que sempre pensaram em vantagens resolvem bancar prostitutas escandalizadas e pedem a cabeça dos social-democratas. Foi assim com FHC e agora será com o Lula. Um udenismo malsão e hipócrita quer escandalizar a máquina do poder. Este é o paradoxo: uma CPI agora só beneficia os que odeiam a moralidade política.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Com base no art. 14, VI, peço a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa concede a palavra a V. Ex^a, para uma explicação pessoal sobre fato que lhe foi atribuído, de acordo com o Regimento Interno desta Casa.

V. Ex^a dispõe de até 5 minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Pela ordem V. Ex^a, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O País todo estava preocupado com o que aconteceria nesta sessão do Senado Federal. Eu mesmo vivi a expectativa durante a noite toda. Inúmeros jornalistas me pararam nos corredores para saber o que eu achava da denúncia que hoje seria apresentada aqui.

Antes de mais nada, sem nenhuma preocupação regimental, gostaria de sugerir um encaminhamento que penso ser o entendimento de todos: é importante garantir ao Senador Almeida Lima o tempo necessário para S. Ex^a concluir a denúncia que iria fazer. É grande a expectativa. Não entendi nada. A montanha pariu um rato.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – V. Ex^a sugere rasgar o Regimento?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Não. Sugiro que V. Ex^a tenha o tempo necessário para falar, Senador.

Tenho muito respeito pelo Senador Almeida Lima, mas o que estão fazendo com este País é uma brincadeira! Hoje, a nossa economia, que não vai bem, amanheceu mais arruinada: o dólar aumentou, a Bolsa caiu, e o País ficou aguardando uma denúncia. É importante que S. Ex^a faça a denúncia, porque todos sabem que se houver fato novo teremos de fazer uma CPI, uma investigação política rápida, extraordinária. Mas se não houver fato novo, teremos de aguardar o aprofundamento da investigação para dar as respostas que a sociedade quer. Repito, se houver fato novo, vamos fazer uma CPI para investigar politicamente e resolver logo o problema. O que todos nós estamos querendo é exatamente isso. Se houver crime do Waldomiro, devemos aprofundar a investigação, esclarecer e punir o culpado exemplarmente. A

Nação quer isso para desencorajar novas práticas desse tipo.

Agora, não se pode vincular o Ministro José Dirceu a isso sem que haja um fato. Todos nós conhecemos o Ministro José Dirceu, homem honrado, homem de bem, homem do bem, importante para o Governo e muito mais importante para o País. Não podemos ficar expostos a isso. Temos responsabilidade com o País. Muito mais do que ajudar o Governo, queremos ajudar o País, que precisa se desenvolver, crescer economicamente, gerar empregos. Mas anunciar, de um dia para outro, que tem uma denúncia, e ler um relatório parcial de um delegado de polícia é transformar o Senado Federal numa grande delegacia de polícia, para garantir momentos de notoriedade. Isso é irresponsável. Não podemos concordar com isso.

Se houver um fato novo, ele deve ser anunciado, investigado, e o culpado deve ser punido exemplarmente. Se não houver fato novo, será preciso acabar com esse artificialismo, tirar isso da mídia, deixar o País voltar à normalidade. O Congresso tem de voltar a funcionar. Essas denúncias vazias só colaboram para desfazer a imagem internacional do País, para arruinar, como disse, uma economia que já está mal. O Brasil não quer isso. Precisamos acabar com esse ardor udenista. Se houver fatos, vamos denunciar, investigar e punir. Já fiz isso, já participei de uma comissão parlamentar de inquérito.

Mas se não houver fato, enlamear as pessoas ou colocar as pessoas sob suspeição é inadmissível. Se alguns partidos cometem esse crime no passado, paciência, precisam se redimir. Não podemos repetir aqui a versão nova da lei de talião: porque fizeram isso no passado, teremos de fazer o mesmo agora para desestruturar o País e desestabilizar o Governo. Não vamos concordar com isso.

Falo isso, Sr. Presidente, com a responsabilidade de quem, nesta Casa, circunstancialmente, conduz a maior Bancada, e que, muito mais do que compromisso com o Governo, tem compromisso com o Brasil, que precisa sair dessa situação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para falar sobre o andamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Vou conceder a palavra pela ordem, para cumprir o Regimento.

Senador Almeida Lima, o Regimento Interno abriga o direito de V. Ex^a se pronunciar, uma vez que um fato lhe foi atribuído. A Presidência cumprirá o Re-

gimento. E ouvirá V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Pela ordem.) – Sr. Presidente, indago a V. Ex^a se o Senador Renan Calheiros falou pela ordem ou pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senadora Heloísa Helena, não posso concluir que a fala do Senador Renan Calheiros tenha contribuído com a ordem, mas S. Ex^a solicitou a palavra pela ordem, e para isso a Presidência concedeu a palavra a S. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Pronto. Então, após o Senador Almeida Lima, vou solicitar a palavra igualmente pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Como faz V. Ex^a neste momento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Não. Quero entrar no mérito, porque o Senador Renan Calheiros solicitou a palavra pela ordem, o que regimentalmente é permitido para falar sobre o andamento dos trabalhos, e entrou no mérito. Eu quero entrar no mérito e falar sobre a lama da corrupção no Palácio do Planalto, e não vou usar de artifício regimental. Se V. Ex^a concedeu a palavra pela ordem e S. Ex^a entrou no mérito, depois eu vou solicitar a palavra pela ordem e entrar no mérito também.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Da mesma forma eu, Sr. Presidente, vou pedir a palavra pela ordem após a Senadora Heloísa Helena.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Os prezados nobres Senadores haverão de contribuir para o andamento dos trabalhos, pois além dos Senadores inscritos, há orador na tribuna.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem.) – Sr. Presidente, também quero me inscrever depois do Senador Tião Viana para, como o Senador Renan Calheiros, falar sobre o mérito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador José Jorge, tantas vezes quantas V. Ex^a requisitar a palavra pela ordem esta Presidência a dará a V. Ex^a. O Senador Renan Calheiros pediu a palavra pela ordem para falar sobre o andamento dos trabalhos, se estendeu, é notório, mas isso não vai servir para que nós rasguemos o Regimento e...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Nós também temos o direito...

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O Senador Renan Calheiros fez acusações a todos nós, inclusive.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Aqui não há Senador de primeira e de segunda categoria. Não há. V. Ex^a podia, de pronto – e V. Ex^a sabe o carinho e a estima que lhe tenho –, ter interrompido o Senador Renan Calheiros. O Senador pode ser interrompido quando está descumprindo o Regimento. Apenas estou solicitando a V. Ex^a o mesmo direito que V. Ex^a concedeu ao Senador Renan Calheiros. E não me sentirei rasgando o Regimento porque se ele o rasgou, V. Ex^a, de pronto, deveria tê-lo interrompido. E nem adianta agora dizer que ele falou pela Liderança. Não. V. Ex^a lhe concedeu a palavra pela ordem. Como é um assunto polêmico, não haverá problema nenhum se V. Ex^a possibilitar a inscrição pela ordem para falarmos sobre o andamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senadora Heloísa Helena, a Presidência, em resposta à V. Ex^a, em primeiro lugar quer dizer que o respeito e a estima deste Presidente por V. Ex^a é de igual teor.

Tendo em vista o desejo de todos os Senadores de se pronunciar, vamos cumprir o Regimento, que, de forma clara – V. Ex^a é profunda condecorada do Regimento –, diz que o Líder tem a palavra, a qualquer instante da sessão, para uma comunicação de interesse partidário. Tenho a convicção de que o Senador Renan Calheiros pediu a palavra pela ordem, se estendeu e entrou no mérito. Esta Presidência vai considerar a fala do Senador Renan Calheiros como horário de Liderança do PMDB, de acordo com o Regimento. Como Líder falará V. Ex^a e os Líderes quantas vezes desejarem, porque assim diz o Regimento, mas a Mesa não aceitará pedido de palavra pela ordem para discutir o mérito e vai garantir a palavra ao Senador Almeida Lima para uma explicação pessoal, de acordo com o art. 14, § 6º, do Regimento Interno.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a vai levantar uma questão de ordem?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Perfeitamente. Eu queria que V. Ex^a esclarecesse a razão

pela qual concedeu tempo ao Senador Almeida Lima, uma vez que a Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, não se referiu ao nome de S. Ex^a. Evidentemente, é importante que V. Ex^a dê esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa, em resposta a V. Ex^a, Senador Hélio Costa, e a fim de garantir o direito de um Senador que usou da tribuna, sucedido pela Líder – as palavras foram claras, e as notas taquigráficas demonstrarão, se for o desejo de V. Ex^a ou de qualquer outro Senador, que foi atribuído ao discurso do Senador Almeida Lima um grau de irresponsabilidade –, entende que é direito dele usar da palavra, já que o Regimento é claro:

Art.14 (...)

VI – para explicação pessoal, em qualquer fase da sessão, por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião, para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído (...)

É perfeitamente cabível a disposição regimental. A Mesa, assim, responde à questão suscitada por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência garante a palavra ao Senador Almeida Lima, por cinco minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não esperava reação diferente. A reação poderia ser outra? Não. Não poderia ser outra, porque o golpe é exatamente no âmago do Poder.

Ratos, Senadora Ideli Salvatti, são aqueles, ou a referência é merecida por aqueles, que fogem para não estabelecer a investigação necessária.

Em segundo lugar, há o deboche e a diminuição que fez o Senador Renan Calheiros de um delegado de polícia. Só faltou dizer “delegadinho” de polícia. Então, é a essa polícia que o senhor quer entregar a investigação do caso Waldomiro Diniz? Quanta incorrencia!

Por outro lado, Sr. Presidente, parece-me que aos do Governo eu não me fiz explicar. A leitura que fiz de um texto do relatório da autoridade policial federal passou-lhes a “impressão” de que eu me referia à operação abafa realizada agora por José Dirceu para não permitir a CPI.

Senhores, fiz a leitura de um trecho do relatório que se reporta a uma operação abafa patrocinada por José Dirceu em junho ou julho de 2003. Em 2003,

José Dirceu estabeleceu uma operação abafa, porque a Polícia Federal – será que é preciso gritar? – já apurava o escândalo e o envolvimento de Waldomiro Diniz. E ele, José Dirceu, pelo que consta do relatório do inquérito policial, disparou telefonemas inclusive para Anthony Garotinho, Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, para abafar a investigação que vinha fazendo a Polícia Federal em 2001, 2002 e 2003.

Será que falei inglês? Será que falei outra língua, que os senhores do Governo não entenderam? O Ministro de Estado José Dirceu, prevaricando, pegou um telefone e ligou para um Secretário de Segurança Pública para dizer “não promova a investigação”. Isso consta de um documento público, de um relatório de uma autoridade policial federal, essa mesma autoridade ou instituição – a Polícia Federal – a quem os senhores querem entregar a investigação!

Ela não prestava lá, mas presta agora? Se prestava agora, prestava em 2003? E ainda vêm, com toda essa dissimulação, falar que a montanha pariu um rato! Com toda essa atitude de quem não tem condições de enfrentar os fatos e parte para a agressão.

Eu, Senador Almeida Lima, não cometi nenhum crime. Não peguei o telefone em 2003. Não me refiro ao que ocorre agora. Estou vendo operação abafa aqui pela senhora, pelo Líder do Governo, pelos que dão sustentação ao Governo e que estão diretamente envolvidos na operação abafa atual. Reporto-me à operação abafa de 2003, já identificada lá atrás, quando o próprio José Dirceu chegava ao Rio de Janeiro e dizia ao Secretário Nacional de Segurança Pública, Sr. Luiz Eduardo Soares: “O senhor está atrapalhando. Não atrapalhe, não incomode”.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é pouco? Querem mais? O Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, comandando uma operação abafa para que não se promovesse a investigação da corrupção de Waldomiro Diniz. É pouco? Isto não representa nada? Isto não é prevaricar? Isto não é se acumpliciar? Isto não é se envolver? O que é isto? Na minha doutrina ética e moral isto se chama prevaricação. Como também se chama acumpliciamento o comportamento daqueles que estão querendo demonstrar que não fui claro o suficiente ao trazer à Nação um fato da mais alta responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder Aloizio Mercadante, para uma comunicação de interesse partidário.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, Senador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ontem, o Senador Almeida Lima subiu à tribuna e disse que hoje, “da tribuna, vou apresentar ao País um documento que envolve o Ministro com os negócios do Sr. Waldomiro Diniz. A partir deste documento, o Ministro não terá como apresentar contraprovas”.

Hoje, pela manhã, o **Jornal do Brasil** tinha em manchetes garrafais: “Dirceu teria empresa em sociedade com Waldomiro. Senador promete provar hoje que o Ministro teve negócios com o ex-assessor”. A matéria diz que hoje seriam apresentadas as provas irrefutáveis, inclusive com informações do gabinete do Senador, com documento da Junta Comercial do Rio de Janeiro, onde ficaria provado que Waldomiro não era apenas amigo e assessor de José Dirceu, mas também sócio em empresa cuja natureza social não foi revelada.

Essa informação, evidentemente, criou um grande transtorno, uma grande expectativa em relação a esse documento. Vimos hoje que a Bolsa chegou a cair 3,5%, o risco País subiu, o dólar pressionou e havia uma expectativa de uma documentação que seria apresentada, demonstrando o envolvimento do Ministro com negócios do Sr. Waldomiro Diniz.

O Senador sobe à tribuna e apresenta um relatório parcial, sigiloso, da Polícia Federal. Exatamente por ser sigiloso, é evidente que nem o Ministro nem o Governo tinham informação. Esse relatório tramitava no âmbito da Polícia Federal como relatório parcial até o dia 30 de julho. O Senador vem à tribuna – eu aqui não vou desqualificar o papel da Oposição, de fiscalizar, denunciar e apresentar provas, porque isso é democracia, é um papel fundamental, legítimo, que tem que ser reconhecido e preservado. Jamais me virão desta tribuna questionar esse tipo de atitude, que é essencial à vida democrática. O que vou cobrar da tribuna é a responsabilidade pública com que se faz, é a seriedade com que se pronuncia, é a transparência daquilo que se fala. Não posso aceitar a calúnia, a difamação. Porque isso é como subir em cima de um prédio, jogar um saco de penas e o vento levar, e depois a pessoa tem que descer pela escada e passar o resto da vida tentando catar as penas para poder explicar aquilo que não foi dito exatamente como era.

O Senador Almeida Lima diz que a fonte policial afirma que, em vez de afastar o assessor Waldomiro Diniz, acusado de envolvimento até com a máfia das máquinas caça-níqueis, o Ministro José Dirceu, da Casa Civil, preferiu pilotar uma “operação abafa”, disparando telefonemas pedindo a ajuda até do secretá-

rio de Segurança, Anthony Garotinho. Não foi isso que ele disse aqui? Só que ele não leu a fonte: não é o delegado, a fonte é o jornal **O Dia Online**, que o delegado acrescentou em seu relatório parcial não conclusivo.

Na segunda parte da denúncia que ele leu, a fonte é a revista **IstoÉ Online**. O delegado arrolou notícias *online* para fazer um relatório preliminar não conclusivo, parcial, cuja abertura é: não houve indiciamento até o momento. Nenhuma conclusão do relatório. No final do relatório, o delegado diz: “O acostamento deste presente relatório parcial aos autos de inquérito é de ser cuidadosamente avaliado, uma vez que se descrevem nele algumas conclusões de investigação, bem como planejamento de diligências futuras, as quais poderiam ser frustradas caso os vários e militantes advogados dos bingos ao teor deste tivessem acesso”.

Então, ele diz que tem que ser investigado com cuidado. Ele arrolou duas notícias que tinham sido publicadas numa coluna, para poder encaminhar um indício de um processo de investigação. A fonte são duas notícias *online* que saíram de um colunista em **O Dia** e na **IstoÉ Online**. Portanto, não é o delegado, não é o produto de oitiva, como foi dito, não é o produto de diligência, não é o produto de investigação. São duas notícias da imprensa que foram colocadas. E por que esse relatório termina no dia 30 de julho? Porque quando saiu a matéria da revista **IstoÉ** – e a revista **IstoÉ** fez a denúncia no dia 2 de julho – o Ministro José Dirceu chamou seu assessor pedindo explicações e encaminhou requerimento à Polícia Federal. O próprio Waldomiro Diniz, por recomendação do seu chefe José Dirceu, ao Corregedor Geral da República, à Polícia Federal e ao Ministério Público, pediu investigação daquela denúncia que estava na **IstoÉ**, no dia dois de julho, que está arrolada nesse relatório parcial do delegado. O próprio Waldomiro encaminhou à Polícia Federal que fosse investigado e o delegado arrola notícias da imprensa.

Portanto, a “operação abafa” é uma notícia do colunista Cláudio Humberto, que saiu no **O Dia Online**. Não há investigação, isso não tem nenhuma conclusão.

Agora o que é mais grave, Senador Almeida Lima, é que esse relatório sigiloso e parcial já tinha sido publicado pela imprensa. Se o Senador tivesse o mínimo de cuidado para antes de fazer uma denúncia dessa gravidade investigasse o que recebeu, a natureza do documento, a fonte da informação, e acompanhasse esse fato com o mínimo de cuidado, de critério, ele viria que esse relatório saiu numa matéria do

Jornal do Brasil do dia 20/02; esse relatório foi publicado em **O Estado de S.Paulo**, matéria da Luciana Nunes Leal, no dia 19/02. Esse relatório foi publicado na **Folha de S.Paulo**, matéria de Fernandes Costa, Fabiana Carmieri, Pedro Dantas, da sucursal do Rio, no dia 20/02. Já era de conhecimento público o relatório, já está publicado na imprensa esse relatório parcial não conclusivo, que foi terminado no dia 30 de julho – que era sigiloso, mas foi publicado, já tinha sido divulgado. Quer dizer, uma matéria que já foi divulgada, um relatório parcial que a única menção ao Ministro José Dirceu, a única menção são duas notícias *online* do jornal **O Dia** e da revista **IstoÉ**, é apresentada desta tribuna, dessa forma, com essa expectativa.

Eu quero terminar o meu depoimento basicamente dizendo que recebi agora uma informação falando que após o depoimento do Senador Almeida Lima a bolsa voltou a subir, o dólar caiu, o mercado voltou a se equilibrar, evidentemente. Mas eu gostaria de dizer, Senador Almeida Lima, que o Ministro José Dirceu tem 40 anos de luta e de história. Na juventude estava lutando contra a ditadura, expondo a sua vida, foi perseguido, exilado, viveu na clandestinidade para sobreviver. Convivo com ele há 24 anos, para ver alguém subir à tribuna e fazer uma acusação com esse nível de superficialidade. Como é que V. Ex^a pode dizer que disparou telefones, cuja única fonte é uma notícia *online*, que V. Ex^a apresenta aqui como se fosse o produto da investigação de um delegado. V. Ex^a acha que se constrói a democracia dessa forma? Que se constrói o respeito político entre Oposição e Governo? Que ajudamos a construir a ética, a dignidade, a transparência? Não peço a nenhum Senador que deixe de fiscalizar, denunciar e apurar o que quer que seja do Governo, mas que a honra, a dignidade das pessoas sejam tratadas com a importância e o tamanho que têm, que não se cometa apressadamente linchamento moral de quem quer que seja nesta Nação, porque isso não ajuda a construir a relação entre a ética e a política. Não peço, não quero que nada seja abafado, mas não se tergiverse sobre a atitude do Ministro que, na hora em que teve acesso à notícia da **IstoÉ** pede ao seu assessor que encaminhe ao Ministério Público, à Polícia Federal, requerimento de investigação, e o Procurador-Geral da República diz que foi solicitado abrir inquérito, encaminhou ao Subprocurador. Este inquérito é o produto da ação do próprio Ministro pedindo a investigação da denúncia que recebeu. E V. Ex^a apresenta duas notícias *online* do relatório parcial, não conclusivo, que não indicia ninguém, pede para ser analisado, e que já foi publicado em três jornais, com essa pom-

pa, com essa expectativa. Para quê, Senador? O que V. Ex^a espera construir com esse tipo de procedimento?

V. Ex^a é um Senador de primeiro mandato, espero que essa experiência lhe sirva o resto da vida, para que quando for fazer uma denúncia sobre a vida, a honra, a história de uma pessoa, meça muito bem as palavras, tenha muito cuidado no pronunciamento, porque o companheiro José Dirceu não merece esse tratamento nem de V. Ex^a nem de quem quer que seja neste plenário ou fora desta Casa, pelo que ele já deu à vida pública, pelo que representa na democracia e pelo que representa de uma geração que lutou para construir, entre outras coisas, o direito de V. Ex^a. de expressar-se. Discordo de tudo que V. Ex^a disse, mas defendo o direito de V. Ex^a dizer. E ele é uma das pessoas que ajudou a construir esse direito neste País.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Inscrevo V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio. Logo após, falarão os Senadores Jefferson Péres, Fernando Bezerra e José Agripino.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, eu a concederei a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fui citada nominalmente e, de acordo com o inciso VI do art. 14 do Regimento Interno, tenho o direito a usar da palavra para uma explicação pessoal. Anteriormente, não havia citado ninguém, tinha feito um debate político, mas, como fui citada nominalmente, estou solicitando a inscrição. Posso falar depois dos demais inscritos; não estou exigindo que o faça neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Para uma explicação pessoal, V. Ex^a tem de imediato a palavra, Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães e, em seguida, a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pela Liderança do meu Partido vai falar, evidentemente, o Senador José Agripino, mas quero o meu direito de dar a minha opinião sobre esse assun-

to e peço a V. Ex^a que encontre no Regimento a maneira que me propicie falar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Antonio Carlos Magalhães, a Presidência retribui os votos para que V. Ex^a encontre no Regimento uma forma que permita à Presidência a concessão da palavra, para que V. Ex^a fale.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a tem a palavra para uma explicação pessoal.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, fiz realmente um pronunciamento agressivo sob algum aspecto.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Senadora Ideli Salvatti, desde já peço a V. Ex^a, aproveitando a oportunidade, que me conceda um aparte.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Custou caro, no ano de 2003, fazer a economia do nosso País voltar aos trilhos. Custou caro controlar os índices inflacionários, o risco Brasil e o dólar, para buscar a perspectiva de investimento, a retomada de crescimento. Custou muito caro ao nosso País as medidas que precisaram ser adotadas, para que pudéssemos ter uma perspectiva de retomada de crescimento. Portanto, talvez eu tenha passado um pouco da emoção. Não posso admitir que, com todo o custo e o esforço coletivo desta Nação na retomada da perspectiva de futuro mais promissor para a nossa população, assistamos a um espetáculo deprimente como esse.

Antes de continuar, até para acalmar novamente, Senador Renan Calheiros, quero já lhe conceder o aparte.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Agradeço a oportunidade que V. Ex^a me concede. Há pouco, Senadora Ideli Salvatti, externei a minha preocupação com a aflição que toca algumas pessoas que, embora não haja fato novo, absolutamente, entram no debate desesperadamente, como que querendo notoriedade ou a manutenção da notoriedade, em prejuízo do País, das instituições, da democracia e de tudo o mais. Mas quero aproveitar a oportunidade do aparte, para dizer que acabo de receber uma ligação telefônica do ex-Governador Anthony Garotinho, atual Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, que leu – e eu fiz questão de anotar, palavra por palavra, ponto por ponto – uma declaração que faço questão de transmitir a V. Ex^a, a todos Senadores e Senadoras e ao País. O ex-Governador disse que, em que pese toda a divergência que ele tem com o

Ministro José Dirceu, ele jamais recebeu qualquer ligação do Ministro José Dirceu para abafar aquela investigação. Ao contrário, quando surgiu a denúncia, a Polícia do Rio de Janeiro abriu a investigação e, antes mesmo da própria Polícia Federal, indiciou o Sr. Waldomiro. Desse modo, o Governador fez questão de me telefonar e pediu para que eu dissesse isso. Estou aproveitando a intervenção de V. Ex^a para não deixar dúvida.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Nenhuma dúvida.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Nenhuma dúvida, absolutamente nenhuma dúvida. Entendo que muita gente tem a preocupação com a experiência de mudança no País. Esse Governo do Presidente Lula, mais do que um Governo de um Partido político, mais do que uma experiência, é um experimento para o País, e, lamentavelmente, os fatos demonstram que muitas pessoas estão pensando em desestruturar o Governo, em arruinar o Governo e em dificultar a vida do País. Repito: se houver necessidade de uma investigação urgente, circunstancial, política mesmo, congressual, que a façamos, mas somente se houver fato novo, digno desse nome. Se não houver fato novo, não dá para manter artificialmente esse assunto, essa discussão, no noticiário, porque isso arrebenta a vida nacional e retira o que há de mais importante a preservar, que é a normalidade do País.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço-lhe, Senador Renan Calheiros. Em seguida, vou dar a palavra ao Senador Fernando Bezerra, mas quero deixar algo aqui de forma muito clara. Insinuou-se da tribuna que, em algum momento, eu teria comparado qualquer Senador desta Casa com a figura de um rato. Muito pelo contrário, usei uma expressão popular conhecida para me referir a um fato anunciado com grande estrondo, mas que, depois, demonstra ser na realidade algo pívio, irrisório, sem qualquer sustentação. O ditado popular diz: a montanha pariu um rato.

Quero dizer mais: por tudo a que assistimos aqui, pelo que foi apresentado e tão bem detalhado, esmiuçado mesmo, pelo Senador Aloizio Mercadante, pela total falta de substância, pela total falta de embasamento do que aqui foi dito, eu nem ousaria chamar de “rato parido pela montanha”, porque ratos, alguns deles, servem de cobaia e prestam grandes serviços à evolução da ciência, mas o que saiu daqui nem para isso vai servir.

Senador Fernando Bezerra, ouço V. Ex^a.

O Sr. Fernando Bezerra (Bloco/PTB – RN) – Senadora Ideli Salvatti, agradeço a V. Ex^a, mas estou inscrito como Líder do PTB e, em seguida, falarei.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, encerro o meu pronunciamento agradecendo a cessão do tempo por parte da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder Jefferson Péres para uma comunicação de interesse partidário. Em seguida, falará o Líder Arthur Virgílio, o Líder Fernando Bezerra e o Líder José Agripino. Essa é a ordem de inscrição registrada pela Presidência.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, considero o Ministro José Dirceu uma pessoa responsável, homem de bem – até prova em contrário – cujas opiniões devem ser levadas em conta, a começar pelos próprios membros do Partido dos Trabalhadores.

O País vive uma crise. Uma pessoa situada na ante-sala presidencial foi flagrada cometendo atos de corrupção e a Nação quer saber, a sociedade brasileira toda quer saber, creio eu, o que há por trás disso: o que mais aquele cidadão fez, em nome de quem, envolvendo quem. Ou não quer? É obrigação nossa dar essa resposta à Nação. Mas vou deixar a tribuna. Vou passar a palavra ao Ministro José Dirceu – que era então presidente do PT, em 2000, conforme site do PT com uma fotografia dele, do Ministro José Dirceu, escrito talvez do próprio punho

Creio que se trata da CPI referente ao Eduardo Jorge Caldas Pereira. Sabem qual era a principal acusação ao Eduardo Jorge? Que ele teria conversado pelo telefone com o Juiz Nicolau, sobre o qual à época não pesava nenhuma acusação. Mas se achava estranho que o Chefe da Casa Civil conversasse com o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho e se pedia a CPI.

Vejam como é engraçada a vida pública brasileira! Que belo teatro é esse! Mas às vezes teatro mam-bembe, de atores canastrões.

Diz José Dirceu, nas partes principais, que gri-fei:

“Mais uma vez o Governo FHC faz de tudo para impedir a instalação de uma CPI (...).”

Para refrescar a memória, vamos lembrar as 11 CPIs que o Palácio do Planalto impediu, sempre com o apoio entusiasta de ACM “.

Entrou V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães. Veja que ironia! E agora talvez até o próprio José Dirceu recorra ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Àquela altura ele tentava demonizá-lo.

“Agora tudo se agravou para o governo e para a aliança política que o sustenta, formada pelos partidos PSDB, PMDB e PFL, sempre com apoio do PPB e do PTB”

Tire-se PFL e PSDB e são os mesmos Partidos que o José Dirceu acusava de estarem ajudando o Governo a impedir uma CPI. Citados nominalmente foram o PMDB, com o apoio do PPB e do PTB.

“O próprio Governo, que não tem conseguido deter o volume de denúncias (...), reconheceu a existência de corrupção e passou a investigar”

Agora diz José Dirceu indignado:

“Salta à vista o absurdo da lógica palaciana. O Executivo pode investigar, o Judiciário e o Ministério Público também podem, mas o Legislativo não. A verdade nua e crua é simples: a CPI tem poderes que desvendam a corrupção, prova e aponta os responsáveis. Daí o temor e o medo do Governo e do Presidente da República desta CPI.”

E o medo atual do Presidente da República desse CPI?

Srs e Srs. Senadores da base do Governo, Srs e Srs. Senadores do PT, ouçam o que dizia José Dirceu:

“Os outros argumentos governistas são risíveis. Dá dó”.

Argumentos do Governo de então:

“trata-se de manobra da Oposição com objetivos eleitorais”

Esta CPI “desestabilizará a economia”

É uma peça humorística.

Ora, as denúncias foram feitas pelos próprios membros do Governo que, além de retomarem denúncias

“A pobreza dos argumentos do Governo é tanta que até o risco de uma crise institucional veio à tona. Quanto à economia, até as pedras sabem que a crise nada tem a ver com a CPI e sim com a política econômica do tucanato”.

A mesma política econômica que estão continuando.

“Com relação à crise política e aos riscos de uma crise institucional, se existem, a responsabilidade é do Governo e dos Partidos que compõem a sua base de apoio”

O risco agora deve ser dos Partidos que estão apoioando o Governo.

“A Oposição e em particular o PT cumprem o seu papel e sua obrigação de fiscalizar, denunciar e exigir a apuração, usando o único instrumento que a Constituição nos dá: a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nenhuma CPI acabou em crise institucional ou abalou nossa economia. Pelo contrário, CPIs evitaram a grave crise no caso Collor, e nada pior para a economia, principalmente para o povo do que a corrupção”

Os senhores e as senhoras estão ouvindo, sigam o conselho do José Dirceu: “nada pior para a economia, principalmente para o povo do que a corrupção”.

A desfaçatez do tucanato

Aqui ele foi grosseiro, Senador Arthur Virgílio. Até me surpreende, porque o José Dirceu, com quem me dou muito bem – ou me dava – é um homem educado. Agora seria desfaçatez de quem?

É tal que, querem arrastar o PT para o mar de lama que estão metidos até o pescoço e começam a pedir CPIs contra nossos governos para desviar a atenção

Quem foi que pediu ampliação da CPI agora?

“Usando a velha tática canalha”

Ele estava indignado.

“De tentar convencer a sociedade de que todos são corruptos.”

Quero a CPI para mostrar que nem todos são corruptos; quero saber quem é corrupto no governo e quem não é. Se não for feita a CPI, a população vai pensar que todos são corruptos.

“A outra tática só vem confirmar a necessidade da CPI: é a que agora a imprensa noticia, de que o governo FHC está aliciando parlamentares e partidos oferecendo ministérios e liberando verbas orçamentárias, práticas usuais desse governo, e uma das principais causas da corrupção no país.”

Felizmente o atual governo não faz isso...

“O PT não deve e não teme.(...)

Quanto ao Congresso Nacional e aos deputados e senadores de todos os partidos, eles é que sabem o que vão fazer, o povo fará a CPI agora ou em 2002, nas urnas.”

Palavras de José Dirceu.

Obrigado, senhoras e senhores.

Durante o discurso do Sr. Jefferson Peres, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presi-

dência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra, Líder do PTB.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na condição de Líder do meu Partido, o PTB, quero tecer alguns comentários sobre o pronunciamento do Senador Almeida Lima.

Durante quase três anos, vivi – este plenário solidarizou-se comigo, após manifestação explícita do Ministério Público – sob suspeitas absolutamente infundadas. E assisto hoje, pasmo, mesmo com todo o respeito que tenho pelo Senador Almeida Lima, a um pronunciamento, não encontro outra palavra, de certa forma leviano porque inconsistente, baseado apenas e tão-somente em noticiário de um jornal que foi adicionado ao inquérito policial.

Esqueceu-se o Senador de toda uma história de honradez, de luta pela liberdade e pela democracia que estabeleceu por anos o Ministro José Dirceu.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. *Fazendo soar a campainha.*) – Atenção, há um orador na tribuna. Peço às galerias que verifiquem que há um orador na tribuna.

V. Exª pode continuar.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Portanto, Sr. Presidente, não quero repetir todos os argumentos que já foram trazidos a esta Casa, mas gostaria de dizer que amanheci o dia preocupado, como empresário que teve a responsabilidade por alguns anos de liderar a indústria brasileira, na condição de Presidente da CNI. E vi no noticiário dos jornais de hoje que, diante das declarações antecipadas do Senador Almeida Lima, todos os índices que estabelecem parâmetros para o desempenho da economia haviam despencado. Havia crescido o risco Brasil; havia caído a cotação do C-Bonds, o dólar despencou. Isso, Sr. Presidente, foi um ato, no mínimo, impensado, para não repetir as palavras do Senador Renan Calheiros, que considerou o ato uma irresponsabilidade. Nos nove anos em que freqüento esta Casa como Senador da República, nunca vi nem ouvi a palavra de um só Senador nesta Casa que pudesse criar tanta expectativa, que alterasse a expectativa nacional em torno de coisa alguma.

É por isso, Sr. Presidente, que venho aqui em nome do meu Partido repudiar as palavras. Felizmente, foram só palavras. Reafirmo a confiança do PTB no Ministro José Dirceu. Cabe ao País aprofundar as

investigações de todas as acusações feitas e punir aqueles que estiverem errados. Fui alvo de investigações por quase três anos e posso dizer agora, de alma lavada, que essas investigações comprovaram a minha mais absoluta inocência. É esta a obrigação que tem o País: promover investigações por meio do Ministério Público.

Quando se fala de CPI – e não quero ser contrário a elas – lembro-me muito bem de que, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, se criou a Corregedoria-Geral da União, a pretexto de não se instalar a CPI da Corrupção, porque entendia o Governo que não podia ser quebrada a tranquilidade do desempenho da economia por uma CPI, e que a Corregedoria teria todas as condições de investigação. Será que mudou esse quadro, Sr. Presidente?

Por isso, Sr. Presidente, encerro dizendo que o PTB traz seu repúdio às palavras que considera irresponsáveis, proferidas nesta Casa pelo Senador Almeida Lima, uma vez que inconsistentes. Trago meu apoio irrestrito ao Ministro José Dirceu por toda sua história de vida.

Se há acusações, que sejam investigadas. A Nação quer saber a verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, pelo PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, é preciso que alguém traga a lembrança da coerência e a palavra da serenidade nesta hora. De um lado, temos a opinião pública sedenta de que se vá fundo nesta investigação e, de outro, um Governo que perde densidade e credibilidade porque, a cada instante, insiste em fingir que não é um governo, mas um avestruz, até na forma com que se refere ao Waldomiro. Fala-se naquele homem, naquele cidadão, naquela pessoa, naquele isso, naquele aquilo.

Já começam as especulações sobre outros homens da confiança do Palácio envolvidos em supostas irregularidades. Não sei onde irão encontrar tantos sinônimos para aquele homem, aquele sujeito, aquela pessoa, aquele indivíduo em relação a seu fulano, seu beltrano e seu sicrano que já começam a freqüentar as páginas dos jornais.

Sr. Presidente, não houve até agora nenhuma explicação efetiva do Governo para essa denúncia escabrosa.

Mais ainda: fato novo há, sim: a ligação de Waldomiro com a GTech, com Carlos Cachoeira e com o

Palácio do Planalto; a ligação após a posse do Presidente Lula – essa está provada – merece ser investigada. O PT jamais permitiria que não fosse investigada no passado. Agora, todos nós temos que imaginar que deva ser esse o comportamento sereno – eu não disse que o PT era sereno – sereno e equilibrado, a ponto de investigar para valer este caso até o final. Não estou aqui pedindo cabeça de quem quer que seja. Sugerí, há semanas, que fosse melhor, talvez, para o Ministro José Dirceu se afastar à maneira de Hargreaves enquanto durasse a investigação. Não peço a cabeça de ninguém. Não estou prejulgando. Peço à CPI que investigue a fundo quem tem e quem não tem culpa nesse cartório. Todos os disparates foram cometidos pelas figuras que supostamente deveriam ter responsabilidade neste Governo. Já nos ameaçaram. E desta tribuna digo: investiguem o que quiserem do passado e, mais ainda, do Dr. Paulo Bretas, da Caixa Econômica, para quem há irregularidades na GTech no Governo Fernando Henrique. Muito bem! Vamos investigar Waldomiro e vamos investigar o Governo Fernando Henrique no episódio GTech.

Sr. Presidente, o que me anima a vir a esta tribuna hoje é fazer uma proposta clara e sóbria, para um governo que está pouco claro e que tem sido pouco sóbrio no seu caminhar. O Governo certamente não teme os resultados da investigação; ele teme que a economia entre em alvoroço, o aumento do Risco Brasil, Senador Agripino Maia; o Governo teme o recrudescimento das dificuldades brasileiras. Pois, neste momento, falando em nome do PSDB, falando em nome da minha Bancada de Senadores, faço uma proposta, que nem de leve é um desafio. É uma proposta, em nome do Brasil, para que instalemos a CPI, após uma reunião de Líderes, que pode ser onde desejarem as Lideranças do Governo, para assumirmos algum compromisso: A CPI vai fundo, investiga quem tiver que investigar, indica a punição para quem merecer, e nós nos comprometemos a votar, sem obstar, todas as matérias disso que o Governo chama de agenda positiva. A Lei de Falências, que não foi votada antes por causa do PT, será votada agora. Votamos a regulação do setor elétrico, corrigindo os disparates da lavra da Ministra, votamos a lei de biossegurança e o que mais queiram e que possa fazer parte de uma agenda positiva. Ou seja, a CPI funcionaria, como funciona a do Banestado, no seu lugar e na sua hora, e nós, aqui, iríamos manter o nosso papel de legisladores. Não iríamos deixar cair a expectativa sobre a economia brasileira, não iríamos comprometer, de forma alguma, o que possa ser o desempenho de uma economia, até porque não há ne-

cessidade de se atrapalhar um governo que deixou de fabricar 2% de crescimento positivo pela sua indecisão ao baixar juros e pela sua fraqueza na hora de fazê-lo. O Brasil teve um crescimento negativo de 2%. Seria impatriótico complicarmos ainda mais este quadro.

O Governo não teme, o Ministro José Dirceu não teme, o Presidente Lula não teme, ninguém teme. Imagino que, a esta altura, a única pessoa a temer seja o Sr. Waldomiro, e espero que só ele mesmo.

Aqui está, portanto, Sr. Presidente, uma proposta, não um desafio. Instalamos a CPI, o Governo sai dessa posição constrangedora de recuo, dessa posição constrangedora que o leva a ficar muito mal perante sua própria história e perante a opinião pública, e assumimos o compromisso solene, perante a Nação, de votar todas as matérias da agenda positiva. Portanto, imagino que, após a resposta do Governo, que não haverá de ser o silêncio que pareça prepotente ou que pareça covarde, mas, sim, com certeza, dizendo que, se é assim, o Governo autoriza seus Senadores a assinarem a CPI, faremos a investigação e mostraremos que esta democracia é sólida e forte o bastante para que não haja perspectiva de se atrapalhar a economia porque se está querendo pegar ladrão pela boca, um dos papéis de quem tem decência na vida pública. Ladrão solto atrapalha o desempenho da economia brasileira, Sr. Presidente.

Não é desafio, mas um apelo, que está lançado para os homens de honra de um Governo que, tenho certeza, não vai cair na desmoralização da omissão, porque, ao contrário, vai saber se reerguer na altivez de quem reage, na altivez de quem tem amor-próprio, na altivez de quem tem respeito por si mesmo, na altivez de quem não é omisso, na altivez de quem não vira as costas para o clamor da Nação. Oitenta e um por cento dos brasileiros querem a CPI, e eu diria que cem por cento dos brasileiros querem o êxito do Governo Lula, que ele dê certo, mas que o preço para se tocar a economia para frente não seja o falso pretexto de se abafar a indignação de nosso povo contra a imoralidade que se perpetrou às barbas do Presidente no quarto andar do Palácio do Planalto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, pelo Partido da Frente Liberal.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e

Srs. Senadores, dirijo-me ao Senador Arthur Virgílio, que acaba de deixar a Tribuna. V. Exª estava viajando, e não conversamos nestes últimos dias. Mas como temos identidade de pensamento, eu havia rasgado alguns pontos para falar enquanto ouvia os oradores que aqui se manifestavam.

Sr. Presidente, não quero falar especificamente sobre o tema para o qual o Brasil inteiro está atento, querendo saber o que pensam os partidos políticos e os políticos do Brasil: a CPI do Waldomiro. Quero falar, Sr. Presidente, sobre o Brasil, sobre interesse nacional, sobre agenda positiva e as minhas preocupações sobre a agenda positiva.

A CPI do Waldomiro, na minha opinião, faz parte da agenda positiva porque passa à limpo a ética do Brasil. É um item, mas não o único. Não sei nem se o mais importante. O mais importante, o que me traz à tribuna, o que me preocupa mais é o nefasto 0,2% negativo, a queda do PIB ocorrida em 2003, os 11,7% de desemprego no Brasil.

O que me preocupa mais, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é o que ouvi e vi hoje do Ministro Palocci na televisão, no "Bom Dia Brasil". Estou preocupado, Sr. Presidente, porque penso que o Governo do PT não está sabendo o que fazer. Repito: o Governo do PT não está sabendo o que fazer. E digo o porquê. As figuras mais elogiadas do Governo na área econômica diziam, há três ou quatro meses, que o PIB iria crescer 3%; os mais cautelosos falavam em 2%. Será que as autoridades do Governo não têm o comando, não têm o controle da economia para saber que a economia estava ladeira abaixo e que não iria crescer 3 ou 3,5%, mas cair 0,2%?

E vejo o Ministro Palocci, na televisão, hoje, respondendo a uma pergunta do entrevistador sobre a questão da construção civil, onde se retomam os empregos, dizendo que tomou uma providência envolvendo um projeto de lei ao Congresso. Imaginei que seria um projeto de lei com alguns bilhões de reais da Caixa Econômica ou do BNDES ou de órgãos oficiais de crédito para investir num setor que emprega muita gente e ativa a economia. Nada disso. Fala num projeto de lei que, por um lado, protege o empresário e, por outro, o mutuário, não criando nada de novo. Se acontecer com uma construtora o que aconteceu com a Encol, os mutuários podem se organizar e concluir o prédio. Se os mutuários atrasarem o pagamento da prestação, a empresa tem como tomar o imóvel. Isso é providência para reativar a construção civil?

A preocupação cresce mais ainda, Sr. Presidente, quando outra pergunta é feita em torno do entendimento com o FMI a propósito do superávit primário de

4,25%. Senador Jonas Pinheiro, vai haver investimento no seu Mato Grosso na hora em que o superávit primário, o dinheiro que deve sobrar para pagar a dívida, não for de 4,25%, mas de 3% do PIB. Aí vamos ter dinheiro para consertar estradas, para fazer ferrovias, para prover a infra-estrutura. A resposta do Ministro Palocci foi uma evasiva a mais, porque não respondeu positivamente à pergunta que era do Brasil, feita num programa difundido para o Brasil inteiro.

Eu quero falar, sim, de agenda positiva, e aqui falo para os Líderes do Governo. Quero falar da agenda positiva que trata das medidas provisórias. Aqui está em curso um conjunto de MPs, a começar pela do setor elétrico. Com o voto do PFL ela não será aprovada como está posta. Ela, no meu entendimento, é incorreta porque não tem a visão correta do Brasil. Ela pretende, a propósito de proteger com a tarifa o atual consumidor, desproteger o futuro consumidor. Isso porque ela não vai criar condições de atrair investimentos. Pelo contrário, vai afugentar investidores.

Se querem discutir agenda positiva, vamos começar com competência. Vamos começar por discutir competência e vamos abrir o diálogo. Vamos oxigenar o diálogo e não fazer como estamos fazendo no que se refere à questão da CPI do Waldomiro.

Ética é parte prioritária de agenda positiva neste País. Assim como é importante votarmos as MPs, assim como é importante gerar emprego, assim como é importante retomar o crescimento, é importante retomar o padrão ético no serviço público do Brasil.

Volto a dizer: foi divulgada uma fita de vídeo em que um auxiliar do Governo com assento no Palácio do Planalto pedia propina para si e dinheiro para financiar campanhas eleitorais de dois partidos políticos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Infelizmente não posso conceder.

Sr. Presidente, não se tratava de um cidadão comum, era um auxiliar do Chefe da Casa Civil, com gabinete no Palácio do Planalto, linguajar sujo, diálogo com um sujeito sobre cuja conduta não apostou nenhuma ficha que tenha no bolso. O que está indignando os 81% de brasileiros que responderam à pesquisa Data Folha sobre se deveria haver CPI é a pergunta daqueles que votaram, porque nos 81% estão seguramente contidos os 61% que votaram em Lula. A aflição, a angústia das pessoas é para saber: eu pos-

so continuar confiando no governo em que votei? É esta a resposta que a sociedade quer.

O que queremos, Sr. Presidente, é dar a resposta ao petista convicto sobre se ele pode continuar ou não acreditando no governo em que votou. Há uma pergunta não respondida. O Sr. Waldomiro agiu por conta própria ou em nome de alguém ou de alguma instituição? E só por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com poderes para quebrar sigilos telefônico, bancário e fiscal se poderá chegar às conclusões que a sociedade exige. Falar em agenda positiva, no entendimento do meu Partido e no meu entendimento, é tratar sim de crescimento do País, de geração de emprego, da legislação ordinária e de medidas provisórias, mas repor a ética do serviço público do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães pela Minoria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, em primeiro lugar, deixo agradecer ao Líder da Minoria, Efraim Moraes, e ao Vice-Líder, Tasso Jereissati, a oportunidade de falar, até mesmo contrariando o pensamento deles próprios. Isso mostra o funcionamento da democracia na Oposição e me permite tecer as considerações que desejo.

Em primeiro lugar, todos repararam que o Senador Jefferson Péres, com a inteligência que lhe é própria, não pronunciou uma palavra sobre a tal denúncia vazia do Senador Almeida Lima, não disse uma palavra sequer sobre a questão. Falou sobre a incoerência – verdadeira – dos partidos políticos. Disse que, no passado, o PT pedia, gritava, clamava por CPIs, e que hoje o Partido impede que elas sejam feitas. Por outro lado, nós outros lutávamos contra as CPIs e hoje muitos querem fazê-la. É um festival de incoerência, mas que, infelizmente, é da política brasileira.

Mas, Sr. Presidente, depois de tudo o que o Sr. Almeida Lima fez com a imprensa deste País – S. Ex^a brincou com os jornalistas ao declarar que traria uma grande denúncia contra o Ministro José Dirceu –, eu diria hoje que, se eu fosse do Governo ou do PT, faria uma estátua para o Senador Almeida Lima, porque foi o primeiro a defender, realmente, o Ministro José Dirceu nesta Casa. Foi o primeiro a defender porque trouxe fatos inverídicos, não comprovados. S. Ex^a apresentou a este País, numa hora difícil que todos atravessam, inclusive o Executivo e o Legislativo, uma denúncia sem expressão alguma, que não pode-

ria ser apresentada sequer em qualquer jornal do mais longínquo município do interior baiano, que dirá diante desses jornalistas todos, de toda a imprensa nacional, criando nesta Casa um clima de apreensão. Todos queriam saber e S. Ex^a dizia: "Amanhã eu provo tudo com os documentos". O Sr. Almeida Lima fez tal papel, merecendo, portanto, o aplauso do PT e do Governo, porque foi o defensor maior do Ministro José Dirceu.

Eu não me sentiria bem se não dissesse essas palavras nesta tribuna, primeiro porque considero honrado o Ministro José Dirceu, considero-o um homem de bem; segundo, porque fui Governador, Prefeito, Presidente da Eletrobrás, Ministro, lidei com muitos Presidentes da República, e não há um só administrador que não tenha sido enganado por algum auxiliar. Ele não pode pagar esse preço. Quem tem que pagar é o auxiliar, não a pessoa enganada. Ele já sofreu e sofre com o engano da pessoa, não poderia sofrer com acusações levianas que tenham sido feitas aqui, como as de hoje, do Senador Almeida Lima.

O Senador Almeida Lima tomou hoje a lição que todos os políticos precisam tomar na vida: aprender a fazer acusação, não acusar sem provas, não pensar que a nota na imprensa é tudo na vida do homem. Não é não. Quando é verdadeira merece o aplauso e o respeito, quando não é verdadeira, como ficou aqui amplamente comprovado, a ponto de o Líder do seu Partido não o defender e vir com outros assuntos, evidentemente é digna de pena. Mas, ao mesmo tempo, deve ser um homem que não vai dormir bem por ter sido tão leviano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio para uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para uma questão de ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, com base no art. 403 do Regimento Interno da Casa, eu, que discordei da atitude da Mesa de suspender as sessões da semana carnavalesca, indago de V. Ex^a se essa é uma prática comum, pois no meu tempo de Parlamento ela não se mostrou comum. Se é ou foi comum, indago quando e por que mesas foi adotada. V. Ex^a sabe do respeito, do carinho pessoal que lhe devoto e, mais ainda, do respeito que tenho pela Mesa Diretora como um todo, integra-

da por figuras que representam o que há de melhor no Senado e precisamente por isso a compõem. Quero espancar de logo, de plano, a idéia mesquinha de que se tentasse por aí abafar o escândalo Waldomiro, que não se abafa nem com todos os carnavais, nem com os carnavais de Calígula se abafaria um escândalo desses. Quero aqui firmar, do plenário, o meu entendimento em relação à Mesa, que pode, mas não pode tudo. Tanto pode, que decretou o feriado, mas, a meu ver, não poderia. Não encontrei amparo no Regimento Interno da Casa nem na Constituição, e sinto que a voz do Senado ficou faltando, numa hora em que a Nação queria também ouvi-la.

Volto a dizer que espanco, por absoluta confiança na Mesa, a idéia de que tivesse sido qualquer manobra para se impedir que o escândalo grassasse. O escândalo grassou, foi feito pelo Sr. Waldomiro Diniz, que trabalhava na Casa Civil, no quarto andar do Palácio do Planalto. Esse é o escândalo, e o mais é subproduto do escândalo, inclusive o discurso do Senador Almeida Lima, que não ouvi – alguns dizem que não foi feliz; outros, que nem tanto. O fato é que não foi o Senador Almeida Lima a receber propina, a empregar o Sr. Waldomiro Diniz. Não vamos tirar o foco das coisas reais.

Espanco a idéia de que a Mesa, em algum momento, possa ter participado disso. Conheço-a, e a Mesa, plural como é, representando cada tendência desta Casa, não faria isso. Mas houve a exploração por parte da imprensa, houve a idéia de que o Senado autocalou a voz, auto emudeceu, numa hora em que a Nação pedia, exigia e clamava também pela palavra do Senado da República.

Essa é a questão de ordem que apresento a V. Ex^a, com o respeito que lhe devoto e com a consideração que tenho por todos os seus colegas desta ilustre Mesa Diretora.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Primeiramente, agradeço a V. Ex^a a constatação de que, na Presidência desta Casa, por maiores que sejam as minhas convicções políticas, jamais deixei de ter presente a defesa da nossa instituição e do Senado Federal.

Quero dizer a V. Ex^a que existe precedente na Casa. Por muitos anos, as Mesas do Senado Federal e a da Câmara dos Deputados deixaram de realizar sessões durante as festas carnavalescas e a Semana Santa – em 2001, não fizemos realizar sessões durante toda a semana do Carnaval. Ocorre que, como estávamos com a pauta trancada por medidas provisórias, não tínhamos como realizar a Ordem do Dia e não queríamos submeter a desgaste o Senado Fede-

ral convocando sessões e não termos número para abri-las, como ocorreu com a outra Casa sexta-feira última. Foi justamente em defesa da Casa e do seu conceito que não realizamos sessão nesses dias.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, Avisos de Ministros de Estado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

AVISOS

(Nº 20, de 2004, de 13 de fevereiro passado, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.149, de 2003, do Senador Marcelo Crivella);

(Nº 21, de 2004, de 13 de fevereiro passado, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.023, de 2003, do Senador Arthur Virgílio);

(Nº 22, de 2004, de 13 de fevereiro passado, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.052, de 2003, do Senador Arthur Virgílio);

(Nº 23, de 2004, de 13 de fevereiro passado, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.081, de 2003, do Senador José Jorge);

(Nº 146, de 2004, de 13 de fevereiro passado, do Ministro da Saúde, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.159, de 2003, do Senador Arthur Virgílio);

(Nº 147, de 2004, de 13 de fevereiro passado, do Ministro da Saúde, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.142, de 2003, do Senador Arthur Virgílio);

(Nº 148, de 2004, de 13 de fevereiro passado, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.161, de 2003, do Senador Arthur Virgílio);

(Nº 149, de 2004, de 13 de fevereiro passado, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, comunicando que as informações em resposta ao Requerimento nº 1.120, de 2003, do Senador José Agripino, estão em fase de revisão, devendo ser enviadas a esta Casa oportunamente); e

(Nº 150, de 2004, de 13 de fevereiro passado, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.111, de 2003, do Senador José Agripino.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A comunicação e as informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

O Requerimento nº 1.120, de 2003, aguardará as informações na Secretaria-Geral da Mesa. Os demais Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 189, DE 2004.

Requeiro, nos termos do art. 215, III, c, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de votos de pesar pelo falecimento, em 26 de fevereiro último, da Dra. Herzeleide Maria Fernandes de Oliveira.

Servidora do Senado Federal, no cargo de Consultor Legislativo, desde fevereiro de 1985, a Dra. Herzeleide exerceu, nesta Casa, importantes funções, como a de Advogado-Geral e Consultor-Geral Legislativo.

Estudiosa do Direito, prestou inestimáveis serviços ao Senado e ao Congresso, tendo participado ativamente, em grau de assessoramento, da elaboração da Constituição de 1988.

Deixa saudades e, acima de tudo, um exemplo vivo de senso do dever e dedicação ao trabalho, no qual se destacou como poucos.

Sala das Sessões, 2 de março de 2004. – Senador **Garibaldi Alves Filho**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 20, DE 2004

Revoga a alínea h do inciso I do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e a alínea h do inciso I do art. 11 da Lei nº 8.213, da mesma data, acrescentadas pela Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Revogam-se a alínea h do inciso I do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a alínea h do inciso I do art. 11 da Lei nº 8.213, da mesma data,

acrescentadas pela Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A iniciativa que ora submetemos à apreciação dos nossos ilustres Pares tem o objetivo de revogar a alínea h do inciso I do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentada pela Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997.

A Lei nº 9.506, de 1997, que regulamentou a extinção do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), entre outras disposições, tomou segurado obrigatório do regime geral de previdência social, como empregado, o exercente de mandato eletivo, desde que não vinculado a regime próprio de previdência.

Ocorre que o Supremo Tribunal Federal declarou essa norma inconstitucional, em processo de recurso extraordinário. Basicamente, a Corte entendeu que não poderia a lei infraconstitucional criar figura nova de segurado obrigatório da previdência social, tendo em vista o disposto no art. 195, II, da Constituição Federal, à época da entrada em vigor da lei contestada.

Por outro lado, a decisão do STF declara que o dispositivo impugnado, ao criar figura nova de segurado obrigatório da previdência social, teria gerado fonte nova de custeio da seguridade social, instituindo contribuição sobre o subsídio de agente político.

Entretanto, a instituição dessa nova contribuição teria que observar o disposto no art. 154, I, por força do disposto no art. 195, § 4º, ambos da CF. Desse modo, somente por lei complementar poderia ser instituída a citada contribuição.

De outra parte, a decisão do Supremo Tribunal Federal que declara inconstitucional dispositivo de lei por meio de recurso extraordinário não tem efeito **erga omnes**. Vale dizer, não alcança aos jurisdicionados em geral, mas apenas os envolvidos diretamente no caso.

Desse modo, a partir da decisão do STF no processo em tela, fica suspensa a aplicação da norma entre as partes do recurso extraordinário. Ou seja, o INSS não pode cobrar do Município de Tibagi-PR a contribuição previdenciária de que se trata, mas pode cobrar de outros Municípios bem como dos Estados, do Distrito Federal e da União.

Para que decisão em recurso extraordinário tenha efeito **erga omnes**, é preciso que o Senado Federal suspenda a execução da norma declarada incons-

titucional, após receber oficialmente comunicado da decisão pelo STF (art. 52, X, da CF).

No caso em questão, diversos Municípios têm manifestado seu interesse em dar esse efeito à decisão do Supremo Tribunal Federal aqui tratada, pois passariam a ter respaldo legal expresso para deixar de recolher ao INSS a contribuição previdenciária dos seus vereadores e prefeitos.

Entretanto, a decisão do Senado que suspende a execução da norma declarada inconstitucional dever ser aprovada por projeto de resolução nesse sentido, que deve ser instruído, entre outros documentos, com o correspondente acórdão do Supremo Tribunal Federal. E ocorre que até o momento o Supremo não enviou o acórdão a essa Casa, até mesmo porque a decisão ainda não transitou em julgado.

Como é do interesse de todos os Municípios do País que seja suspensa a aplicação da norma em questão o mais breve possível e como no entendimento da nossa Corte constitucional ela afronta a Lei Maior, estamos apresentado o presente projeto de lei com o fim de afastar a norma impugnada de uma vez por toda do sistema jurídico nacional.

Por fim, cumpre esclarecer que uma vez que se está revogando a previsão legal da contribuição previdenciária referente aos parlamentares, deve ser revogada também a previsão do correspondente benefício, uma vez que esse decorre daquela.

Desse modo, estamos propondo também a revogação da alínea h do inciso I do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, também acrescentada pela Lei nº 9.506, de 1997.

Ante o exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação do projeto de lei que ora submetemos à apreciação desta Casa.

Sala das Sessões, 2 de março de 2004. – Senador **Luiz Otávio**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências.

.....
Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

.....
h) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime

próprio de previdência social; (Alínea incluída pela Lei nº 9.506, de 30-10-97)

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Providência Social e dá outras providências.

Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

h) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social; (Alínea incluída pela Lei nº 9.506, de 30-10-97)

LEI Nº 9.506, DE 30 DE OUTUBRO DE 1997

Extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, e dá outras providências.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2004

Disciplina o envio de mensagens eletrônicas comerciais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei disciplina o envio de mensagens eletrônicas comerciais.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, são utilizados os seguintes conceitos:

I – mensagem eletrônica é toda mensagem de texto, voz, som ou imagem enviada no âmbito da rede mundial de computadores (Internet);

II – mensagem eletrônica comercial é a mensagem eletrônica enviada a partir de computadores instalados no País, com objetivos comerciais ou publicitários de bens ou serviços, para mais de quinhentos destinatários consientes ou não, em um período de 96 horas;

III – uma mensagem eletrônica é considerada como enviada a partir de computadores instalados no País quando sua origem ocorreu em computadores instalados no País, não se considerando como ori-

gem as ações de mera transmissão ou roteamento efetuadas por provedor de acesso à Internet;

IV – mensagem eletrônica comercial não solicitada é toda mensagem eletrônica comercial enviada para destinatário não consiente;

V – destinatário consiente é aquele que:

a. tendo mantido transação comercial com o remetente em data não anterior a dezoito meses da data do recebimento da primeira mensagem eletrônica comercial desse remetente, não manifestou opção pelo não-recebimento de mensagens eletrônicas comerciais desse remetente, embora, no momento dessa transação, e em todas as mensagens eletrônicas subseqüentes, este haja provido, de forma clara e compreensível, mecanismo eficaz, simples e gratuito pelo qual o destinatário pudesse exercer a opção pelo não-recebimento de mensagens eletrônicas comerciais desse remetente; ou

b. solicitou explicitamente ao remetente ou consentiu expressamente que este lhe enviasse mensagem eletrônica comercial.

VI – dado pessoal é a representação de fatos, juízos ou situações referentes a uma pessoa;

VII – banco de dados pessoais é um conjunto de dados pessoais;

VIII – proprietário de banco de dados pessoais é a pessoa física ou jurídica, detentora do banco de dados pessoais e que tem o direito de fazer inserir, excluir, transmitir ou modificar dados;

IX – titular de dados pessoais é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ou seu representante legal, a quem se refere o dado pessoal;

X – proprietário de caixa postal eletrônica é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ou seu representante legal, que possui endereço eletrônico registrado em um prestador de serviço de correio eletrônico.

§ 1º A mera mudança de remetente ou destinatário não qualifica uma mensagem eletrônica como diversa de uma outra.

§ 2º Uma mensagem eletrônica não se qualifica como mensagem eletrônica comercial apenas por conter referência a empresa com o fim de identificar o remetente, ou por conter hiper-ligação para página da Internet que tenha objetivo comercial.

Art. 3º É proibido o envio de mensagens eletrônicas comerciais a destinatários não consientes.

Art. 4º O remetente de mensagem eletrônica comercial é obrigado a apresentar, de forma clara e compreensível, em cada mensagem que enviar, os seguintes elementos:

I – seu endereço físico, seu endereço de IP (Protocolo de Internet) ou equivalente, seu endereço URL (**Uniform Resource Locator**) ou equivalente;

II – no início da linha de assunto, o propósito da mensagem, assim especificado: no caso de publicidade de conteúdo impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes, advertência de seu conteúdo “PUBL: ADULTO”; nos demais casos, “PUBL”;

III – a origem da base de dados pessoais utilizada para o envio daquela mensagem;

IV – mecanismo eletrônico eficaz, simples e gratuito pelo qual o destinatário possa facilmente exercer o direito de não mais receber mensagens daquele remetente.

Parágrafo único. No caso de coleta de dados pessoais do destinatário, a mensagem conterá também declaração, exibida de forma proeminente e compreensível, antes e durante o momento da coleta de informações, explicando quais dados pessoais serão coletados, como serão coletados e por quem, e como serão utilizados, explicitando o uso de arquivos **cookies** ou outros mecanismos de rastreamento, e proverá mecanismo eletrônico eficaz, simples e gratuito pelo qual o destinatário possa facilmente exercer o direito de proibir tal coleta.

Art. 5º Todo proprietário de caixa postal eletrônica tem o direito de, com ou sem ajuda de seu provedor de acesso à Internet, bloquear o recebimento de mensagens eletrônicas originárias de determinado remetente ou de optar eficazmente junto a este por não mais recebê-las.

Art. 6º Usar meios que impeçam ou dificultem a identificação do remetente ou o bloqueio automático de suas mensagens eletrônicas, aí incluídos a ocultação ou falseamento de informação que possibilite identificar a origem ou o roteamento da mensagem.

Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Parágrafo único. Da fiança recolhida como resultado da prisão pelo crime previsto no **caput** deste artigo, vinte por cento destinar-se-ão a quem, em primeiro lugar, haja identificado o agente do crime e suprido informação suficiente para a sua identificação e indiciamento, montante que será considerado custas do processo.

Art. 7º Os proprietários de bancos de dados de endereços eletrônicos são obrigados a excluir os dados de pessoas que tenham optado por não mais re-

ceber mensagens eletrônicas comerciais, e são proibidos de pôr à disposição de terceiros os endereços eletrônicos ou quaisquer dados que constem de tal cadastro sem o expresso consentimento dos titulares dos dados.

Art. 8º Cada mensagem eletrônica comercial enviada a destinatário não consente sujeita o remetente à pena de multa de quinhentos reais, acrescida de um terço, no caso de reincidência.

Art. 9º A violação de qualquer uma das disposições contidas nos arts. 42 e 72 sujeitam o infrator à multa de quinhentos reais por cada titular de dados atingidos ou mensagem enviada, acrescida de um terço do total, no caso de reincidência.

Art. 10. A entidade que contratar serviços de propaganda, publicidade ou “marketing” direto responderá solidariamente por violações desta Lei, exceto se houver desautorizado, formalmente, o envio de mensagens não solicitadas em seu nome ou com seu patrocínio.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O volume de mensagens eletrônicas comerciais não solicitadas – conhecidas como **spam** – tem crescido de forma alarmante a cada ano. Atualmente, avalia-se que cerca de metade do total de mensagens enviadas pela Internet seja **spam**. Esse tipo de publicidade tem um custo muito baixo para o anunciante que, assim, opta por enviá-la a centenas de milhares de destinatários. Multiplicando esse volume pelos milhares de anunciantes, fica fácil de entender porque nossas caixas de correio eletrônico encontram-se abarrotadas de anúncios indesejados, muitos deles de cunho pornográfico, cabendo a nós, usuários do correio eletrônico, o ônus de descartá-las para que possamos dar lugar e receber as mensagens que nos são relevantes e importantes.

Os prejuízos causados pelo **spam** em escala mundial são calculados na casa de dezenas de bilhões, ou mesmo trilhões de dólares. O comércio eletrônico como um todo encontra-se ameaçado por essa prática, a tal ponto que entidades tradicionalmente refratárias a controle governamental para essa questão, como a associação das empresas de marketing direto americanas, declararam-se a favor de regulamentação legislativa, tendo esgotado praticamente todos os recursos privados para deter o spam.

Muitos são os meios empregados para diminuir a avalanche de spam, mas nenhum mostrou-se realmente eficaz. E chegado o momento de chamarmos a

nós legisladores a tarefa de tentar salvar a Internet, antes que ela seja submersa pelo lixo do spam. Neste projeto, optamos pela posição firme, proposta pela inicialmente pela União Européia, de proibirmos mensagens eletrônicas de cunho comercial que não tenham sido solicitadas pelo destinatário. Entendemos que tal mecanismo, conhecido como opt-in, é o único capaz de resolver esse problema. O termo em inglês refere-se ao fato de ao destinatário caber a opção de só passar a receber esse tipo de mensagem se ele tomar a iniciativa.

Estamos bem inteirados de propostas que sugerem mecanismos alternativos, conhecidos como **opt-out**, em que o destinatário a priori pode receber mensagens eletrônicas comerciais, devendo ele manifestar-se se quiser parar de recebê-las. Entendemos que essa não é uma maneira satisfatória de lidar com o **spam**. Por que colocar sobre o destinatário o ônus de se desfazer de mensagens que ele não solicitou e que lhe causam prejuízo? Por que permitir que o tráfego da Internet seja sobrecarregado com mensagens indesejadas? Temos de consolidar no Brasil uma política de respeito ao consumidor, que o poupe de assédios e assegure-lhe a privacidade.

No Brasil, atualmente, os detentores de caixas postais eletrônicas contam apenas com a proteção assegurada pelo art. 36 do Código de Defesa do Consumidor – que veda o disfarce do propósito comercial de qualquer propaganda –, e pelo art. 159 do Código Civil – que determina sejam indenizados os danos morais e materiais indevidos, nos quais se enquadram aqueles eventualmente produzidos por uma avalanche de **spam**. Há também algumas regulamentações setoriais, como a auto-regulamentação publicitária ou profissional da OAB, que, por meio do Provimento nº 94 do seu Conselho Federal, permite o envio de mala direta por advogado apenas quando solicitado ou autorizado.

Nesta proposta, buscou-se estabelecer, inicialmente, que o remetente de mensagens comerciais só pode enviá-las a destinatários que tenham previamente consentido em recebê-las. Além desse, uma vez estabelecida a comunicação, buscamos atender a três quesitos: (1) a não dissimulação do propósito comercial ou publicitário de uma mensagem eletrônica; (2) a identificação clara e verdadeira do remetente, e (3) a habilitação do destinatário a solicitar sua exclusão da lista de mala direta de determinado remetente, ou a bloquear eficazmente mensagens deste.

Chamamos a atenção para o ponto importante de que não pretendemos eliminar o anonimato da Internet. Sabemos que muitas vezes ele é mesmo es-

sencial, como no caso de dissidentes políticos em regimes ditatoriais que enviam mensagens denunciando violações gravíssimas de direitos humanos ocorridas em seus países, e que correm risco de vida caso sejam identificados.

Exigimos a identificação apenas daqueles remetentes que enviam mensagens eletrônicas comerciais em grande escala, definidos no art. 2º, II, como aqueles que, a partir de computadores instalados no País, enviam mensagens com objetivos comerciais ou publicitários de bens ou serviços, para mais de quinhentos destinatários consientes ou não, em um período de 96 horas.

Com a precaução de estabelecer a quantidade de tráfego tolerada, evitamos também que simples mensagens entre grupos de colegas, divulgando bens ou serviços úteis, sejam confundidas e classificadas como **spam**.

A tipificação da dissimulação da origem da mensagem, no art. 6º, como crime merecendo punição idêntica àquele de falsidade ideológica tem o condão de tratar com a devida seriedade essa prática tão danosa.

A oferta, no mesmo art. 6º, de uma recompensa pela identificação do agente do crime visa a motivar os especialistas em informática e hackers a colaborar na difícil tarefa de identificação e posterior punição desse tipo de crime. Talvez essa seja a única maneira de conseguir realmente coibir o **spam**, pois os **spammers** (remetentes de **spam**) são extremamente hábeis na dissimulação de seus rastros, e não há recursos humanos suficientes para investigação policial desses casos.

No art. 8º, instituímos multa para cada mensagem não-solicitada que seja enviada.

No art. 9º, prevemos o pagamento de multas para as demais violações a disposições desta lei, não retirada do nome do solicitante da sua lista de mala direta, ou distribuição indevida de dados pessoais.

Tendo em mente os mandamentos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que restringe a produção de leis extravagantes, consideramos a possibilidade de inserir os dispositivos deste projeto no Código de Defesa do Consumidor. Exame cuidadoso da questão constatou que o presente texto tem sua força em sua organicidade, impossível de ser mantido caso inserido naquele Código.

Peço o apoio dos nobres Pares para esta iniciativa, que, acredito, tem o potencial de nos livrar da praga que é o spam, que ameaça inviabilizar o uso da Internet como a conhecemos.

Sala das Sessões, 2 de março de 2004. – Senador **Duciomar Costa**.

LEGISLAÇÃO CITADA**CÓDIGO CIVIL**

Art. 159. Serão igualmente anuláveis os contratos onerosos do devedor insolvente, quando a insolvência for notória, ou houver motivo para ser conhecida do outro contratante.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 36. A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.

Parágrafo único. O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

(Às Comissões de Constituição, justiça, Cidadania e de Educação, cabendo a última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 190, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado Nº 69, de 2002, com os Projetos de Lei do Senado nºs 467 e 497, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 2 de março de 2004. – Senador **Tasso Jereissati**.

REQUERIMENTO Nº 191, DE 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a tramitação conjunta do PLS nº 254, de 2003, do PLC nº 27, de 2003 (PL nº 4.391, de 2001, na origem), e do PLS nº 158, de 2003, com o PLC Nº 76, de 2000 (PL nº 240, de 1999, na origem), por versarem sobre a mesma matéria (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT).

Sala das Sessões, 2 de março de 2004. – Senador **João Alberto Souza**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os requerimentos lidos serão publicados e posteriormente incluídos na Ordem do Dia, na forma do Regimento Interno, art. 255.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 192, DE 2004

Requer voto de aplauso ao cineasta Fernando Meirelles, diretor do filme Cidade de Deus, que concorreu ao Prêmio “Oscar”, em Hollywood, com quatro indicações.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao ilustre cineasta brasileiro Fernando Meirelles, diretor do filme brasileiro “Cidade de Deus”, que, embora não contemplado com o Oscar, participou da premiação anual da Academia de Cinema de Hollywood com quatro indicações.

Requeiro, também, que deste Voto de Aplauso, sejam cientificados o homenageado e, por seu intermédio, todos os participantes do filme.

Justificação

A homenagem que ora formulou justifica-se pelo notável avanço do Cinema brasileiro, que, este ano, teve uma produção com quatro indicações para a premiação do Oscar: Cidade de Deus. Como o próprio Diretor da película, Fernando Meirelles, ressaltou após a premiação, só o fato de, novamente, um filme

brasileiro ter sido incluído entre outros, demonstra a qualidade da cinematografia nacional. Ressalte-se, a propósito, o otimismo de Meirelles, que declarou, naquela ocasião: "Eu voltarei!"

Sala das Sessões, 2 de março de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Não havendo acordo das Lideranças para apreciação da matéria constante do item 1 da pauta – **Medida Provisória nº 141, de 2003** –, está encerrada a Ordem do Dia, ficando as demais matérias com a sua deliberação sobrestada.

São os seguintes os itens sobrestados

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 141, DE 2003

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 141, de 2003, que *dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.*

Relator revisor: Senador Eduardo Siqueira Campos

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 142, DE 2003

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 142, de 2003, que *dispõe sobre os créditos do Banco Central do Brasil contra instituição financeira credenciada a operar no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos – CCR, e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Ney Suassuna

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 144, de 2003)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 144, de 2003, que *dispõe sobre a comercia-*

lização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Delcídio Amaral

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 145, de 2003)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 145, de 2003, que *autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Rodolpho Tourinho

5

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 68, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 68, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.810, de 2003, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que *autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de cem milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Reabilitação da Área Central do Município de São Paulo – Procentro.*

Parecer favorável, sob nº 1.952, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1.582, de 2003).

6

REQUERIMENTO Nº 140, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 140, de 2004, do Senador Osmar Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, ofício do Sr. Presidente do Superior Tribunal de Justiça que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

Ofício nº 210 /GP

Brasília , 2 de março de 2004.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Superior Tribunal de Justiça , na sessão plenária do último dia 16, decidiu, por maioria, a saber vinte votos, manifestar-se contrário à criação do controle externo do Judiciário e, assim, ratificar, quanto ao tema, a proposta que apresentou ao Congresso Nacional. Seis Ministros votaram favoravelmente à sua criação, e um declarou que o Poder não necessita de controle – seja interno, seja externo. Estiveram ausentes cinco Ministros, dos quais um se encontra licenciado e outro afastado, e há no Tribunal uma vaga decorrente de aposentadoria.

Na mesma sessão, que ocorreu sob intensa discussão, o Superior Tribunal ainda teve tempo de se pronunciar acerca de dois outros temas: a súmula vinculante e o precatório. Quanto ao primeiro, entendeu o Plenário, por unanimidade, que esta Corte poderá editá-la em matéria infraconstitucional, tendo ela efeito vinculante em relação a órgãos do Judiciário e à administração pública direta e indireta. No que concerne ao precatório, entendeu, também por unanimidade, que se impõe a sua substituição por título sentencial, nos moldes da proposta apresentada ao Congresso Nacional.

Relativamente à súmula, Senhor Presidente, há um ponto, dos mais importantes, que cumpre seja repisado: recomenda-se fique bem claro no texto constitucional que o Supremo Tribunal Federal há de poder editá-la tão-somente em matéria constitucional, e o Superior, repito, em matéria infraconstitucional; caso contrário, corremos todos o risco de atropelar ainda mais a tão atropelada distribuição de competências entre o Supremo e o Superior. Tal era, mais que justificada, a preocupação do Deputado Ney Lopes, entre outros ilustres parlamentares, quando apresentou, na Câmara dos Deputados, em 29.4.99, substitutivo à PEC-96-A/92.

É-me também propício o momento para, em nome do Superior Tribunal, reiterar o inteiro teor de todas as demais sugestões entregues por esta Corte tanto à Câmara dos Deputados quanto ao Senado

Federal. Foram elas, naquelas oportunidades, saudadas pela imprensa e pelo meio jurídico como instrumentos valiosíssimos para tornar mais eficiente e mais rápida a prestação jurisdicional e, em consequência, para afastar os efeitos nefastos de um Judiciário lento, congestionado e emperrado.

Entre tais sugestões, recordaria a que permitirá ao Superior Tribunal selecionar as causas – ou em decorrência da repercussão geral da lei federal, ou em decorrência de determinação em lei dos casos de inadmissibilidade do recurso especial. Nesta última hipótese, enquanto não editada a lei, o Superior Tribunal poderia estabelecê-los em seu Regimento Interno.

No ensejo, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada consideração.

Ministro **Nilson Naves**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O expediente lido será juntado ao processado da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, e vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Volta-se à lista de oradores inscritos.

Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSDB.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a, nobre Líder Tasso Jereissati, fica inscrito após os três Líderes já inscritos para falar depois da Ordem do Dia, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Papaléo Paes e Efraim Moraes.

Concedo a palavra, por vinte minutos, ao Senador Antonio Carlos Valadares, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou falar sobre uma tragédia acontecida no Nordeste do Brasil, mas antes, porém, não poderei deixar de tocar no assunto que foi objeto de tanta discussão na sessão de hoje.

De uma coisa não temos dúvidas: a reportagem da revista **Época** e a denúncia do Senador Antero Paes de Barros jamais mereceram qualquer contestação nesta Casa, porque tanto a revista **Época**,

como representante da imprensa brasileira, quanto o Senador Antero, como representante da Oposição, cumpriram à risca o seu papel, denunciando um ato de corrupção de um funcionário graduado do Governo, ocorrido no ano de 2002. Ele foi flagrado se vendendo a um indivíduo chamado Cachoeirinha, e pediu recursos não apenas para campanhas políticas, mas para si próprio, um ato de corrupção inominável que não tem resposta, não tem justificativa.

A única alternativa é fazer com ele o que a Polícia Federal já está fazendo, o que o Ministério da Justiça já está fazendo, o que o Ministério Público já está fazendo e o que a Justiça brasileira haverá de fazer: puni-lo exemplarmente para que pessoas investidas de responsabilidades públicas não venham a se utilizar de cargos para obtenção de benefícios pessoais ou vantagens políticas.

Por isso, Sr. Presidente, estou tranqüilo quanto a José Dirceu. Até o presente momento, nada em absoluto se registra que venha de encontro à honra e à dignidade do Ministro José Dirceu.

O jornalista Márcio Moreira Alves disse mais ou menos o seguinte: colocar a pecha de desonestade em José Dirceu é o mesmo que procurar pulga no couro de um elefante. E é verdade.

O passado de José Dirceu, o seu comportamento político, a sua lisura, tem provado ao longo do tempo que podem fazer tudo – erros são cometidos, falhas são cometidas, inclusive a escolha de um auxiliar, de um assessor desonesto –, mas nada há que se contrapõe ao seu comportamento ético e decente à frente da Casa Civil.

Sr. Presidente, já fui Governador do Estado. Quantas e quantas vezes tive de demitir funcionários por atos irregulares! Mas jamais nem uma pecha de desonestade foi assacada sobre o Senador Antonio Carlos Valadares. Por que motivo? Porque, Sr. Presidente, qualquer um pode ser traído, qualquer um pode ser enganado. Afinal de contas, somos humanos. O fato de este ou aquele assessor, no passado, ter cometido um ato de improbidade e depois ser flagrado em uma gravação não justifica que quem o nomeou pague por isso, como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães, com muita propriedade – e S. Ex^a pode dizer isso do alto de sua experiência como Governador da Bahia pelo menos por três vezes e de Ministro de Estado. S. Ex^a sabe, melhor do que ninguém, o que ocorre no âmbito da administração. Tudo pode acontecer. Ninguém está imune, ninguém está livre, Sr. Presidente, de acontecimentos desfavoráveis e constrangedores como esse em que se viu envolvido o Ministro José Dirceu.

Portanto, a minha palavra é de confiança no Presidente Lula, que construiu toda a sua vida combatendo a corrupção, ao lado do Sr. Ministro José Dirceu. A minha palavra é a de que o Brasil, sem dúvida alguma, precisa mergulhar este ano na etapa do crescimento, conforme o plano traçado pelo Governo do Presidente Lula de reorganizar o País no primeiro ano, para, no segundo, surgir um cenário de crescimento, com uma taxa de juros adequada, a inflação contida, os empregos e a renda gerados e a democracia brasileira fortalecida. E esse fortalecimento só ocorre quando se respeita a Oposição, quando se aceitam suas críticas, quando suas denúncias são levadas ao extremo para serem apuradas em qualquer instância. É assim que age um Governo sério e probó como este do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, aproveito este tempo em que falo pela Liderança do PSB, por condescendência do Líder do meu Partido, para relatar, em linhas gerais, um fenômeno climático que se abateu sobre o Município de Simão Dias, deixando dezenas de desabrigados e pontes destruídas. A cidade ficou sem comunicação, sem água e sem telefone. Enfim, trata-se de um quadro dantesco, extraordinário, como jamais vimos em toda a história não digo apenas de Simão Dias, mas do Estado de Sergipe. Se enchentes houve no Estado, que realmente causaram prejuízos enormes como em Poço Redondo, Canindé, Monte Alegre, Porto da Folha, Aracaju, nada se compara ao que vimos em Simão Dias, cidade que me serviu de berço, onde iniciei a minha vida política e onde fui Prefeito.

Aquele povo está sofrendo os efeitos de uma enxurrada que se abateu repentinamente sobre a cidade, deixando 825 pessoas desabrigadas na sede do Município, sendo 485 adultos e 340 crianças. Foram 82 casas destruídas. Quase um bairro inteiro, Sr. Presidente, desapareceu em Simão Dias pela força das águas. Os 12 veículos da prefeitura, que serviam à saúde e à educação principalmente, foram levados pela violência das águas. O Prefeito José Valadares, desde a primeira hora, atende aos desabrigados no ginásio de esportes da cidade.

Além disso, Sr. Presidente, pelo menos três pontes que ligam Simão Dias a Pinhão e Lagarto e ao Município baiano de Paripiranga estão imprestáveis. A de Pinhão foi levada pelas águas de forma incrivelmente estranha: um pequeno riacho transformou-se de repente em um rio caudaloso, e suas águas foram capazes de levar uma ponte longa e bastante pesada ao longo da correnteza! Ficamos sem água e sem luz pelo menos durante dois dias.

O abastecimento de água ainda não foi totalmente restabelecido, porque a canalização da barragem do rio Piauitinga rompeu-se, e as pontes estão destruídas.

Há poucos instantes, levei esse quadro caótico ao Ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional, que nos recebeu de forma cordial. O levantamento, realizado em um primeiro momento pela Coordenação do Comitê Gestor de Calamidades no Estado de Sergipe, que tem à frente o Dr. Paulo Carvalho Viana, está nas mãos do Sr. Ministro, inclusive com uma nova etapa da calamidade, no Município de Itaporanga d'Ajuda, onde existe uma ponte que serve de tráfego para a BR-101. Essa é uma das pontes mais importantes do Nordeste brasileiro, mas está desativada. Nenhum veículo pode trafegar sobre ela, uma vez que está prestes a ruir devido à subida das águas do rio Vaza-Barris. Segundo levantamento feito pelo comitê, pelo menos 217 pessoas estão desabrigadas.

Sr. Presidente, diante desses acontecimentos lamentáveis – são mais de 600 Municípios atingidos pelas enchentes em todo o Brasil –, esperamos que o Governo do Presidente Lula dê prioridade ao atendimento, o mais rápido possível, a essas populações sofridas, não apenas distribuindo cestas básicas, mas ajudando os prefeitos a reconstruir seus Municípios, normalizando o tráfego nas estradas, construindo novas habitações, novas moradias, enfim, trazendo a tranquilidade que todos esperamos de um Governo como o do Presidente Lula. Este Governo é de solidariedade, é um Governo humano e jamais poderá passar a imagem que alguns adversários estão procurando transmitir, a de que o Governo Lula é omisso no atendimento aos flagelados das enchentes ocorridas na Bahia, em Sergipe, em Pernambuco, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, enfim, em todo o País.

É preciso maior agilidade, é preciso que o Ministro da Fazenda tome conhecimento e se conscientize, Sr. Presidente, de que não será por meio apenas do superávit primário de 4.25 que resolveremos os problemas do nosso País. O fenômeno das enchentes é totalmente previsível, principalmente nos países mais desenvolvidos, mas não podemos, já que fomos pegos de surpresa, continuar na teimosia do superávit primário, na economia de recursos do Orçamento federal, abandonado, deixando de lado uma questão tão grave quanto esta, que é a solução para os desabrigados das enchentes.

A minha palavra é que o Presidente Lula assuma o comando, ao lado dos seus Ministros da Integração e das Cidades, no sentido da reconstrução de muitas povoações, bairros e cidades inteiras que fo-

ram destruídas, porque isso é prioridade de um governo que tem como meta maior a defesa do social.

Termino as minhas palavras, Sr. Presidente, concitando todos os Senadores porque estamos vivendo uma época de liberdade, de democracia, de transparência, em que podemos dizer o que quisermos, mas que tudo seja dito com muito cuidado, com muito carinho por esse povo que não pode ser enganado, que não pode ser trucidado, uma vez que fomos eleitos pela população para que o nosso mandato fosse exercido na base da verdade, do companheirismo e do cavalheirismo, mesmo fazendo oposição. Por maior e mais grave que seja a denúncia, estaremos sempre defendendo o direito da Oposição de exercer o seu papel. No entanto, que a denúncia, Sr. Presidente, seja consequente, que tenha o apoio de todos, que tenha o apoio da Nação e o respeito da sociedade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) –
Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
Pela ordem.) – Gostaria de me inscrever pela Liderança do PFL. A autorização vem logo em seguida, já confirmada pelo Senador Agripino Maia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa aguardará e já registra V. Ex^a em quinto lugar, após os Senadores Papaléo Paes, Efraim Moraes e Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo Líder inscrito, o nobre Senador Papaléo Paes, que fará uma comunicação de interesse partidário, pela Liderança do PMDB.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero registrar o falecimento de duas personalidades ilustres do Amapá, que significaram muito para a história do nosso Estado.

A primeira delas é a Sr^a Raimunda Cesarina Rodrigues de La-Rocque, carinhosamente conhecida como Tia Bebê, que faleceu no dia 25 passado. Ela era a mais antiga vendedora de tacacá, prato típico do Norte do Brasil, que é muito consumido no Amapá. Ela fazia a venda de tacacá na frente da Catedral de São José, em Macapá, desde 1961 e era uma figura muito conhecida na sociedade, fazendo parte de uma família muito respeitada do Amapá.

Em nome do Sr. Alfredo La-Rocque, seu esposo, de Sérgio La-Rocque, meu amigo, e de Abel

La-Rocque, quero transmitir meus pêsames à família da Tia Bebé.

Outra personalidade importante da sociedade amapaense que faleceu ontem foi o nosso popular artista R. Peixe, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. R. Peixe era paraense de São Caetano de Olivais e faria 74 anos no dia 10 de julho próximo. Ele dedicou sua vida artística ao Estado do Amapá. Precursor da pintura e das artes plásticas, foi muito mais que um artista regional, pois seu trabalho ajudou a divulgar a cidade de Macapá e o Amapá pelo Brasil e pelo mundo. Retratou como poucos a cultura e a beleza do nosso Estado. Além disso, provocou uma grande revolução em uma de suas paixões: o carnaval. Com seu estilo inovador, ajudou a transformar a nossa festa com muita alegria e criatividade. Esperamos, agora, a realização de mais um dos seus sonhos: a publicação de um livro que retrata sua vida e sua obra, cujo lançamento está previsto para o final do mês de maio.

Sr. Presidente, gostaria de deixar também minhas condolências para a família desse grande artista amapaense, R. Peixe.

Concedo um aparte ao Senador Hélio Costa.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – Senador Papaléo Paes, em primeiro lugar, quero agradecer a V. Ex^a a gentileza de me conceder um aparte no horário destinado à Liderança do PMDB. Quero cumprimentar V. Ex^a pela sensibilidade de registrar um momento de dor, de angústia, do povo de seu Estado, o Amapá, pelo falecimento de duas figuras queridas da sociedade. Em nome dos artistas mineiros, quero solidarizar-me com os votos de V. Ex^a pela passagem do grande artista plástico R. Peixe. V. Ex^a, como sempre, demonstra cuidado e atenção com o seu povo, com a sua gente. Agradeço, também, a oportunidade de, por meio deste aparte, anunciar a chegada ao Brasil, amanhã, do segundo grupo de brasileiros que estavam presos nos Estados Unidos e que retornam ao Brasil como resultado de uma missão parlamentar desenvolvida por este Senador, pelo Senador Marcelo Crivella e pelo Deputado João Magno, de Minas Gerais, durante o mês de janeiro. No primeiro voo, chegaram 277 brasileiros e, amanhã, chegam ao aeroporto de Cofins mais 254, os quais estavam presos principalmente nos Estados da Califórnia, Texas e Arizona, como resultado de imigração ilegal feita através da fronteira entre o México e os Estados Unidos. Desse grupo de brasileiros que chegará, 143 são de Minas Gerais, em sua maior parte da região leste do meu Estado, entre o Vale do Aço e o Vale do Rio Doce; 32 são do Estado de Goiás; 15, de Rondônia; 11, do Espírito Santo; 8, do

Mato Grosso; 6, de São Paulo; 5, do Pará; 1, do Rio de Janeiro, e os demais de vários outros Estados. Praticamente todas as Unidades da Federação têm um representante no vôo que chega amanhã ao aeroporto de Cofins, entre 11h e 14h, trazendo esses brasileiros que, lamentavelmente, foram presos nos Estados Unidos, quando cruzavam sua fronteira com o México, à procura de uma oportunidade de trabalho. Mais uma vez, estaremos em Belo Horizonte, no aeroporto de Cofins, recebendo nossos companheiros. Da mesma forma, quero anunciar, Senador Papaléo Paes, Srs e Srs. Senadores, que já conseguimos 31 das 27 assinaturas necessárias para a abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar os crimes de aliciamento, falsificação de documentos, adulteração de passaportes e tantos outros, dos que atuam nesse setor, principalmente no Estado de Minas Gerais e no de Goiás, dois dos principais Estados que figuram nessa lista de brasileiros presos nos Estados Unidos, para que possamos, por meio de uma CPI, apurar os responsáveis por essa verdadeira máfia que induz inúmeras famílias mineiras, e também as de outros Estados, a venderem tudo para que seus filhos e filhas ingressem em uma aventura que não tem absolutamente nenhuma chance de sucesso. Depois do 11 de setembro de 2001, Senador Papaléo Paes, é praticamente impossível entrar ilegal e furtivamente pela fronteira do México com os Estados Unidos, tendo em vista a intensa vigilância. Tivemos a oportunidade de participar de uma demonstração de competência da Polícia de Fronteira dos Estados Unidos. Lá, são utilizados recursos moderníssimos, tais como câmeras de televisão com alta sensibilidade, capazes de detectar o calor do corpo humano a dez quilômetros de distância, usadas exatamente para impedir a entrada em território americano, principalmente na área em que se realiza a passagem ilegal, situada na fronteira do México com os Estados Unidos. Apresentamos também uma proposta, que está sendo encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – da qual sou Membro titular, certamente com a ajuda do Senador Eduardo Suplicy, seu Presidente –, para que possamos indicar o caminho para solucionar esses problemas que afligem o povo de Minas Gerais e o de outros Estados, no sentido de usar a própria lei americana, que foi encaminhada ao Congresso americano, que permite a contratação temporária de mão-de-obra, para que possamos resolver a questão da imigração ilegal. Muito obrigado, Senador Papaléo Paes pela sua atenção, no horário da Liderança do PMDB, em me conceder esse aparte.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, feito o registro dos votos de pêsames às famílias dos falecidos – Tia Bebê e R. Peixe –, encerro a minha participação, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência gostaria de registrar, em primeiro lugar, a presença, na Tribuna de Honra, da Sra Valdez Castelo Branco, Prefeita da cidade de Araguaína.

Para nós, Srs e Srs. Senadores, é uma honra a presença de S. Exª neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 193, DE 2004

Sr. Presidente,

Pelo falecimento da Senhora Raimunda Cezarina Rodrigues de La-Roque, ocorrido em 25-2-2004, requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 2 de março de 2004. – Senador **José Sarney**.

REQUERIMENTO Nº 194 ,DE 2004

Sr. Presidente,

Pelo falecimento do Artista Plástico Raimundo Braga de Almeida, ocorrido em 1-3-2004, requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 2 de março de 2004. – Senador **Jose Sarney**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa encaminhará os votos de pesar solicitados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 195, DE 2004

Requeiro nos termos do Art. 222 – do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de voto de Congratulações a empresa Moraes S/A Industria e Comércio, pela passagem dos seus 100 anos de atividade industrial, comércio e extração de cera de carnaúba no Estado do Piauí.

Sala das Sessões, 2 de Março de 2004. – Senador **Francisco de Assis de Moraes Souza – Mão Santa**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência encaminhará os votos de congratulações solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Efraim Morais, que falará pela Liderança da Minoria.

V. Exª disporá de até 20 minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, tenho sustentado desta tribuna, desde o primeiro momento dessa crise, que a instalação de uma CPI para apurar as denúncias contra o Sr. Waldomiro Diniz, ex-Assessor Parlamentar do Palácio do Planalto, deveria interessar mais ao Governo do que à Oposição. Afinal de contas, essa suspeita recaiu sobre o Governo e não sobre a Oposição.

Tenho insistido desta tribuna que, se eu estivesse no lugar do Ministro José Dirceu, eu tomaria duas decisões. A primeira, independentemente de qualquer posição do Parlamento, seria me oferecer para vir à esta Casa, ao Congresso Nacional, para explicar o caso Waldomiro e as denúncias que recaíram sobre S. Exª. A segunda, seria eu me afastar do cargo, para que se pudesse apurar todas essas denúncias.

Isso não é fato novo na História da República. No passado, aconteceu com o Ministro Luiz Henrique Hargreaves, que se afastou da Casa Civil, no Governo do Presidente Itamar Franco. Feitas as apurações e nada comprovado, S. Exª assumiu novamente o cargo. O País não quebrou. O mercado financeiro não estourou.

Hoje, ouvi, nesta Casa, o discurso do PT: “O risco Brasil subiu; o dólar subiu; a Bolsa caiu”. E eu estranhava aquele discurso de economês do PT. Aliás, já me acostumei a estar na tribuna, nesta Casa, e não ver um Senador sequer do PT em plenário, a não ser o Senador Eduardo Suplicy, que, como eu, defende a tese de que o Ministro José Dirceu deveria vir a esta Casa. Mas não! Eles estavam tão nervosos com as denúncias anunciadas pelo nobre Senador Almeida Lima que, ao terminar o discurso, é como se fossem abraçar o “chefe”. Correram todos! Daqui saíram todos! S. Exªs estão satisfeitos porque a Bolsa voltou ao normal? Estão satisfeitos porque o dólar subiu pouco? O PT está satisfeito porque a Bolsa não caiu. E o discurso do PT, de ontem, do velho PT, era esse? O velho PT, que condenava, na íntegra, toda a política econômica do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso?! Parece-me que esse foi o único índice em que empataram: o da política econômica. O Governo que prometeu gerar dez milhões de

empregos! Passou o primeiro ano, o PIB caiu, a economia não anda bem. Somente estão satisfeitos com a política econômica do PT – e essa notícia está veiculada em todos os jornais – os Diretores do FMI. Estão satisfeitos e alegres, porque receberam mais de R\$140 bilhões de juros. Se apenas 10% desse recurso houvesse sido aplicado na infra-estrutura deste País, na geração de emprego, estaríamos hoje em uma situação privilegiada. Mas, não. Temos de satisfazer mesmo é ao FMI, à decisão do Ministro Antonio Palocci, por determinação do "Primeiro-Ministro" José Dirceu, que está sob suspeita da sociedade brasileira, que está aqui na primeira página dos jornais – o jornal **Folha de S.Paulo** diz que mais de 80% dos brasileiros desejam essa CPI.

Sr. Presidente, o Governo Lula elegeu-se como o Governo da esperança, a esperança que venceu o medo, segundo o **slogan** do PT. E agora está permitindo que o medo se sobreponha ao bom senso, tentando barrar uma investigação parlamentar que, afinal de contas, o terá como beneficiário maior, pois serão esclarecidas dúvidas. Se, como sustentam aqui neste plenário, como aqui discursam o Líder do Governo, o Líder do PT e os Líderes da base aliada, o Senador, ou melhor, o ex – para mim deveria ser ex, mas ainda é o Ministro José Dirceu – não tem nada a ver com a questão Waldomiro Diniz, por quê, Sr. Presidente? Por quê, Srs e Srs. Senadores? Pergunto ao Brasil por que o medo de uma CPI, se o Governo tem maioria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal? Se o Presidente da Câmara dos Deputados é do Partido do Presidente da República e o Presidente do Senado, José Sarney, é aliado de Sua Excelência? Se tem medo de uma CPI, não vale o ditado popular que diz: quem não deve não teme.

A Srª Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Senador Efraim Morais, concede-me V. Exª um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Com muito prazer, concedo o aparte a V. Exª.

A Srª Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, Senador Efraim Morais, esta tarde foi muito importante; pouco esclarecedora, mas muito importante, primeiramente, em função da forma como o Senador Almeida Lima trabalhou os dados que iria informar hoje. Não considero incorreto o que fez o Senador. Penso que assim agiu por considerar extremamente grave a denúncia. Se, do ponto de vista tático, foi errado anunciar antecipadamente, apresentar parte de um inquérito, o que acabou por dar oxigênio ao Governo para ficar rindo e esbravejando, por outro lado há uma questão fundamental que o Governo ainda não respondeu. Senador

Efraim Morais, qualquer cidadão comum para poder receber um DAS, cargo comissionado do Governo Federal, tem que atender certas exigências. Suponhamos que um empresário, um arquiteto que, juntamente com um engenheiro, teve problema para fechar uma firma em seu nome, ele não pode assumir um DAS. Isso vale para qualquer pessoa que pretenda assumir um cargo da estrutura federal. E muitos companheiros do meu ex-Partido, para assumirem cargos simplórios na estrutura do Governo Federal dos Estados, tiveram que resolver "suas pendências" em vários Estados, pendências simples, para terem condição de assumir o cargo. Há algo que nem o Governo nem ninguém desta Casa pode responder: Por que um homem, que já havia sido citado em inquérito policial, assumiu tarefa extremamente nobre para um governo, que é representá-lo aqui no Congresso Nacional? Vários Deputados Federais do PT, na Câmara, fizeram questionamentos na reunião da bancada, dizendo que ele não poderia assumir tarefa tão importante, porque era citado em inquéritos policiais, era denunciado. As pessoas comentavam sobre isso. Como é que existem estruturas como a Abin, para devassar a vida de uma pessoa e essa pessoa continua sendo a figura mais importante do Palácio do Planalto? A isso ninguém responde, porque é impossível responder como a Gtech renovou o contrato com a Caixa Econômica Federal na mais absoluta, mentirosa e safada coincidência. Ele tinha uma reunião com os representantes da GTech e não foi negada por ninguém, nem por ele próprio nem pelos representantes da GTech. Houve uma reunião no dia 06 de janeiro. No dia 13 de janeiro, houve um aditamento de contrato para a prorrogação de 90 dias. Depois, houve mais uma "coincidência": ele teve um encontro dia 31 de março... No dia 08 de abril, renova-se o contrato, por 25 meses, sob auditoria. Isso é o mais grave! Havia uma auditoria... Quem leu essa auditoria – certamente alguns Senadores tiveram acesso a ela – sabe que é banditismo. Não foi somente a denúncia de propina, de financiamento com o dinheiro sujo do narcotráfico para campanhas eleitorais. Trata-se de tráfico de influência, de intermediação de interesse privado e de exploração de prestígio de um agente público para intermediar os interesses de todas as lavanderias do narcotráfico. Não é uma coisa simples. É uma coisa extremamente grave. É por isso que ninguém responde a esta pergunta: Por que essa personalidade citada, indiciada e investigada era a pessoa mais importante do Palácio do Planalto nas relações com o Congresso Nacional? Talvez o Palácio imaginava ser necessário um Waldomiro para estar à altura da pouca

vergonha de alguns do Congresso Nacional... Como se pode escolher justamente ele para viabilizar os interesses do Governo no Congresso? Então, a essas perguntas ninguém responde. Quem leu a auditoria sabe exatamente o que está lá. Como é que se renovou um contrato por 25 meses, com auditoria do Tribunal de Contas, com notas técnicas que foram modificadas em menos de um mês, notas técnicas assinadas pelas mesmas estruturas da Caixa Econômica Federal, esculhambando, dizendo que não poderia haver renovação no contrato? Um mês depois, dizem que tem que haver a renovação do contrato. Está tudo devidamente colocado. Então, espero realmente que o Congresso Nacional, especialmente o Senado, tenha a coragem necessária, porque só existe uma forma de identificar se não existem ramificações do crime organizado, das estruturas de lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico no Palácio do Planalto: é com a CPI. Fora disso, são declarações feitas por muitas personalidades do Governo, com muita incoerência política, como já foi dito aqui por vários Parlamentares. Mas há coisas graves que mostram claramente crimes contra a Administração Pública, patrocinados por uma personalidade que já era identificada como o vínculo, o elo com a máfia italiana, com o narcotráfico. Porque, Senador Efraim Moraes, quando eu perguntava sobre isso, e as pessoas juravam de pés juntos que isso não acontecia, eu acreditava piamente. O mais grave é hoje analisar os documentos e simplesmente acreditar que também fui enganada. Isso é o mais grave! Ao se analisar os documentos, hoje, vê-se claramente que não há justificativa. Ninguém atribui tarefa a uma personalidade para representar um governo se a tarefa não estiver à altura da pessoa e não possa ser viabilizada. É por essa razão que não tenho como dizer, com muita clareza, que existem ramificações da estrutura de lavagem de dinheiro do narcotráfico no Palácio do Planalto, porque, se não houvesse, seria permitido abrir a Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Casa. Desculpe por me estender tanto no aparte a V. Ex^a, mas o Regimento Interno não permitiu que eu o fizesse no início da sessão. Muito obrigada, Senador.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Esteja à vontade, Senadora. Se precisar do restante de meu tempo, V. Ex^a o terá. Até porque V. Ex^a entende muito bem do que ocorreu, não do que ocorre. E, por ser uma Senadora que preferiu optar pelo mesmo caminho que traçou durante toda a vida, pela ética e pelo comportamento sério e honesto em defesa dos brasileiros, V. Ex^a está fora de seu partido. Atualmente, é proibido em seu partido ter ética. Mas vamos chegar

às 27 assinaturas, Sr. Presidente. Verei aqui o que V. Ex^a disse, Senadora Heloísa Helena, na sessão passada. Será preciso tanta borracha para apagar assinaturas de Senadores em CPI que será uma vergonha. No dia em que eu colocar minha assinatura em qualquer documento, doa a quem doer, ela permanecerá. Se eu não desejo assinar algo, não assino. Se assinar é porque estou consciente do que assinei.

Hoje ouvi da própria Líder do PT, na Comissão de Educação, que a Oposição queria convocar o Ministro José Dirceu. Evoluímos para um convite. E o que fez o PT? Blindou o Ministro José Dirceu. Ninguém pode chegar perto. É claro que o Ministro não entende nada desse negócio de Waldomiro porque não tinham intimidade. Só moraram juntos, no mesmo apartamento, mas não tinham lá essa intimidade toda. Não dava para sentir o aumento do patrimônio do Waldomiro. Eles não conversavam. Moravam sob o mesmo teto, mas não conversavam. Não sabiam o que acontecia um com o outro. Um foi chamado para ser assessor parlamentar do outro, porque simpatizou, simplesmente simpatizou. Não conversava, não sabia da história, não sabia que Waldomiro tinha problema com a Receita Federal, que estava envolvido em inquérito na Polícia Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ou este Governo não sabe o que está acontecendo, não tem informação alguma, ou então optou pela corrupção.

Tem um detalhe: sabemos que o Waldomiro faz parte do joio. Queremos uma CPI para separarmos o joio do trigo, saber quem é joio e quem é trigo no Governo Lula. Joio são os corruptos, aqueles que estão com Waldomiro, que conhecem muito bem a vida de Waldomiro, que participaram dos recursos que Waldomiro colheu e distribuiu para eleger quantos e quantos Senadores e Deputados.

Sabemos que a história do PT para com o jogo é longa. Queremos e o Brasil inteiro está querendo passar essa história a limpo. Saber do Governo Lula quem é joio e quem é trigo, porque da forma que vai, se não houver a CPI, se continuarem com essa blindagem com o todo-poderoso Ministro José Dirceu, seremos obrigados a dizer que tudo é joio, nós e o povo brasileiro, não só eu. Sou um Senador de um Estado pequeno, da minha querida Paraíba, com muito orgulho, estou aqui em defesa do meu povo, dos meus irmãos paraibanos, nordestinos e demais brasileiros. Estou aqui cumprindo a minha missão, que as urnas me designaram, que foi o meu partido na oposição, e vim aqui fazer oposição não contra o Brasil, mas em defesa do povo brasileiro. Se essa CPI não vier, sou obrigado a dizer que neste Governo tudo é

joio. Infelizmente é essa a conclusão que o povo brasileiro está levando para sua casa por meio de nossa palavra, dos Srs. Senadores, e pela imprensa. Enfim, é uma situação intolerável, que só será superada por uma CPI nos moldes daquela que o PT protagonizou no passado, o velho PT, não o PT de hoje, o PT do toma-lá-dá-cá, o PT que vem a procura de Parlamentares de outros partidos para garantir, acima de tudo, a corrupção que está acontecendo neste País.

Ou se passa a limpo, ou se faz uma CPI, ou se termina o Governo e o Partido do PT está acabado, está carimbado como o Partido que na oposição tinha uma palavra, tinha um gesto e, agora, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra pela ordem a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Gostaria de solicitar a palavra, novamente pela liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Fica V. Ex^a inscrita logo após o Senador Tasso Jereissati e o Senador Demóstenes Torres, nobre Líder Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Líder Tasso Jereissati, do PSDB, do Estado do Ceará, que falará pela liderança do PSDB.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, não venho hoje falar sobre o caso Waldomiro, até porque, apesar de reconhecer estar preocupado com a gravidade desse assunto tão momentoso, não faz parte muito do meu temperamento atacar, acusar, mesmo em momentos como esse. E, por essa razão, até faço essa introdução, antes de falar do assunto que quero tocar, para dizer da nossa satisfação ao ver o discurso do Senador Aloizio Mercadante, em que ele chamava aqui a atenção dos Srs. Senadores sobre a gravidade, chamando à consciência cada um de nós quando fosse o caso de atingir a honra e a integridade moral de qualquer companheiro. Foi realmente um momento de emoção do Senador Aloizio Mercadante que só tenho a aplaudir. Infelizmente, esse sentimento veio tão tarde.

Todos que estamos aqui, que fomos ou participamos de algum cargo no Executivo brasileiro – vejo aqui o Senador Antonio Carlos Magalhães, que já foi Governador, assim como os Senadores César Borges, Eduardo Azeredo, o Senador Rodolpho Touri-

nho que já foi Ministro, os Senadores Garibaldi Alves Filho e Alvaro Dias, que já foram governadores – já fomos vitimados em algum momento de nossas vidas pelo menos uma vez com alguma infâmia, com alguma calúnia jogada justamente por este partido que hoje governa o País e que infelizmente criou a cultura da acusação, da infâmia e da calúnia como maneira de fazer oposição. E agora está pagando muito caro por isso.

Fica muito difícil, neste momento em que sérias dúvidas aparecem sobre o comportamento ético do Governo, fazer com que todos esses amigos e companheiros, que tantas e tantas vezes foram vítimas de calúnias e difamações, simplesmente se calem e sejam chamados à responsabilidade. É o certo, o correto. Se nós, no passado, ensinamos ao PT como ser Governo, temos de ensiná-lo, agora, já que estamos na Oposição, a fazer oposição com dignidade e respeito.

Quero falar sobre juros e sobre economia. De alguma maneira, considero até mais graves as últimas notícias relacionadas à economia brasileira do que o chamado escândalo Waldomiro Diniz. Este nos preocupa e fere uma série de valores éticos absolutamente indispensáveis à vida pública e à vida como um todo, mas a economia tem ferido de maneira substancial a maior parte da população brasileira, fazendo que o exército de desempregados seja cada vez maior, assim como a fome e a miséria.

Pouco antes do Carnaval, tivemos a notícia de que a economia brasileira, no ano passado, reduziu-se em 0,2%. Se levarmos em conta que o crescimento da população foi projetado em 1,6%, tivemos recessão, redução da riqueza nacional, já tão escassa e mal distribuída. Ao mesmo tempo, devemos observar que, enquanto a economia nacional andou para trás, empobrecendo a população brasileira como um todo, a Petrobras e os bancos nacionais bateram recorde de lucros, obtendo esses os maiores lucros da história do Sistema Financeiro Nacional.

Evidentemente, temos de analisar que há algo de muito errado ou podre neste reino. Não é preciso ter convicções muito fortes de melhor distribuição de riqueza ou de justiça social para observarmos que, ao mesmo tempo em que empobrecemos diante desses lucros astronômicos, distribuímos pior ainda a riqueza nacional, que, por sinal, ficou mais escassa. Com certeza, isso não pode ser mais atribuído apenas à famosa herança maldita. Já passou a fase de culpar os outros pelos próprios fracassos.

No segundo semestre, vários e vários técnicos, assim como pessoas comuns, que provavelmente

não entenderiam tanto de Economia como os economistas e os grandes técnicos, começavam a sentir na própria carne o efeito da enorme restrição fiscal, somado à alta histórica dos juros no País. Era o momento de alguma mudança, e principalmente a questão dos juros já avançava mais do que deveria. O juro já era mais alto do que deveria ser e demorava mais a cair do que deveria, mesmo considerando-se que tínhamos de pagar um imposto muito caro pela credibilidade. Afinal de contas, no primeiro ano de Governo, no primeiro semestre de Governo, pagamos um imposto de credibilidade. E estranhamente – e infelizmente, mais do que estranhamente – não vimos uma reação um pouco mais sensível ao que estava ocorrendo na sociedade em relação à política econômica vigente, e, na política econômica, concentro-me especificamente nos juros.

Venho aqui hoje muito menos para falar do passado, mas para falar do presente e do futuro, porque mais do que a inquietação que tenho com o que foi feito me preocupa o que está acontecendo no presente. Apesar disso, do desemprego recorde, da concentração de renda recorde, da diminuição de riqueza inédita nos últimos dez anos no País – só foi vista coisa igual no Governo Collor, tão atacado por nós –, estamos assistindo à insistente teimosia do Banco Central brasileiro em manter as taxas de juros intactas. Desse modo, as maiores taxas de juros do mundo hoje continuam a corroer a capacidade de a empresa nacional, principalmente, sobreviver, gerar empregos, renda e riqueza. E, pior ainda, sacrificam a capacidade do povo brasileiro de alcançar um emprego, sobretudo um emprego justo e com remuneração condigna.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Eduardo Suplicy, concedo-lhe o aparte com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Tasso Jereissati, considero muito relevantes as ponderações que V. Ex^a está fazendo, em primeiro lugar, na breve manifestação sobre o pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante, que reagiu de forma bastante assertiva e significativa em defesa do Ministro José Dirceu, diante da informação que havia sido prometida pelo Senador Almeida Lima. O Senador Renan Calheiros trouxe esclarecimentos sobre o telefonema do ex-Governador e Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, que afirmou que, de maneira alguma, teria recebido um telefonema do Ministro José Dirceu com aquela intenção atribuída. Mas passo de pronto ao outro aspecto

do pronunciamento de V. Ex^a. Ainda hoje, assinamos, tendo sido aprovado por unanimidade, requerimento de convite ao Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, exatamente para debaterem conosco no Senado, na Comissão de Assuntos Econômicos, os temas que V. Ex^a está trazendo. Compartilho da mesma preocupação, porque avalio que, do nosso debate com o Ministro da Fazenda e o Presidente Henrique Meirelles, poderemos estar sabendo um pouco melhor as razões pelas quais o Banco Central, o Copom, tem insistido em manter uma taxa de juros mais alta do que aquela que indicaria o melhor senso. Parece-me que a política desenvolvida pelo Copom anda conservadora demais. V. Ex^a, que também estudou Economia, poderá, obviamente, na sua experiência empresarial, indicar ao Presidente do Banco Central e ao Ministro da Fazenda que, se é importante a estabilidade da moeda, o objetivo de se conter a inflação, faz-se necessário olhar tanto o lado da procura agregada quanto o da oferta agregada. E, se não estivermos buscando também estimular o crescimento da oferta de bens e serviços, não estaremos contribuindo adequadamente para o próprio combate à inflação e para os outros objetivos importantes do crescimento mais acelerado da economia, à altura da nossa potencialidade, como oportunidades de emprego e melhoria de distribuição da renda. V. Ex^a aponta os lucros tão significativos do Sistema Financeiro, que indicam que há uma margem considerável para se baixarem as taxas de juros, até do ponto de vista da saúde das instituições financeiras ao longo prazo, as quais sabem que de que nada adiantará ter lucros tão formidáveis se posteriormente a economia encolher e não crescer. Trata-se, então, de ter grandes lucros no curto prazo e, depois, não haver saúde para a economia, o que considero muito importante. Nesse sentido, penso que o Senado pode seguir a sua tradição de ser um fórum permanente de debates. Para tanto, devemos convidar o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central para que, debatendo esses pontos, possamos encontrar outros caminhos. Assim, foi muito importante a iniciativa hoje tomada pela Comissão de Assuntos Econômicos de trazer esse assunto para o centro dos debates no Senado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, pela importância do seu aparte, professor de Economia que é, profundo conhecedor da matéria e que, junto comigo, fez hoje esse convite a S. Ex^as, o Sr. Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central, para que possam vir aqui o mais urgentemente possível.

Sabe V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, que não estou entre os que consideram que um pouco de inflação não faz mal e que culpam os bancos pelo que está ocorrendo. Mas me preocupa muito essa insistente insensibilidade do Banco Central, que me faz até rever um conceito que tinha muito firme em relação à sua possível independência. Se o Banco Central tem apenas e tão-somente o dever de proteger e cuidar da moeda e, de maneira tão insensível, coloca a moeda acima de qualquer outra questão nacional, evidentemente isso tem que ser repensado e visto com mais profundidade, principalmente porque, ultimamente, a posição do Banco Central tem sido esta e tão-somente esta: de insensibilidade, às vezes até com um toque de arrogância em relação ao pensamento e ao sofrimento do resto do País.

Por essa razão, trago essa preocupação neste momento, reforçando a necessidade da discussão provocada hoje por V. Ex^a na Comissão de Assuntos Econômicos, e que ela seja feita o mais imediatamente possível. E digo isso porque, em países como os Estados Unidos, onde o Banco Central é independente, também o Presidente do Banco Central tem a obrigação de, trimestralmente, ir ao Senado Federal prestar contas do que está fazendo e por quê está fazendo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador Tasso Jereissati?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, com o maior prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Tasso Jereissati, ainda há pouco, falávamos da necessidade de uma abordagem segura da construção econômica. E V. Ex^a acaba de fazê-la. De fato, o Governo entrou por tantos desvãos, por tantos descaminhos, que o PIB recuou e não tivemos tempo de comentar isso. Os juros absolutamente não baixaram, e nós, aqui, não tivemos ocasião de debater esse assunto. Para mim, é tão patológico alguém imaginar, por voluntarismo, que é possível baixar os juros somente porque quer quanto o é não baixar os juros podendo. Cinco e meio por cento é o coração da meta, com tolerância até 8%. Por que não 6,5%? Por que não pode ser 7%, se, no outro ano, em uma conjuntura de mais consolidação do quadro econômico, pode-se perfeitamente procurar ficar mais perto do centro da meta? Ou seja, o Governo fracassa se fugir dos 5,5%? Não! A meu ver, o Governo fracassa se fizer 8,1% de inflação. Se fizer 7,9%, ele está na meta. Quanto significa esse pouquinho a mais, quanto significa, em emprego, em taxa de crescimento econômico, enfim, em oportunidade de investimento pelas

empresas se ele avançar um pouquinho na tolerância? Esse excesso de ortodoxia... O Governo está pensando o seguinte: "Vou tornar-me **investment-graded***, vou mostrar que sou o primeiro da classe na cartilha do FMI, vou matar de fome os brasileiros, mas vou ficar no centro da meta, vou fazer tudo isso, e, no próximo ano, vai jorrar dinheiro estrangeiro". Não vai, porque o ano da grande liquidez internacional era este. E este ano o Governo perdeu. Não soube, até porque foi tímido; não soube, porque não foi competente no microeconômico, foi tímido no macro, enfim, não soube aproveitar as oportunidades prodigalizadas pela conjuntura internacional. Em vez de 2% ou 1,5% de crescimento positivo, tivemos 0,2% negativo, ou seja, produzimos menos R\$2,7 bilhões. Se tivéssemos crescido, digamos, 1,5%, teríamos produzido mais R\$26 bilhões em riquezas neste País. Portanto, eu queria dizer a V. Ex^a que repto um gesto lúcido e corajoso o de V. Ex^a de chamar esta Casa para um dado importante da realidade. Não podemos deixar de discutir o quadro econômico, os equívocos perpetrados pelo Governo e não podemos deixar de dar a nossa opinião substantiva em relação ao tema. Na verdade, isso não surpreende a nenhum dos que conhecem V. Ex^a neste País, muito menos a mim, que tenho a honra de ser seu amigo pessoal e seu admirador ao longo de sua vida pública. Como seu colega nesta Casa, esperava precisamente essa atuação de qualidade e essa palavra de lucidez nas horas mais difíceis, embasada na experiência de administrador público de notável desempenho e de administrador privado vitorioso nas empresas dirigidas por V. Ex^a no seu Estado, o Ceará. Parabéns, Senador Tasso Jereissati. É um orgulho para o PSDB tê-lo entre os seus melhores e mais bem preparados políticos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, meus agradecimentos a V. Ex^a, muito mais do que pelas palavras, pelo enriquecimento que trouxe ao meu debate ao disponibilizar estas informações, uma delas muito preciosa: que estamos perdendo uma onda muito favorável na economia mundial. Estamos perdendo a oportunidade em função, novamente, da insensibilidade e de um viés perigoso e, às vezes, perverso de como se vê a economia.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pois não, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Tasso Jereissati, a análise que faz é serena e competente, como competente e sereno é V. Ex^a,

trazendo subsídios valiosos para o Governo. Ninguém entende o lucro do sistema financeiro e, ao mesmo tempo, o fracasso do programa Fome Zero e de todas as políticas sociais, sobretudo para o Nordeste, região que representamos. Nenhuma providência foi tomada em relação às estradas e às enchentes que atemorizam toda a população nordestina. Pediria à Mesa a gentileza, dada a oportunidade do seu discurso, de enviá-lo ao Presidente do Banco Central e ao Ministro da Fazenda, como subsídio do Congresso Nacional à política econômica, que deve ser mudada nessa parte.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Tasso Jereissati, gostaria de fazer-lhe um aparte, se a Presidência permitir.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Pediria sómente que V. Ex^a fosse breve, porque o tempo já está esgotado. É um prazer ouvir V. Ex^a.

Senador Tasso Jereissati, o assunto é altamente relevante, instrutivo, e é um prazer ouvir V. Ex^a, mas deveremos encaminhar o assunto para a sua conclusão.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Quero apenas trazer o meu apoio a V. Ex^a, pois os dois assuntos abordados são muito oportunos. A grave crise que vivemos, do ponto de vista político, não pode passar despercebida. Defendemos que haja um esclarecimento para que o País não seja prejudicado e para que possamos continuar a trabalhar normalmente. Por outro lado, a questão dos juros é sobremaneira importante. São graves os números da última semana, após o carnaval, demonstrando que, no ano passado, houve crescimento negativo, um decréscimo na economia brasileira. A última vez que isso aconteceu foi há mais de dez anos, em 1992. Essa foi a última vez que o País tinha andado para trás. E andou para trás outra vez, em 2003, e, nesse mesmo ano, os bancos andaram muito para frente, com lucros em níveis recordes, como publicaram os jornais. Vemos que os juros reais no Brasil são os mais altos do mundo. Outros países, com dificuldades muito maiores, praticam juros menores, apesar de terem um risco inflacionário maior e uma economia muito mais instável. Contudo, estão ousando, o que não acontece em nosso País. Temos uma situação com razoável controle sob os pontos de vista da inflação e da nossa balança comercial. No entanto, o Governo insiste nos juros reais mais altos do mundo. Cumprimento V. Ex^a pela sua intervenção. O PSDB se sente feliz em tê-lo em seus quadros, trazendo, no meio de toda essa cri-

se política, um assunto fundamental: a economia brasileira está andando para trás e não para frente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo. Sinto-me imensamente honrado com os apartes recebidos.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, quero dar uma palavra final sobre um tema muito sério, grave e relevante. Lembrando, novamente, o que ocorre nos Estados Unidos, quando o Presidente do Banco Central é obrigado a ir ao Senado Federal para dar explicações, penso que o convite feito ao Presidente do Banco Central e ao Ministro da Fazenda para que vengam à Comissão de Assuntos Econômicos poderia ser estendido a este plenário. Afinal, conforme o Senador Arthur Virgílio nos disse, temos um grave cenário pela frente, se o núcleo da inflação alcançar os 5,5% e proporcionar um crescimento zero nos próximos anos.

É a sugestão que faço às Lideranças, evidentemente com a vénia do Senador Eduardo Suplicy, para que possamos refletir sobre o assunto.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a pelo tempo extra que me foi concedido.

Durante o discurso do Sr. Tasso Jereissati, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a importante participação de V. Ex^a que, como mencionei anteriormente, sempre aborda um tema fundamental para os destinos do Brasil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem.) – Solicitei que a Mesa enviasse ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco Central o discurso do Senador Tasso Jereissati. V. Ex^a poderia me atender?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Consulto o Senador Tasso Jereissati, uma vez que o Senador Antonio Carlos Magalhães fez um aparte ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Com muita honra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento: cópia do pronunciamento será

enviada ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, como Líder, por vinte minutos, para comunicação de interesse partidário.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, “o ser humano só se salvará se, ao passar a mão no rosto, reconhecer a própria hediondez” – Nelson Rodrigues.

Em “O Elo Partido”, o escritor mineiro Otto Lara Resende conta a história de um homem que, pelo traje e ocupação habituais, poderia ser considerado um cidadão bem-sucedido. Ocorre que, subitamente, ele começou a perder a identidade. Primeiro, não conseguiu mais dar um nó na gravata. Em outro dia, saiu mecanicamente para o trabalho e, ao chegar ao edifício onde situava o seu escritório, imaginou que a demora do elevador em descer ao térreo era motivada por operários que tentavam enfiar dentro do mesmo a sua mesa, só que superdimensionada, e seus pertences, como se ele fora imotivadamente defenestrado. Foi quando duvidou da cor das suas meias. Profundamente constrangido, supôs-se calcado com meias vermelhas e terno azul. Era falsa a impressão e tudo correu bem até que em “pequeno desmaio da memória” esquecera o nome de um amigo de infância. A situação piorou decididamente quando, em uma noite, e nas que se seguiram, o cidadão não se recordava de como fazia para dormir e permaneceu insone.

Certa tarde, quando conversava com o sócio, com quem tinha relações amigáveis, não conseguiu mais se lembrar do rosto do parceiro comercial. Houve um momento de esgarçamento, quando caiu em perplexidade ao telefonar para sua mulher e não se recordar de como ela era e qual o seu nome. Foi quando voltou para casa, trancou-se no quarto e, para comprovar a si mesmo que sempre fora assim e assim seria, passou a ler o jornal da tarde repetidamente, “palavra por palavra”, os mesmos textos sem qualquer utilidade. Sua mulher, que até então não despertara para o estranho lapso do marido, perguntou finalmente o que ele tinha. Resignado, emitiu um “nada”. “Desprendera-se de tudo. A longa viagem ia começar, sem rumo, sem susto, para levar a lugar nenhum”. Em um último esforço, indagou quem era a ele mesmo, e “para sempre, dócil, conquistado, nem ao mesmo quis saber o seu nome”.

O drama do cidadão de Otto Lara Resende guarda enorme simpatia com a tragédia administrativa que se converteu o Governo do Excelentíssimo

Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Desde a última sexta-feira 13, quando a revista **Época** revelou pecados tropicais no Gabinete do Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu, o Governo Lula se arrasta com enorme dificuldade de se encontrar com a própria consciência. Depois que perdeu o primado da probidade, perambula em sérias indecisões éticas e desencontros políticos. A sensação que se tem é de que o lirismo acabou e o PT está condenado ao lugar comum da política brasileira, cuja regra é o avesso da legalidade.

Trata-se de um Governo abatido, sem ânimo moral, que exauriu o seu capital político, tratando a esperança de maneira sedicosa e atabalhada, sempre a perseguir as ovações plebiscitárias com uma “retórica voluntarista”, conforme muito bem assinalou o editorial do jornal **O Estado de S.Paulo**, do último sábado. Agora, ao se esconder da culpa, revigora o medo na Nação e, cada vez mais, confirma que a sociedade brasileira foi conduzida a erro essencial durante as eleições de 2002 pelo Partido dos Trabalhadores.

Durante 24 anos, o PT, que apedrejou o Estado brasileiro como se ele fosse uma mulher adúltera, hoje se recusa a purgar a sua desonra e infidelidade. Era compreensível que o mesmo Partido, muitas vezes desarrazoado, que ostentava ímpeto raivoso, abrindo a temporada de caça a cada passo em falso dos governos de então, perdesse a sede de escândalos e das CPIs quando chegasse ao poder. O que estorrece o ambiente político do País é a incapacidade dos integrantes do Governo Lula de sair do redemoinho, logo eles que se doutoraram em produzir crises.

O próprio Doutor Dirceu, que até a eclosão do *Waldomirogate* dava ordens a Ministros, mandava calar parlamentares, determinava a degola de adversários, estipulava o preço do jogo político e era entendido em javanês, hoje, se Lima Barreto me permite utilizar a expressão, apresenta “mansuetude evangélica”. O Doutor Dirceu, após 40 anos de militância de oposição, primeiro armada contra o regime militar, depois política aos Governos José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, chegou ao poder com autoridade reinol e hoje se encontra praticamente rifado por pesadas suspeições.

Não vou fazer dessa ferida uma carnificina, como assim procedeu o PT durante todos esses anos, mas não posso deixar de mencionar o que pronuncia a voz rouca das ruas. De acordo com pesquisa Datafolha, divulgada hoje, 43% dos entrevistados acreditam que a melhor atitude do Ministro José Dir-

ceu é afastar-se do cargo durante as investigações, enquanto 24% acreditam que o Doutor Dirceu deva renunciar pura e simplesmente. No mesmo sentido, 81% dos brasileiros querem a CPI do *Waldomirogate* e 83%, a CPI dos Bingos.

Srs e Srs. Senadores, observem que o núcleo duro do poder já não tem mais consistência tão rígida do primeiro ano de governo e reage como se tivesse o miolo mole. Primeiro, imaginou ato de desagravo ao Ministro José Dirceu, que acabou se convertendo em convescote alcoolizado, na última quinta-feira, na casa do Ministro Eunício Oliveira, no qual, dos nove Ministros presentes, cinco compareceram utilizando carro oficial. Em seguida, lançou agenda positiva composta por um conjunto de projetos de leis nas mãos e algumas ambições demagógicas na cabeça, como acrescer neste ano mais dois milhões de beneficiados no Programa Bolsa Família, mas a iniciativa soçobrou. Dessa vez, sequer houve repercussão à estimativa demagógica do Presidente Lula, que o anunciou como "o maior programa social já visto na face da Terra".

Como ocorre na agenda de qualquer administração regida pelo improviso, o que era para ser positivo, como é o caso do fechamento dos bingos e a suspensão das atividades das máquinas caça-níqueis, tornou-se o revés da ação palaciana. Desde a semana passada pulula nas capitais dos Estados a primeira onda de protesto, protagonizada pelos funcionários e familiares dos 320 mil desempregados dos bingos, que tiveram de ceder os seus postos de trabalho para garantir o assento do Dr. Dirceu no Governo.

A Administração petista tem extratos profundos de populismo e, como tal, definitiva e paradoxalmente não está preparada para enfrentar protestos. Bastaram as maciças manifestações de ontem, em São Paulo, para que o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, demonstrasse a ambivalência do Governo Lula. Pela manhã, afirmou que a Medida Provisória que acabou com os Bingos se justificava porque a geração de emprego não pode estar acima da legalidade. No cair da tarde, mudou radicalmente o discurso e admitiu que o Governo vai arrefecer a gana moralizante.

Sr. Presidente, na altura dos acontecimentos ninguém nesta Casa, nem mesmo Eremildo, o Idiota, personagem do jornalista Elio Gaspari, acredita na abertura das Comissões Parlamentares de Inquérito dos Bingos e do "Waldomirogate". Ainda que as in-

vestigações tenham sido sepultadas para preservar o pescoço da própria "PeTecracia", vou continuar perseguinto o trabalho...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Demóstenes Torres, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Com muito prazer, ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, nosso conselheiro.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Demóstenes Torres, na verdade o que de mais sábio poderia ocorrer ao Governo seria precisamente endossar o pedido de CPI formulado pela Oposição por meio do Senador Antero de Barros para investigar o caso Waldomiro. Imagino que a mensagem que, hoje, eu próprio e o Líder José Agripino expusemos à Nação e à análise do Governo foi muito clara: colocar a CPI do tamanho dela, ou seja, investigando tudo e todos que nela couberem e, em contrapartida, teremos o compromisso de honra de não deixar nenhuma matéria da tal agenda positiva sem definição nesta Casa. V. Ex^a acabou de fazer uma análise muito acurada das contradições do Governo: uma semana, ele é a favor dos bingos, porque não precisava ser contra; na outra, achou que precisava ser contra para tentar salvar essa sua face já tão arranhada. Sobre os empregos especificamente, tenho tendência a ser contra os bingos, por questão muito pessoal, já que não gosto da idéia do jogo. O Senador Álvaro Dias me dizia que a questão é fiscalizar. Estamos aqui, amigavelmente, vendo uma divergência entre nós. É preciso fiscalizar com dureza, observar as ligações com a máfia, com coisas irregulares. Mas, de qualquer maneira, o que ressalto é que o Governo não tem uma visão séria sobre a questão dos bingos; ele joga ao sabor da defesa da sua popularidade, cada dia mais escassa. Por outro lado, se quiséssemos repor mais do que os 300 mil empregos que estão em jogo, segundo o Paulinho, da Força Sindical, bastaria que o Governo cumprisse um só dos muitos compromissos que não honrou conosco: renegociar, calibrar a Cofins, abrindo espaço no setor de serviços para que muito mais pessoas dos que as 320 mil fossem empregadas. Mas, sobretudo, o Governo vai se perdendo, porque as desculpas são esfarrapadas. Eu estava, ainda há pouco, lendo um papel de minha assessoria e lá havia um histórico: em junho ou julho do ano passado, V. Ex^a e eu fizemos um requerimento sobre a tal GeTech e não deram maior importância ao nossa alerta. O resultado é que se avolumou o quadro de obscuridade no Palácio do

Planalto. Dizem que não é preciso uma CPI, que basta a Comissão do Governo. No entanto, é a mesma comissão que não foi capaz de dar importância ao nosso humilde requerimento. Será que esse pessoal merece confiança? O que fizeram? Não falo de confiança no sentido de serem pessoas honradas ou não, mas se são pessoas acuradas ou não acuradas. Será que são capazes mesmo? Será que conseguem enxergar? A revista **IstoÉ** e seus milhões de leitores enxergavam que Waldomiro estava errado, mas o Palácio não enxergava, o Palácio não sabia. O Palácio é autista, sofre dessa patologia que tem ceifado tantas e tantas vidas, do ponto de vista do aproveitamento útil pela sociedade. A essa altura, cumpre-se saber se havia dolo ou culpa no delito, mas que há o delito há. Quando nada, o delito culposo de ter nomeado quem não devia. Na pior das hipóteses, o delito doloso de ter nomeado sabendo que se tratava de um operador. Então, não adianta. O Governo vai viver de pequenos alentos, mas vai perceber que se avolumam, nas seções de carta dos jornais.... E eu queria, inclusive, dar uma sugestão ao PT, que é tão organizado: começem, agora, a mandar cartas ao leitor para dar impressão de que o povo está com ele. Vai se avolumar uma grita no País, e eles vão ter que, na verdade, chegar à conclusão, que é a de V. Ex^a e a minha, de que tem que mudar esse rumo, mudar esse Ministério, que é inoperante, incompetente, que não fez reforma nenhuma, que não é capaz de trabalhar o País, mudar a forma de o Presidente Lula abordar a Nação, sem tanto histrionismo, sem tanta demonstração de apetite cênico, mas simplesmente estudando os problemas nacionais e procurando dar respostas convenientes que a conjuntura está a exigir. Portanto, o discurso de V. Ex^a é brilhante, como o que vem saindo de sua lavra nesta Casa. Eu aqui acompanho V. Ex^a e digo que vejo o Governo perdido e acuado. Quando ele é agressivo, aí é que eu o vejo mais acuado. Quando ele usa palavras de baixo nível, aí é que digo: "Meu Deus, hoje eles estão apavorados". Quando eles tentam trabalhar habilidade, eles não conseguem, por uma simples razão: não estão fazendo o diagnóstico correto da crise, não estão sequer aceitando, autistas que são, que há uma crise e não estão percebendo que devem, imediatamente, expor ao País os pontos tópicos de saída da crise. Essa crise pode se avolumar e pode custar muito mais do que a cadeira de uma pessoa ou outra, essa crise pode custar a governabilidade. E essa é uma preocupação que a Oposição, que é patriótica, haverá de demonstrar

sempre. Portanto, parabéns a V. Ex^a, o seu discurso mostra que o rei está nu. Mas se o rei está nu, não precisa ficar nu e cego ao mesmo tempo, bastaria pelo menos o constrangimento da sua nudez, não precisaria a tristeza da sua cegueira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Poderia ser ao menos uma saia escocesa.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Qualquer coisa seria melhor, porque, na melhor das hipóteses, não daria lá nem uma capa de **Playboy**.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – De qualquer forma, Senador, agradeço muito a sua intervenção brilhante, de um homem que conhece profundamente o Brasil, conhece administração e que deveria ser conselheiro também, se pudesse o Governo Lula escutar – por que não? –, como é de nós todos, da Oposição. Não aprendemos apenas com o nosso lado, aprendemos também com os adversários.

Concedo um aparte ao ilustre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Demóstenes Torres, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex^a e o aparte do Senador Arthur Virgílio. Considero muito importante que estejamos vivendo, no Brasil, um momento em que, no Congresso Nacional, as pessoas falam abertamente e tecem as suas críticas severas, conforme V. Ex^a e outros Parlamentares têm feito. Nós, do Partido dos Trabalhadores, acreditamos – e muito – que, para o Presidente Lula, conforme Sua Excelência reiterou por ocasião dos 24 anos do Partido, a questão ética é muito importante – e V. Ex^a pode ter certeza de que continua sendo. E queremos contribuir ao máximo para que todo e qualquer fato que porventura tenha sido caracterizado por irregularidade seja inteiramente esclarecido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Em relação a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, não tenho dúvida alguma de que esse preceito se aplica. V. Ex^a é um homem ético, correto e respeitado nesta Casa pela sua postura e pela sua condição de vida.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas, como ser humano, a qualquer momento, posso cometer uma falha, fazer uma bobagem e outras coisas...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Naturalmente! As falhas nós perdoamos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E isso pode ocorrer com os seres humanos que estão no Governo e que inclusive tenham sido designados por um Ministro cuja vida é de correção, como a do Ministro José Dirceu – e acredito que o seja. Tenho a convicção de que S. Ex^a contribuirá para o esclarecimento completo dos fatos. Não é fácil essa apuração. Acabo de ser informado de que, no seu depoimento perante a Polícia Federal, onde foi argüido com cerca de 50 perguntas, o Sr. Waldomiro Diniz – que compareceu ao local de táxi – disse “nada a declarar” sobre as 50 perguntas que lhe foram feitas. Disse também que só prestaria esclarecimentos de maior profundidade em juízo, perante a Justiça. Quem sabe se V. Ex^a, com a experiência que tem no âmbito do Judiciário, não nos poderia esclarecer quanto tempo levaria até a realização desse depoimento? Por que razão? Porque, quando o Presidente Lula determinou que se apurassesem os fatos, de pronto, no dia em que foi publicada, na revista **Época**, aquela informação sobre um procedimento irregular, certamente Sua Excelênciia imaginava que a Polícia Federal, acompanhada do Ministério Público, esclarecesse com profundidade o episódio. Certamente o próprio depoimento do Sr. Waldomiro Diniz constitui-se em uma peça importante. Quando a pessoa se recusa a responder, valendo-se do seu direito constitucional, isso acarreta pelo menos uma dificuldade a mais para a Polícia Federal.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me ainda abordar – noto que o tempo está se esgotando – um ponto que V. Ex^a mencionou. Quando o Presidente Lula, em Belém do Pará, disse que o Brasil realizaria o maior programa social do Planeta Terra, em verdade, creio que seria importante que o próprio Ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social, tecesse considerações sobre o programa, que é de extrema importância e relevância, nos devidos termos. É claro que, quando o programa beneficiar 11,4 milhões de famílias, ele será considerado extraordinário e significativo, porque atingirá 45 milhões de pessoas. Ainda assim, ele estará distante de ser o maior programa social da Terra. Eu gostaria até de, construtivamente, alertar o próprio Presidente Lula quanto a isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Isso! Muito bem, Senador!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Dizia-se, no Governo Fernando Henrique Cardoso, que

se estava fazendo o maior programa social com alguns dos programas de transferência de renda. Citei um único – embora haja diversos outros: por exemplo, nos Estados Unidos, há um programa de transferência de renda que se denomina **Earned Income Tax Credit**, que beneficia 20 milhões de famílias, o que corresponde a mais de 50 milhões de pessoas, cujo detalhamento não farei aqui. Alerto o nosso Ministro do Desenvolvimento Social no sentido de que, talvez, um dia, tenhamos um grande programa social, mas ainda não chegamos a ele.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Tenho certeza de que, se o Presidente Lula ouvisse V. Ex^a, o Governo seria muito melhor, pode ter certeza disso – e o digo com convicção.

Sr. Presidente, concluindo o discurso, ressalto que, ainda que as investigações tenham sido sepultadas para preservar o pescoço da própria PeTecracia, vou continuar perseguindo o trabalho de apuração das relações perigosas intermediadas pelo Sr. Waldomiro Diniz e a empresa GTech. Esta Casa, de qualquer forma, não pode renunciar ao dever de obtenção da documentação completa, como relatórios, auditorias e recomendações da própria Caixa Econômica Federal de que a renovação do contrato com a empresa norte-americana era lesiva ao interesse público. Aliás, pergunto: Por que até agora loterias exploradas pela GTech permanecem abertas, enquanto as demais foram fechadas?

Desde o ano passado tenho insistido para que a Caixa envie os documentos. Já foram três pedidos e, até agora, eles insistem em ludibriar esta Casa com a sonegação da verdade. O Governo tenta abafar a investigação do Congresso Nacional, alegando que o Ministério Público, as sindicâncias do próprio Governo Federal e do Governo do Rio de Janeiro, bem como o inquérito da Polícia Federal, já são o suficiente para que o caso não fique impune. É verdade que os Procuradores Mário Lúcio de Avelar, José Ribeiro Santoro e Marcelo Serra Azul são profissionais de inquestionável competência e de inatacável postura moral e que podem muito ajudar nas investigações dentro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Essas investigações são atividades distintas que colham o mesmo fim, ou seja, a extensão e conteúdo da verdade sobre a maior falcatura que se operou no seio do Palácio do Planalto desde a malfadada era Collor.

Sr^{as} e Srs. Senadores, sobre o Sr. Waldomiro Diniz já está comprovado que ele operou pelo Gover-

no Lula na intermediação dos interesses da GTech na renovação do contrato com a Caixa. Não há dúvida de que as suas atividades clandestinas eram intergovernamentais, ou seja, foram realizadas antes, durante e após as eleições de 2002, com conhecimento da cúpula do Petezinato de alta patente, como o Dr. Dirceu, a ex-Ministra Benedita da Silva, o atual Assessor Especial da Casa Civil, Marcelo Sereno, o Presidente da Casa da Moeda, Manoel Severino dos Santos, entre outros, conforme revelou o ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, em entrevista ao América On Line. Para se ter apenas uma noção do alcance dos tentáculos waldomirianos, basta mencionar reportagem do Jornal **Folha de S. Paulo** de ontem, em que é relatado que o assessor que tinha **status** de ministro foi encarregado pelo Palácio do Planalto de negociar um varejão de emendas parlamentares que somaram R\$ 1bilhão.

Sobre a GTech, conforme divulgou a revista **IstoÉ Dinheiro**, desta semana, a empresa norte-americana possui extensa folha corrida globalizada de falcatrudas. De acordo com o periódico, não é a primeira vez que a GTech está no olho de um furacão de desvios de conduta e até se levantam suspeitas de envolvimento do Presidente dos EUA, George W. Bush, quando governava o Estado do Texas, com os interesses inconfessáveis da empresa que tem no território brasileiro hoje a sua principal base de negócios.

Sr. Presidente, o Presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen, foi de uma tremenda felicidade quando declarou que “o tempo de tolerância da sociedade para com o Governo acabou. Esgotou-se o tempo de graça que lhes foi concedido”. Para o eminente Senador, como se não bastasse o fracasso administrativo e a decadência material, o Governo Lula e o seu Partido mergulharam o País na crise moral do caso Waldomiro Diniz. E o pior: o Governo Lula sofre de mitomania, além de possuir sérios problemas de memória. Um dos argumentos que sustentavam o “Fora FHC” eram justamente a dependência do Brasil do Fundo Monetário Internacional e o comprometimento da riqueza nacional com o pagamento dos juros da dívida pública. Encerrada a execução do Orçamento de 2003 da União, conforme dados do Sistema de Administração Financeira (SIAFI), o Brasil da Era Lula fez menos investimentos e pagou mais dívidas do que o seu antecessor, para não mencionar o “es-

petáculo do crescimento”, cujo resultado se resumiu à triste marca negativa da recessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a V. Ex^a. Houve, realmente, alguns apartes e lembro que estes devem ser feitos em dois minutos, no máximo. Isso permitirá que o orador, na tribuna, desenvolva com mais tranquilidade o tema proposto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é precisamente para tornar público o gesto de V. Ex^a de me fazer uma fraterna advertência, V. Ex^a que tem toda uma vida dedicada a crianças portadoras de necessidades especiais, em relação ao que teria sido, sem dúvida alguma, um equívoco conceitual meu. Eu disse que o Governo era autista e V. Ex^a argumentou que a criança autista desenvolve métodos próprios de resolver seus problemas, de ler, de aprender; a criança autista pode ser dotada de uma inteligência invulgar, e eu não estou vendo inteligência nem sensibilidade neste Governo, nem estou vendo o Governo ser capaz de resolver os seus problemas.

Portanto, peço desculpas por confundir o Governo que combatto com crianças que merecem de nós todo carinho e respeito. Eu me penitencio e agradeço a V. Ex^a. Sei que V. Ex^a tem uma vida dedicada aos portadores de deficiência e essa é uma das razões de eu admirá-lo. Estou grato pela oportunidade que me deu. Daqui para a frente, encontrarei outras formas de caracterizar o Governo. Quando quiser dizer que ele é incompetente, jamais farei comparação semelhante. Verei qual é o tipo de patologia adequada para caracterizar o Governo. Vou dizê-lo com precisão e ele vai me ouvir.

Agradeço a V. Ex^a de coração.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Senador Arthur Virgílio, conversamos sobre esse assunto. Tenho por V. Ex^a grande amizade e muito respeito, inclusive por sua trajetória de vida.

É importante esclarecer para o Brasil a questão relativa à pessoa portadora de deficiência e a caracterização da criança, do jovem e do adulto autista. Eles têm dificuldade de comunicação e movimentos estereotipados, são crianças normalmente muito bonitas, mas, com as metodologias modernas desenvolvidas, têm capacidade de entender perfeitamente.

Épocas atrás, eram consideradas pessoas com deficiência mental; hoje em dia, são consideradas pessoas superdotadas, porque aprendem a ler e a escrever sozinhas. Têm potencial.

Sem dúvida alguma, toda a comunidade brasileira que atua nessa área ficou muito sensibilizada com as palavras de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, como Líder, por vinte minutos, para comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “b”, do Regimento Interno.

Solicito a V. Ex^a que, preferencialmente, use o tempo restante da sessão, até 18 horas e 30 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Sr. Presidente. Com certeza, não irei ultrapassar o tempo regimental.

Depois de uma sessão tão conturbada como esta, onde se anunciou um verdadeiro espetáculo que, no final das contas, transformou-se num episódio lamentável devido à irresponsabilidade que tive a oportunidade de registrar desta tribuna, volto a ela porque há muitas cobranças, muitas manifestações e solicitações de providências de todos os lados.

Temos uma responsabilidade para com o povo brasileiro, que nos delegou, pelo voto, a ocupação destas cadeiras no Senado da República, para que possamos produzir e avançar naquilo que é do interesse e da necessidade do povo brasileiro.

Numa sessão de tantas cobranças, é de fundamental importância que olhemos para as responsabilidades que estão colocadas para o Senado da República e o que a população espera, efetivamente, de nós.

Quero fazer uma relação de alguns temas que estão pautados, alguns já em condições de serem votados nas Comissões e no plenário desta Casa, mas que, infelizmente, ao longo do mês de fevereiro, praticamente não conseguimos realizar. Já estamos no dia 02 de março e a população espera que tenhamos resultado prático e concreto do trabalho para o qual nos elegeu, que é, fundamentalmente, legislar.

Sobre a reforma do Judiciário, o Relator está com o projeto há mais de um ano. Haverá uma reunião no gabinete do Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e espero que haja um acordo para que o relatório seja apre-

sentado nesta semana. Desta forma, poderemos trazer a reforma do Judiciário à votação, porquanto todos sabemos de sua absoluta imprescindibilidade e necessidade, tanto que há uma grande expectativa da população para que ela seja votada e aprovada. A Justiça brasileira será, em primeiro lugar, mais ampla e democrática e poderá atender o anseio das camadas de baixa renda, ou seja, daqueles que mais precisam dela. É preciso que ela seja ágil o suficiente para que, em decorrência da demora, não se torne uma injustiça.

A reforma do Judiciário é um dos itens pautados e que temos a obrigação de atender, de forma efetiva, pelo nosso trabalho. Espero que a reunião que acontecerá agora, e que já deve, inclusive, ter começado, no gabinete do Senador Edison Lobão, possa realmente apontar a perspectiva de termos o relatório ainda nesta semana apresentado, para iniciarmos um processo de votação.

Além da reforma do Judiciário, a preservação da Mata Atlântica é outro projeto que se arrasta há décadas no Congresso Nacional e cujo parecer também já está há um bom tempo com o Senador César Borges. Espero que, amanhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Senador apresente o seu parecer, para que possamos fazer a votação. Falo não só pelo interesse do Brasil, num tema tão importante como este, da preservação de uma reserva de biodiversidade que praticamente foi dizimada ao longo dos séculos em nosso País, mas também, particularmente, em nome de Santa Catarina, que tem um grande interesse, porque é o Estado que tem, ainda, a maior parcela de Mata Atlântica a ser preservada.

Então, precisamos fazer a votação rapidamente. O Senador César Borges está aí. Faço-lhe um apelo para que possamos, amanhã, ter o parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para fazermos a votação.

Há duas medidas provisórias que estão na pauta e que esperamos sejam votadas juntamente com as outras duas medidas, de nºs 141 e 142, sobre as quais não pairam nenhum problema ou dúvida.

A Medida nº 141 trata do crédito do financiamento do ensino superior; a de nº 142 trata de créditos do Banco Central, mas há duas medidas provisórias que são da mais absoluta relevância, que regulamentam o setor elétrico. Havia um acordo para se votar na terça-feira, antes do Carnaval. Mas, infelizmente, por

conta do tiroteio em relação à instalação ou não da CPI, não o cumprimos. Não votamos na semana antes do Carnaval; na semana do Carnaval, não houve sessão deliberativa, e, agora, estamos com a pauta trancada. Espero que amanhã possamos votar as Medidas Provisórias nºs 141 e 142, que têm prioridade, e as que regulamentam o setor elétrico. Não haverá retomada de crescimento de forma segura, concreta e crescente se um setor fundamental como o elétrico não for regulamentado. Ninguém vai investir no País; ninguém fará aportes de recursos para investir em qualquer empreendimento industrial ou agropecuário se não houver garantia de energia. E todos sabemos que esse é um setor que, obrigatoriamente, deve estar regulamentado clara e definitivamente, pois o seu investimento se dá a médio e longo prazo. Ninguém investe na construção de uma usina hidrelétrica, de uma usina termelétrica ou em qualquer projeto de energia alternativa se não houver garantia em relação ao preço e à regulamentação do setor. Portanto, ou fazemos a regulamentação, ou não haverá investimento, não haverá garantia de energia, não teremos a consolidação dessa perspectiva de crescimento que está posta para este ano e, de forma sólida e segura, para o próximo período.

Então, o Senado da República tem o dever, a obrigação de, uma vez por todas, desencalhar a votação ainda esta semana. Aliás, com tantos debates sobre a questão dos juros, do crescimento, do PIB, é tarefa do Senado desencalhar essa questão da regulamentação do setor elétrico, porque essa votação incide diretamente nesses temas. Aliás, quero dizer que, de forma tão elegante, o Senador Tasso Jereissati os trouxe a esta tribuna, com o intuito de colaborar, trazer sugestões, contribuir com o debate para que realmente possamos ter uma garantia de que toda a política adotada no ano passado, de custo tão dóido para todos nós, demonstrou-se correta no sentido de fazer o controle dos indicadores. Já no terceiro trimestre, tivemos todas as indicações de retomada de crescimento da indústria de bens duráveis, na indústria de bens de produção. Então, esse debate trazido pelo Senador Tasso Jereissati, de forma correta, está diretamente ligado a nós. Devemos efetivamente desencalhar essa votação da regulamentação do setor elétrico.

Outro item que está na pauta do Senado e que tem a ver diretamente com a questão da retomada do desenvolvimento do nosso País e, principalmente,

com a questão de juros, do comportamento do sistema financeiro brasileiro, é a Lei de Falências, que está também tramitando no Congresso Nacional há mais de uma década. Portanto, é nossa responsabilidade. Temos que parar de atirar e ver o que temos a fazer neste momento. A Lei de Falências está na nossa pauta e é obrigação nossa, do Senado da República, desencalhar esse projeto, essa proposta, para que possamos ter uma situação mais bem definida com a garantia dos credores.

A situação seria outra se tivéssemos dado conta da nossa tarefa, votando uma Lei de Falência mais moderna, mais atual, que garantisse os credores, trabalhadores e financiadores das empresas, tendo esses uma garantia mais definida. Pois, atualmente, os processos falimentares prolongam-se por tanto tempo, que se consome todo o patrimônio e, quando chega a hora da distribuição dos recursos, não há mais nada para pagar àqueles que têm a receber da empresa à beira da falência. Ou seja, se já tivéssemos tomado essa providência, se o Congresso Nacional já tivesse terminado essa votação, com certeza, a questão da Parmalat estaria em outro patamar.

Temos ainda todo o debate e votação do Projeto de Biossegurança. Ainda não conseguimos definir se esse vai tramitar em três ou em quatro Comissões, já que o Senador Osmar Dias pleiteou que a matéria também fosse à Comissão de Educação e o requerimento está trancado na pauta.

E, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, não poderia deixar de falar do projeto que tipifica a questão da violência doméstica, até porque entraremos na próxima semana comemorando o Dia da Mulher, no dia 8 de março. Essa é uma questão fundamental, porque a violência doméstica recai fundamentalmente sobre mulheres e crianças. Portanto, esse é um tema caro para nós. Nada melhor se este Plenário pudesse dar a sua contribuição, avançando nos direitos das mulheres e das crianças, aprovando o projeto da violência doméstica.

Listei, aqui, seis temas, seis tarefas, para que este Senado volte a produzir na ótica em que a população, tenho certeza absoluta, espera de nós. Por isso, quando tratamos de agenda positiva, quando tratamos de agenda propositiva, temos que questionar e cobrar dos outros Poderes, da outra Casa legislativa, das outras esferas de Poder. Mas, indiscutivelmente, não podemos deixar de cobrar as nossas responsabilidades para com temas tão caros, importan-

tes e relevantes, porque é da nossa alçada desenca-
lhar, resolver, votar e dar demonstração do nosso
compromisso para com o País.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, nos traz a extensa pauta de projetos de relevância como a regulamentação do setor elétrico, a Lei de Falências, a Lei de Biossegurança e outros. Gostaria de acrescentar que temos, na pauta – e chamo a atenção do Senador Líder Arthur Virgílio –, dentre os seus itens, a autorização de empréstimo para o Município de São Paulo. Queria relatar que, até em atenção a V. Ex^a, tenho me comunicado com a Secretaria do Tesouro, no Ministério da Fazenda, para saber se está tramitando regularmente todo o entendimento entre o Governo do Estado de São Paulo e o Ministério da Fazenda. Informaram-me que ainda hoje o Secretário da Fazenda de São Paulo, do Governo Geraldo Alckmin, estaria dialogando com a Secretaria do Tesouro. Portanto, todo o procedimento, por parte do Ministério da Fazenda, tramita normalmente, no sentido de acelerar os entendimentos. Registro, como Senador pelo Estado de São Paulo, que estou acompanhando a tramitação e obtive a informação do Ministério da Fazenda que tudo está sendo realizado para que haja os entendimentos necessários. Conforme fui informado pela Secretaria do Tesouro, estavam faltando alguns procedimentos por parte do Governo do Estado de São Paulo para que chegassem ao Senado Federal a mensagem. Mas tudo está sendo feito com o melhor entendimento possível. Aproveito também, Senadora Ideli Salvatti, para informar que os Ministros da Justiça e da Defesa, Márcio Thomaz Bastos e José Viegas Filho, confirmaram que, na próxima quinta-feira, aqui comparecerão para tratar tanto dos temas de Roraima quanto os de Mato Grosso do Sul, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ademais, o Ministro da Defesa estará acompanhado do Comandante da Aeronáutica, que esclarecerá toda e qualquer dúvida sobre a licitação para a compra dos aviões. Muito obrigado.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agra-
deço, Senador Eduardo Suplicy.

Vou encerrar com uma conlamação clara. Listamos algumas questões e V. Ex^a, inclusive, contribuiu com a inclusão de um empréstimo para o Município de São Paulo, tendo em vista obras relevantes para

atendimento à população de baixa renda. Quero dizer que poderemos fazer todos os debates políticos, todas as cobranças, todos os questionamentos, mas a população brasileira espera que os Senadores, efetivamente, entrem em processo de votação de temas tão importantes quanto este. Faço até um apelo. Creio que, amanhã, a Bancada governista estará em peso neste plenário, imbuída do desejo de mostrar a que viemos. Vamos responder ao voto que a população nos deu, aperfeiçoando a legislação brasileira. É preciso que temas importantes como a reforma do Judiciário, a preservação da Mata Atlântica, a regulamentação do setor elétrico, a Lei de Falências, a biossegurança e a violência doméstica sejam efetivamente discutidos neste plenário.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. *Fazendo soar a campainha.*) – Faço um apelo a V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves. Hoje, 16 Srs. Senadores usaram da palavra pelas Lideranças, afora os apartes, que não foram poucos nem curtos. Não tenho, moralmente, condição de negar ao Senador Alvaro Dias uma prorrogação, como segundo inscrito, para poder falar, até para respeitar a ordem cronológica da lista.

V. Ex^a, querendo fazer um aparte, faça-o, mas é algo profundamente amargo. Dezesseis Senadores usaram da palavra pela Liderança. Isso ainda prejudicou os que chegaram cedo para falar para comunicação urgente, mas que foram cortados em razão do uso da palavra pelas Lideranças. Não se trata de uma crítica minha, mas apenas em respeito aos inscritos que ficam aqui. Sou o sexto inscrito e V. Ex^a é o quinto.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Sem querer dialogar com V. Ex^a, apenas penso que o assunto debatido hoje realmente merecia essa intervenção prolongada dos Líderes. Abstenho-me de apartear a Senadora Ideli Salvatti e apenas me congratulando com essa preocupação de S. Ex^a, que é a de uma Líder.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agra-
deço, Sr. Presidente. Peço desculpas por ter ultra-
passado o tempo.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Flávio Arns, deixa a cadeira da pre-

sidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Prorroga a sessão por dez minutos, para que o Senador Alvaro Dias possa fazer seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, os agradecimentos a V. Ex^a por essa consideração. Obviamente, não farei o pronunciamento que pretendia. A abordagem que faria seria exatamente na esteira do que fez o Senador Tasso Jereissati: uma análise da crise econômica e social vivida pelo País, resultante da incompetência governamental, visto que o Governo, de costas voltadas para a sociedade brasileira, só tem olhos para ver e enxergar as ordens emanadas do Fundo Monetário Internacional.

Em razão disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, aproveito esta oportunidade para fazer uma análise do que vi hoje nesta sessão do Senado Federal, aliás, com surpresa e, até certo ponto, decepção. Não creio que o Senador Almeida Lima tenha cometido aqui, na tarde de hoje, algum crime, para se tornar alvo da fúria das Lideranças governistas nesta Casa. A impressão que ficou é que essa virtude, esse direito inalienável do ser humano à liberdade de expressão tornou-se crime repentinamente. O Senador Almeida Lima nada mais fez do que se expressar livremente da tribuna desta Casa, demonstrando a sua indignação diante de um fato determinado, que apontou com prova documental.

O que quis o Senador Almeida Lima hoje à tarde no Senado Federal? Apresentar à Casa a existência de um inquérito policial, instaurado pela Polícia Federal e que era do conhecimento do Presidente da República e do Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu. E o conhecimento da existência desse inquérito é um fato da maior gravidade, Senador Leonel Pavan. Se o Governo conhecia o inquérito, por que admitiu o Sr. Waldomiro Diniz como assessor especial lotado no Palácio do Planalto, ao lado do Presidente da República e do Ministro-Chefe da Casa Civil, com poderes superiores aos de Ministro de Estado?

Na verdade, repito o que disse na tarde de ontem: há uma equipe instalada no Palácio do Planalto com poderes superiores aos de Ministro de Estado. Waldomiro Diniz e outros deliberam sobre liberação de emendas parlamentares, repasse de recursos a

Estados e Municípios, definição de obras prioritárias, recebendo inclusive, no 4º andar do Palácio do Planalto, empreiteiros de obras públicas no País, acompanhados pelo Ministro dos Transportes, como ocorreu em determinada oportunidade.

Portanto, Sr. Presidente, há, sim, um chavascal de imoralidade, que tem de ser devassado pelos homens de bem da vida pública nacional. Os que desejam a prevalência da ética sobre a corrupção não podem se recusar à instalação de uma CPI nesta Casa do Congresso Nacional, sobretudo aqui, no Senado Federal, onde a maturidade política prevalece, onde não há o apetite desmesurado pelo espetáculo fácil, mas onde se sobrepõe, principalmente, o censo de responsabilidade diante da exigência nacional.

Não instalar aqui a CPI é voltar as costas para o anseio popular. A Senadora Heloísa Helena sabe perfeitamente que se confrontar com a opinião pública é, sem sombra de dúvida, jogar-se no chão. A opinião pública brasileira deseja esta CPI. O Datafolha Instituto de Pesquisas é de conceito não reprovável, não há como questionar a sua lisura. Historicamente correto, demonstra que 81% da população brasileira deseja que se instale uma CPI para apurar as denúncias relativas aos episódios ocorridos com elementos integrantes da Casa Civil, portanto do alto **staff** do Presidente da República.

Na tarde de hoje, um Senador usou da prerrogativa de denunciar, procurou fiscalizar, cumprindo o seu dever. Contudo, jogaram toda carga da crítica sobre S. Ex^a como forma de tumultuar o processo em curso nesta Casa para a instalação de duas CPIs: a de Waldomiro Diniz e a dos bingos. Certamente, o objetivo dos que ocuparam a tribuna para atacar o Senador Almeida Lima não foi outro a não ser o de desviar a atenção da opinião pública para o fato central, que é a eclosão do escândalo da transformação do 4º andar do Palácio do Planalto em um balcão de negócios, nesta República.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Leonel Pavan, com satisfação.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Quero apenas cumprimentá-lo e, da mesma forma, trazer aqui o meu apoio, a minha solidariedade ao querido Senador Almeida Lima, homem de coragem que não se intimidou diante das ameaças expressas nas falas de alguns Senadores. Na tribuna, S. Ex^a foi educado e apenas trouxe às claras provas documentais, mostrando que todas as denúncias até agora feitas são já

de conhecimento público e também da Imprensa. Mas S. Ex^a nos trouxe hoje documentos que não são apenas falácia, como alguns do Governo pretendem transmitir à população, afirmando que não existe nada em termos de provas documentais. E hoje, o Senador Almeida Lima trouxe documentos e comprovou definitivamente que tudo o que está aí realmente é verídico. O Governo, ao invés de criticá-lo por trazer ao plenário os documentos, deveria apoiá-lo e buscar os documentos para, se possível, mostrar a inocência do Governo. Contudo, tenta desviar o foco da discussão, acusando quem quer mostrar a verdade para a população brasileira. Externo meus cumprimentos ao eminente Senador Almeida Lima por ter a coragem de ter usado hoje o microfone para mostrar ao Brasil que este Governo que aí está, infelizmente, mais uma vez, comprova que cometeu estelionato eleitoral.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Leonel Pavan, que audácia de alguns: acusar o Senador Almeida Lima de crime ao expressar livremente o seu pensamento, como se isso fosse crime, e, de outro lado, absolver Waldomiro Diniz do crime de ser um dos principais artífices do propinoduto instalado no Palácio do Planalto! Estelionato eleitoral, sim, Senador Leonel Pavan, porque quando se busca o poder sem a competência necessária para exercê-lo, utilizando-se da mentira, da falsa promessa, pratica-se o crime de estelionato eleitoral, sim.

Concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Senador Alvaro Dias, fiz questão de intervir no pronunciamento de V. Ex^a até para compartilhar da mesma preocupação. Eu já tinha feito isto no aparte ao Senador Efraim Moraes, mas me sinto na obrigação, a cada momento que um Senador ocupa a tribuna exigindo explicações da base de bajulação do Governo ou daqueles que estão a chafurdar na lama da corrupção com desenvoltura, de fazer a saudação e exigir o empenho da Casa no sentido e instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito. O que aconteceu na tarde de hoje é sintomático: pessoas foram à tribuna para desqualificar a denúncia, o fato apresentado pelo Senador. Mas, nenhum dos que foram à tribuna para desqualificar a fala do Senador Almeida Lima, nenhum deles explicou porque o Palácio do Planalto, que tantos mecanismos tem para construir dossiês, inclusive o Ministro José Dirceu, que sempre conquistou o “respeito pelo medo” em função do

seu comportamento, como uma pessoa como o Sr. Waldomiro Diniz está há tanto tempo sendo a personalidade mais importante do Palácio do Planalto, na área mais importante e mais poderosa, que já foi citado em inquérito policial, que já tenha sido citado pelo Ministério Público Federal, em tantos espaços, e como ninguém responde por que o Palácio do Planalto não sabia nada sobre esse senhor! Nada. Não é à toa que, hoje à tarde, no depoimento que ele deu, a todas as perguntas que lhe foram feitas sobre o caso, ele respondeu “Nada a declarar”. Então, imaginem como fica o Congresso Nacional, que tem como único instrumento de investigação a CPI? E não há nenhum outro, como V. Ex^a sabe tão bem, Senador Romeu Tuma, que com altivez já participou das estruturas de investigação nos momentos polêmicos nesta Casa. E esta Casa legislativa o tem, com poder de investigação próprio das autoridades judiciais. Quando a Constituição delegou uma comissão, com poder de investigação próprio das autoridades judiciais – portanto, com poder de quebrar sigilos bancário, fiscal e telefônico – não foi por um motivo qualquer, mas justamente para garantir que o Poder Legislativo tivesse independência, já que a independência entre os Poderes é cláusula pétreia constitucional, e para que o Poder Legislativo possa cumprir a sua tarefa mais nobre, que é justamente fiscalizar os atos do Poder Executivo. Espero, sinceramente, que esta Casa tenha a altivez necessária, que os Senadores tenham a coragem necessária e possamos instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito, porque somente por meio de uma CPI é que poderemos identificar as ramificações com o crime organizado e com a maldita estrutura de lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico no nosso País.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena. Sem dúvida, o que pretendia – e conseguiu – o Senador Almeida Lima foi demonstrar que o Presidente da República sabia, que o Ministro José Dirceu sabia, e sabiam de forma cabal e absoluta quem é o Sr. Waldomiro Diniz. Não podem alegar ignorância, porque é inacreditável que possam imaginar que a população acredite que o Governo, com todos os instrumentos de que é possuidor, não tinha conhecimento da existência de um inquérito na Polícia Federal em relação ao Sr. Waldomiro Diniz. Na verdade, sabiam, tinham conhecimento, foram coniventes, partícipes, foram parceiros. O Sr. Waldomiro Diniz recebia, no Rio de

Janeiro, 300 mil por mês de propina. Entendiam que ainda era pouco; queriam elevar para 500 mil, queriam fazer uma distribuição maior entre parceiros do mesmo partido; e o Governo sabia, o Presidente da República sabia.

O Presidente da República foi Presidente do PT, foi sucedido pelo José Dirceu. Essa estratégia de arrecadação para os cofres partidários foi uma estratégia engendrada e do conhecimento pleno das autoridades de hoje, do Presidente da República e do Ministro José Dirceu.

Entendo a preocupação daqueles que sustentam o Governo nesta Casa e na Câmara dos Deputados em preservar a figura do Presidente da República, eximindo-o de responsabilidade nos episódios escandalosos que sacodem hoje o nosso País. Mas não há como eximir-lo de responsabilidade. O Presidente da República tem responsabilidade, sim, e tem de assumi-la. Tem de enfrentar a situação com coragem e ousadia, permitindo a devassa do que há por trás desses acontecimentos. Sua Excelência tem de permitir a investigação, com todos os instrumentos possíveis, não apenas com aqueles do Poder Executivo, mas também com este, que é fundamental – porque promove transparência e convoca a opinião pública a participar e a acompanhar: a Comissão Parlamentar de Inquérito, instrumento indispensável para a valorização do Poder Legislativo e, sobretudo, para que este cumpra com o seu dever de fiscalização.

Sr. Presidente Romeu Tuma, eu tinha a intenção de fazer também uma abordagem de natureza econômica e social. Pretendia falar sobre o ano passado, que foi um ano de governo exterminador de riquezas. O Governo Lula foi exterminador de riquezas no primeiro ano do seu mandato. Terei a oportunidade de abordar a questão em outra sessão do Congresso Nacional.

Mais uma vez, Senador Romeu Tuma, agradeço a V. Ex^a por me conceder esta oportunidade.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Permita-me, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, um minuto, uma vez

que estava inscrito para as comunicações inadiáveis, mas infelizmente não pude usar da palavra.

Há duas semanas, exatamente num momento em que V. Ex^a presidia o Senado, alertamos sobre as invasões e os conflitos entre as aldeias indígenas e os colonos de Santa Catarina.

Aprovamos aqui um requerimento que leva a Comissão Temporária Externa do Senado Federal para o Estado de Santa Catarina.

Faço aqui o registro, comunicando à população de Santa Catarina que, na sexta-feira, os membros da comissão – Senadores Mozarildo Cavalcanti, Delcídio Amaral, Jefferson Péres, João Ribeiro e Romero Jucá – estarão na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, bem como a Procuradora-Geral da República, o Procurador-Geral do Estado, o Superintendente da Polícia Federal, o Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o Secretário de Estado de Articulação Nacional, a Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural, o Secretário de Estado de Ibirama, os Prefeitos de Abelardo Luz, de Cunha Porá, Saudades, de Seara, de José Boiteux, membros da Funai, representantes dos agricultores e das áreas indígenas de Abelardo Luz, Ibirama e Toldo Pinhal. Essas comunidades estarão presentes com os prefeitos e com as autoridades, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, para, definitivamente, acharmos uma saída e podermos encontrar a paz entre as aldeias indígenas e, principalmente, os nossos agricultores e colonos, que precisam reencontrar o caminho do trabalho e da paz.

Quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente. Justamente no dia em que V. Ex^a presidia este Senado, em uma questão de ordem, alertamos a população sobre o assunto e aprovamos essa comissão que estará, sexta-feira, em Santa Catarina.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que esta comissão tenha sucesso e traga paz e tranquilidade!

Peço a V. Ex^a que encaminhe o referido documento à Mesa para ser publicado por inteiro.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Roteiro da Viagem

Comissão Temporária Externa do Senado Federal – RQS 529/2003 - SF
Visita “in loco” ao Estado de Santa Catarina / SC

Comitiva - Membros da Comissão

- *Senador Mozarildo Cavalcanti*
- *Senador Delcidio Amaral*
- *Senador Jefferson Peres*
- *Senador João Ribeiro*
- *Senador Romero Jucá*

Programação das Atividades

05.03.2004 (sexta-feira)

Atividades

- 09h00** - Audiência com o Governador do Estado de Santa Catarina
Dr. Luiz Henrique da Silveira
Local: Centro Administrativo do Governo – Rodovia SC 401 – Km 5, nº 4.600

Início das Audiências na sede da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

- Local: Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310
- 10h00** - Audiência com a *Procuradora Geral da República*
Dr. Ana Lúcia Hartmann
- 10h20** - Audiência com o *Procurador Geral do Estado*
Dr. Loreno Weissheimer
- 10h40** - Audiência com o *Superintendente da Polícia Federal*
Dr. Renato Halfen Porciúncula
- 11h00** - Audiência com o *Secretário de Estado de Segurança Públ. e Defesa do Cidadão*
Dr. João Henrique Blasi
- 11h20** - Audiência com o *Secretário de Estado de Articulação Nacional*
Dr. Valdir Colato
- 11h40** - Audiência com o *Secretário de Estado da Agricultura e Política Rural*
Dr. Moacir Sopelsa
- 12h00** - Audiência com o *Secretário de Estado do Desenv. Regional de Ibirama / SC*
Dr. Aldo Scheneider
- 12h30** Intervalo para o Almoço

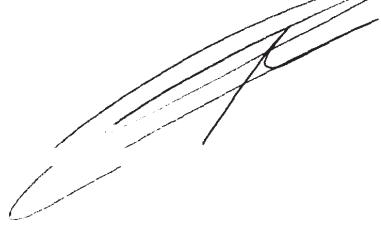


Comissão Temporária Externa do Senado Federal – RQS 529/2003 - SF

Visita “in loco” ao Estado de Santa Catarina / SC

(Continuação da Programação)

- 14h00** - Audiência com o **Prefeito de Abelardo Luz / SC** – Área de Imbu
Dr. João Maria Marques Rosa
- 14h20** - Audiência com o **Prefeito de Cunha Porã – Saudades / SC** – Área de Araçáí
Dr. Mauro de Nadal
- 14h40** - Audiência com o **Prefeito de Seara / SC** - Área de Toldo Pinhal
Dr. Flavio Ragagnin
- 15h00** - Audiência com o **Prefeito de José Boiteux / SC** - Área Duque de Caxias
Dr. Augustinho Fusinatto
- 15h20** - Audiência com o Administrador Executivo Regional da FUNAI / SC
Dr. Antonio Isomar Marini
- 15h40** - Audiência com o **Representante dos Agricultores de Abelardo Luz / SC**
Dr. Sérgio Dalben
- 16h00** - Audiência com o **Representante dos Indígenas de Abelardo Luz / SC**
Cacique Albari dos Santos
- 16h20** - Audiência com o **Representante dos Agricultores de Ibirama / SC**
Dr. Paulo Peixe Filho
- 16h40** - Audiência com o **Representante dos Indígenas de Ibirama / SC**
Cacique Aniel Priprá
- 17h00** - Audiência com o **Representante dos Agricultores de Toldo Pinhal / SC**
Dr. Wilson de Souza
- 17h20** - Audiência com o **Representante dos Indígenas de Toldo Pinhal / SC**
Cacique Lauri Alves
- 17h40** - Audiência com o **Representante dos Agricultores de Cunha Porã e Saudades / SC**
Dr. Arno Schwendler
- 18h00** - Audiência com o **Representante dos Indígenas de Cunha Porã e Saudades / SC**
Cacique Alcindo Barbosa
- 18h20** Encerramento



Comissão Temporária Externa do Senado Federal – RQS 529/2003 - SF

Visita “in loco” ao Estado de Santa Catarina / SC

(Continuação da Programação)

Programação das Atividades

06.03.2004 (sábado)

Atividades

- 08h00** - Visita “in loco”
- Reserva Indígena Duque de Caxias – Região de Ibirama / SC
- Área Imbu – Município de Abelardo Luz / SC
- Área Araçáí – Municípios de Cunha Porã / Saudades / SC
- Área Toldo Pinhal – Município de Seara / SC
- 18h00** - Retorno à cidade de Florianópolis / SC

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As Sras e os Srs. Senadores Ana Júlia Carepa, Arthur Virgílio, Augusto Botelho, Lúcia Vânia, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra e Leonel Pavan enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto do art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) –

O CANCELAMENTO DA MARCA “CUPUAÇU”

Sr. Presidente Sras e Srs. Senadores, é com muita satisfação que ocupo esta Tribuna no dia de hoje para falar sobre uma vitória do povo brasileiro e especialmente do povo da minha região, a Amazônia. Foi anulado, no Japão, o registro do “CUPUAÇU” como marca de uma empresa multinacional.

O fato, todos se lembram, foi amplamente divulgado pela imprensa e motivou campanha em defesa do nome de uma fruta que é nossa, tipicamente da região amazônica, o **cupuaçu**. Uma empresa japonesa denominada **Asahi Foods** solicitou o registro como marca comercial do nome do fruto “**cupuaçu**”, para o Japão e para a Europa. Embora o pedido de registro tenha ocorrido em 1998, foi descoberto por nós somente no final de 2002, quando pequenos produtores reunidos na Cooperativa Doces Tropicais descobriram a barreira criada ao tentarem exportar um subproduto da fruta para a Alemanha.

De lá para cá, desencadeou-se uma campanha contra a marca requerida pela empresa japonesa, mobilizando organizações não governamentais, como a Amazonlink e o Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, dentre outros, como também órgãos governamentais, a exemplo do Ministério das Relações Exteriores. Mesmo aqui no Congresso Nacional ocorreram campanhas e manifestações. Eu, através do meu gabinete, requeri informações ao Itamaraty e alertei o governo do meu Estado, por ofício, sobre um encaminhamento equivocado que fez, ao assinar um acordo com a **Asahi Foods**, o que juridicamente poderia representar simplesmente o reconhecimento da própria marca.

Mas o importante, Sras e Srs. Senadores, é que a mobilização em defesa do nosso “CUPUAÇU” surtiu efeito. Especialmente uma das iniciativas fez com que o próprio governo japonês reconhecesse o equívoco do registro da marca e determinasse administrativamente o seu cancelamento. O que ocorreu no dia de ontem, 01 de março.

Para nós, mais do que o cancelamento da marca, que representou o monopólio do nosso conhecimento tradicional, já que o nome cupuaçu é de domínio popular, esta vitória significa o reconhecimento da capacidade de reação do nosso povo frente à biopira-

taria, frente ao roubo dos nossos conhecimentos tradicionais e de nossas riquezas amazônicas. Esta, sem dúvida, é a principal vitória e nos serve como lição.

Pelas informações que dispomos, a empresa **Asahi Foods** ainda pode recorrer dessa decisão do governo japonês, portanto, não podemos desmobilizar. Além disso, outras batalhas como esta precisam ser enfrentadas. A “andiroba”, a “copaíba”, conhecidos produtos da Amazônia que possuem propriedades medicinais também possuem registros de patentes por empresas multinacionais.

Uma Comissão Externa da Câmara que concluiu seus trabalhos em 1998, que apurou denúncias de biopirataria na Amazônia, em seu relatório final relacionou vários casos de biopirataria, entre eles, a patente de duas substâncias originárias de plantas da Amazônia, utilizadas pelos índios Wapixana, de Roraima. Uma delas denominada “**rupununine**” extraída da semente do “bibiru”, árvore comum na região de fronteira do Brasil com a Guiana. De acordo com a cultura Wapixana, a substância possui propriedades anticoncepcionais, propiciando também a inibição de tumores. A outra substância, “**cumaniol**” extraída de uma planta também comum naquela região e utilizada pelos índios na pesca, como substância venenosa. Trata-se de um potente estimulante do sistema nervoso central, com propriedades anestésicas, com possível utilização em cirurgia de grande porte em que se faz necessária a parada dos batimentos cardíacos.

São apenas exemplos, Sr. Presidente, de conhecimentos e produtos que foram pirateados de nossa rica cultura e floresta Amazônica que, com mobilização e ações articuladas da sociedade civil e do governo, poderemos resgatar, assim como está sendo feita anulação do registro da marca “Cupuaçu”.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

CAI NO JAPÃO UMA AÇÃO CONTRA PATENTE DO CUPUAÇU. MAS É PRECISO CONTINUAR VIGILANTE DIANTE DA BIOPIRATARIA

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, na semana passada, uma boa notícia: a Justiça japonesa negou à Ashai Foods o pedido que essa poderosa empresa fizera para patentear o cupuaçu, fruta amazônica, muito nossa. A vitória se deveu a esforços da Embrapa, que já é detentora da patente do chamado *chocolate de Cupuaçu*.

O fato é auspicioso, mas ainda não permite que o Brasil cruze os braços diante da ação de empresas, como essa do Japão, que insistem na prática da biopirataria.

Leio, Sr. Presidente, a reportagem que o jornal **Diário do Comércio**, de São Paulo, publica, em sua edição de 16 de fevereiro último, mostrando um pouco dessa ação nociva dos piratas do século 21, que tentam passar por cima da ética.

A reportagem, reproduzida também no **Lux Journal**, é publicada com o título “De suor de sapo a bibiri, tudo é aproveitado”. Requeiro que sua íntegra passe

a fazer parte deste pronunciamento e, assim, seja inserida nos Anais do Senado da República.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Nacional

De suor de sapo a bibiri, tudo é aproveitado .

Até as coisas mais exóticas são vítimas dos piratas da natureza. Um dos exemplos mais recentes é o do roubo do suor do sapo Campu, que vive apenas na Amazônia brasileira. A substância, surrupiada por pesquisadores dos Estados Unidos, França e Inglaterra, corre o risco de ser patenteada por laboratórios internacionais. Isso porque a secreção pode ser eficaz para o tratamento do câncer.

Especula-se, ainda, que o suor do Campu pode ser útil também na cura de outras doenças. O sapo, batizado pelos índios Katuquinas, da região do Juruá, é usado há muito tempo por eles, e por seringueiros, de uma forma mística. O animal é colocado vivo em uma fogueira para que, aquecido,

possa-se extrair do anfíbio uma substância conhecida como leite do Campu. Com isso são feitas defumações e injeções, geralmente no braço, por meio de pequenas feridas feitas através de queimaduras. O leite ainda é colocado nos olhos para combater mau olhado e macumba. Diz a sabedoria popular que o leite de Campu a princípio deixa a pessoa fraca, mas depois dá energia e agilidade impressionantes.

Verdade ou superstição, o fato é que a substância realmente pode ter algum efeito curativo e está sendo explorada fora do País. Infelizmente, não é a primeira vez que isso acontece. Há muitos outros casos. Em alguns já são produzidos e comercializados medicamentos por multinacionais farmacêuticas.

Exemplos não faltam:

Bibiri: há séculos, os índios Uapixanas usam a semente como anticoncepcional. O laboratório canadense Biolink patenteou o princípio ativo e desenvolve pesquisa com a substância para tratar a Aids;

Hipericão ou jasmin: (Hypericum perforatum) é um antidepressivo superior ao Prozac e sem efeito colateral;

Jaborandi: transformada em remédio (Salegen) pelo laboratório alemão Merk, a planta é o antídoto contra a dificuldade de salivar, e pode ser usada em remédio contra a calvície, infecção pulmonar, asma e artrite;

Jenipapo: usado na indústria de cosméticos. A empresa Aveda Corporation indenizou os índios Guarani-Caiovás pela propriedade intelectual;

Cumaniol: anestésico usado pelos índios da Amazônia, foi patenteado pelo laboratório Biolink. A substância pode ser usada em delicadas cirurgias de coração. (PB)

Outros casos de biopirataria

Cupuaçu:

a empresa japonesa Asahi Foods Co. LTD, conseguiu registrar o nome da fruta "Cupuaçu" como uma marca comercial na União Européia, nos Estados Unidos e no Japão. Este nome faz parte da identidade cultural do povo Brasileiro e, principalmente, das populações tradicionais da Amazônia.

Açaí:

O açaí (Euterpe precatoria) é uma palmeira que ocorre em várias regiões da Amazônia. A procura pela polpa dos frutos para fabricação de sucos e sorvetes vem sendo alavancada devido ao seu delicioso sabor e ao potencial energético cientificamente comprovado. Desde março de 2001, o próprio nome da planta "Açaí" se tornou marca registrada na União Européia.

Muírapuama:

levada para o Japão, a erva é usada para tratamento de impotência sexual e apontada como afrodisíaca

Pilocarpo:

desta planta é extraída a pilocarpina, substância utilizada no tratamento de glaucoma. Foi patenteada na Alemanha.

Curare:

veneno produzido por índios a partir de uma planta amazônica, foi patenteado como relaxante muscular pelos ingleses.

Veneno da rã tricolor

Os pesquisadores do laboratório Abbot, um dos gigantes no setor farmacêutico, anunciaram uma nova composição, feita do veneno achado na pele da rã amazônica Epipedobates tricolor. De acordo com os cientistas, essa droga pode ser a primeira de uma série de analgésicos capazes de substituir os derivados de ópio. Mas o veneno da rã é usado tradicionalmente pelos povos indígenas da Amazônia. Os cientistas pegaram ilegalmente 750 rãs da espécie, sem a permissão necessária. A organização "Acción Ecologica" de Equador requer a revogação da patente.

Crime sem castigo: estão roubando a natureza do Brasil

Por Patrícia Büll

Esqueça as cópias baratas de CDs, perfumes importados e bolsas de marcas famosas vendidos nas ruas Santa Ifigênia e 25 de Março, em São Paulo. Há um outro tipo de pirataria que traz consequências tão ou mais graves para o País: o da biodiversidade. O Brasil perde anualmente mais de US\$ 3 bilhões com a biopirataria, um crime que acontece diariamente, praticamente sem nenhum empecilho.

Para se ter uma idéia do tamanho do prejuízo, só com o dinheiro que escoa do Brasil em um único ano através da biopirataria daria para realizar todas as obras de infra-estrutura previstas pelo governo nos projetos de Parcerias Público-Privadas das regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro Oeste, além da construção do trecho sul do Rodoanel de São Paulo, do Anel Ferroviário e de todas as melhorias e adequações necessárias aos portos de Sepetiba e de Santos.

Ou seja, se no passado os colonizadores levavam as riquezas locais em troca de bugigangas, em pleno século XXI, eles redescobriram que o Brasil (dono da maior biodiversidade do mundo) continua sendo o paraíso da exploração. Mas, agora, sem nada em troca.

São plantas e animais silvestres que todos os anos são roubados e levados para o exterior e depois voltam na forma de medicamentos, cremes e produtos dermatológicos. Geram bilhões de dólares para as multinacionais farmacêuticas e nada para o Brasil, nem para as comunidades caboclas e indígenas, que possuem esses conhecimentos e os utilizam há centenas de anos.

Impunidade

Apesar da prática ser ilegal desde os tempos do Brasil Colônia, foi apenas no ano de 2001, com a edição da Medida Provisória 2.186, a biopirataria passou a ser considerada crime no País. "Até então, não havia uma legislação específica que tratasse o tema como tal", afirma Ione Egler, coordenadora geral de Políticas e Programas de Biodiversidade do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Desde a publicação da MP é considerada biopirataria toda apropriação indevida, ou seja, sem autorização, de recursos naturais do País ou do uso do conhecimento tradicional para fins comerciais.

Jararaca x hipertensão

A falta de legislação é a explicação para os vários princípios ativos de animais e plantas brasileiros patenteados no exterior. Um exemplo muito conhecido é o do medicamento de combate à hipertensão Capoten, cujo princípio ativo, o captopril, vem do veneno da brasileiríssima cobra jararaca.

Os cientistas daqui fizeram a descoberta mas, como não tinham dinheiro para continuar a pesquisa, apenas publicaram o trabalho. Alguns anos depois, o laboratório Bristol-Myers Squibb usou as informações para desenvolver o medicamento. Hoje, o Capoten é vendido em farmácias do mundo todo (inclusive nas brasileiras) e o País não ganha nada com isso.

Os novos piratas

De acordo com Eugênio Pantoja, advogado e coordenador da Campanha Contra a Biopirataria da organização não governamental (ONG) Amazon Link, a biopirataria, por ser um "crime" recente, é também muito difícil de ser combatida. "Os neo piratas vêm aqui, colhem amostras de plantas, levam para seu país de origem, e raramente são barrados ou fiscalizados", diz.

O advogado denuncia que muitos desses piratas contemporâneos entram nas aldeias indígenas e comunidades disfarçados de turistas e até de missionários. E, com a velha desculpa da catequização, têm acesso às plantas e sementes, além do uso tradicional desses organismos para cura de doenças. O resto da história todo mundo conhece: medicamentos produzidos a partir de nossa biodiversidade sem pagamento de royalties, reconhecimento ou divisão de lucros.

País desconhece próprio potencial

Problema vai além da falta de fiscais do Ibama. Aqui não há pesquisadores suficientes nem para catalogar a variedade da nossa fauna e flora.

Se o número de fiscais do Ibama é pequeno para cuidar de toda a área de florestas que o Brasil possui, a quantidade de cientistas envolvidos em pesquisas sobre a biodiversidade nacional também não ajuda muito. Pelo menos é isso que acredita a doutora Ione Egler, coordenadora geral de Políticas e Programas em Biodiversidade do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Para ela, a fiscalização ainda é o principal meio de inibir a biopirataria. Mas outros fatores também são essenciais nessa luta. Segundo Ione, é necessário investir em recursos humanos altamente especializados e em pesquisas que descrevam a biodiversidade brasileira.

Além disso, na visão dela, falta um órgão de propriedade intelectual que atue na mesma velocidade em que as novas marcas são patenteadas fora do País.

No Brasil, o órgão responsável é o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), mas assim como ocorre com o Ibama, também há um número reduzido de funcionários.

O instituto possui pouco mais de 80 técnicos nessa área, contra mais de 4 mil profissionais da instituição americana equivalente.

"A legislação agora existe, mas o controle sobre a nossa biodiversidade é praticamente impossível, pois entre 60% e 70% dela não é conhecida. Como acusar uma empresa de contrabando de uma espécie de planta, por exemplo, se ela não estiver catalogada?", questiona Ione.

No fundo, tudo se resume a uma palavra: dinheiro. Para ela, a culpa não é toda do governo. A iniciativa privada também precisa se conscientizar de que investir na natureza do País é um bom negócio. E que poderá mudar o desfecho dessa história. (PB)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente Sr^{as}s e Srs. Senadores, no dia 27 de fevereiro, comemoramos o Dia do Idoso, ocasião mais do que apropriada para festejarmos nossos concidadãos que já atingiram a melhor idade.

Após muitas idas e vindas, após livrar-se do mito de ser um país só de jovens, após muitas leis e decretos, o Brasil, finalmente, muniu-se de um Estatuto do Idoso, no texto da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

O Estatuto, produzido neste Parlamento, consolida toda uma política que a sociedade brasileira deseja ver construída e praticada em favor dos idosos de nosso País. Trata-se, pois, de um diploma legal que fixa direitos dos cidadãos de mais de 60 anos e as obrigações do Estado, da sociedade, da comunidade e de seus familiares perante essas pessoas. Trata-se, pois, de um projeto ambicioso e exigente, que impõe, principalmente ao Estado brasileiro, grandes desafios, já que lhe atribui a responsabilidade maior pela implementação de suas regras.

Para se ter a dimensão da tarefa, conte-se que, com a atual organização do Poder Executivo da União, criada no início deste governo, as seguintes pastas estão de algum modo envolvidas na execução da política federal para o idoso: Justiça, Assistência e Promoção Social, Previdência Social, Cultura, Educação, Esporte, Saúde, Trabalho e Emprego, Turismo e, finalmente, Planejamento, Orçamento e Gestão.

São, pois, dez ministérios a desenvolverem programas ou atividades voltadas para a terceira idade, em cumprimento ou em suplemento ao Estatuto do Idoso.

Sr. Presidente, gostaria, de recordar que a Lei nº 10.741 trata, com riqueza de minúcias, dos direitos específicos das pessoas idosas à vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à alimentação, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à habitação, à gratuidade dos transportes coletivos urbanos e desconto nas tarifas dos interestaduais, ao exercício de atividade profissional e, em caso de carência financeira, ao amparo da assistência social.

Ao reafirmar antigos e conferir novos direitos aos idosos, – a exemplo da reserva de percentual de unidades residenciais e da proibição de aumento dos planos de saúde –, o Estatuto do Idoso apresenta, repto, grandes desafios ao Poder Público.

O direito à atenção integral à saúde do idoso, por exemplo, implica que o SUS – Sistema Único de

Saúde tem como obrigação a manutenção de atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios. Deve, também, equipar-se para dar atendimento domiciliar aos que não podem se locomover.

Pode parecer tautológico falar que o SUS deve oferecer ao idoso aquilo que está obrigado a oferecer a qualquer cidadão, ainda mais ter que explicitar comandos para tal. Contudo, Sr. Presidente, o Brasil ainda carece muito de cultura para um verdadeiro serviço público voltado ao atendimento das necessidades da população em geral e das necessidades próprias de grupos específicos. Infelizmente, ainda é necessário explicitar comandos, sem o que não seria possível responsabilizar serviços ou servidores pela falta de ação.

A responsabilidade conjunta do Estado, em todos os seus níveis – federal, estadual e municipal –, da família, da comunidade e da sociedade civil em geral pretende assegurar aos mais velhos uma vida digna após terem dado sua contribuição a todos esses grupos nacionais.

Contudo, um direito parece-me sobressair sobre os demais previstos no Estatuto do Idoso: o da dignidade na velhice, o de poder envelhecer com altitude. Poder utilizar suas faculdades e capacidades em benefício próprio, de sua família e de sua comunidade, sem a sensação de estar sendo um estorvo ou descartado.

O Brasil viveu, durante muitos anos, o mito de ser um país de jovens, o que fez muitos acharem que não temos pessoas idosas a cuidar em nosso meio. A consequência foi o descaso para com os mais velhos e o despreparo das organizações sociais para lidar com o crescente número de cidadãos maiores de 65 anos.

Sr. Presidente, felizmente, alguns grupos são sensíveis à solidariedade e ao respeito ao próximo. E isso tem provocado a gradativa mudança de mentalidade no atendimento ao idoso.

No que respeita à política do governo federal em relação ao idoso, muitas são as obrigações e ainda grandes as lacunas a preencher.

Ao Ministério da Justiça, de acordo com o ordenamento jurídico vigente, cabe providenciar a defesa dos direitos da pessoa idosa junto ao Poder Judiciário, encaminhando as informações necessárias para que os órgãos competentes possam atuar. Também está sob sua alcada a missão de zelar pela aplicação das normas sobre o idoso, determinando ações para evitar abusos e lesões a seus direitos. O recém-criado Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI)

deverá desenvolver ação específica voltada ao combate e à prevenção da violência contra o idoso. Ainda não se sabe, entretanto, como isso se dará.

Criado no início deste ano, o Ministério da Assistência e Promoção Social absorveu as competências da antiga Secretaria de Estado de Assistência Social e tornou-se responsável por coordenar as ações relativas à Política Nacional do Idoso (PNI), participar de sua formulação, acompanhamento e avaliação, além de promover a capacitação de recursos humanos para atendimento ao idoso. Numa prova de sensatez, esse ministério tem dado continuidade ao Programa de Atenção à Pessoa Idosa, implantado em 1996, e à interação das várias políticas setoriais dirigidas às pessoas da terceira idade.

O Ministério da Assistência e Promoção Social (MAS) conta, agora, com um Conselho de Articulação de Programas Sociais, a quem compete avaliar previamente as propostas de criação, ampliação ou alteração dos programas sociais mantidos pelo governo federal, bem como propor mecanismos de articulação e integração de programas sociais e acompanhar a sua implementação.

A título de exemplo, citamos que dados de 2001, os mais recentes disponíveis no governo, indicam que o benefício mensal da prestação continuada alcançava 1,8 milhão de pessoas, entre idosos e portadores de deficiência, e foram aplicados 34,2 milhões de reais, representando incremento de 35,7% sobre o montante aplicado em 1996.

Já o Ministério da Previdência ficou sensivelmente esvaziado com a recente reestruturação administrativa, que lhe retirou a responsabilidade sobre as questões de assistência social, mantendo-lhe, todavia, as atribuições conferidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Assim, permanece na sua competência dar atendimento preferencial ao idoso, especificamente nas áreas do Seguro Social; estabelecer critérios para viabilizar o atendimento preferencial ao idoso; e informar o idoso sobre os seus direitos previdenciários e os meios de exercê-los. Cabe-lhe, ainda, estimular a criação e a manutenção de programas de preparação para aposentadorias, por meio de assessoramento às entidades de classes, instituições de natureza social, empresas e órgãos públicos, por intermédio das suas respectivas unidades de recursos humanos.

A ação mais visível do Ministério da Previdência no tocante ao idoso é, todavia, a concessão do bene-

fício da aposentadoria, garantido a todos os segurados que cumprirem a carência de contribuições fixada em lei e a idade mínima de 65, para homens, e sessenta anos, para as mulheres.

Sr. Presidente, nesse conjunto de ministérios que atuam voltados aos idosos, destaca-se o Ministério da Saúde, pois são muitas as suas atribuições no que se refere à cidadania da terceira idade. Por intermédio da sua Secretaria de Assistência à Saúde e em articulação com as Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cabe a ele garantir ao idoso a assistência integral à saúde, entendida como o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, nos diversos níveis de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Além de dar continuidade aos programas desenvolvidos nos planos estadual e municipal, ele deverá implementar o Programa Saúde do Idoso, ainda em estágio de formulação.

Registre-se, também, que o Ministério da Saúde distribui para a parcela idosa da população uma cartilha intitulada *Viver mais e melhor*, que apresenta informações sobre hábitos saudáveis, alimentação equilibrada, prevenção de acidentes, doenças mais comuns na terceira idade, vacinas, remédios, direitos dos idosos e planos de saúde.

Nos termos da legislação em vigor, compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio de sua Secretaria de Política Urbana, tratar da política de habitação para o idoso.

A despeito disso, o Ministério do Planejamento até hoje não dispõe de programa específico para o idoso; falha também verificada na Caixa Econômica Federal (CEF), órgão executor de boa parte da política de habitação do País. Observe-se, contudo, que os programas de financiamento da casa própria, mantidos pela CEF, podem ser usufruídos por pessoas de até oitenta anos de idade.

No tocante ao Ministério da Educação, são suas competências viabilizar a implantação de programa educacional voltado para o idoso; incentivar a inclusão de conteúdos sobre o processo de envelhecimento nos demais programas de educação e a veiculação deles pelos meios de comunicação de massa; estimular e apoiar a admissão do idoso na universidade. Hoje, os idosos são contemplados pelo Programa para a Educação de Jovens e Adultos, pois não há programa específico para esse público no âmbito do Ministério da Educação.

Um caso louvável é o do Ministério dos Esportes, já que, mesmo não tendo atribuições legais destinadas ao idoso, desenvolve, desde 1997, o Projeto Vida Ativa na Terceira Idade, cujo objetivo é proporcionar autonomia à pessoa de idade, fortalecendo-lhe a auto-estima, promovendo-lhe a socialização e melhorando sua saúde.

Este projeto, Sr. Presidente, centrado no desenvolvimento de atividades físicas e de lazer, é executado de forma descentralizada nos Municípios, por meio de instituições capazes de oferecer espaço suficiente para a prática das atividades físicas, recursos humanos especializados para a sua execução, atendimento prioritário e gratuito a idosos carentes e instituições asilares, condições de desenvolver (no mínimo) três atividades distintas três vezes por semana; e capacidade para promover ações de orientação e prevenção da saúde do idoso.

Ao contrário da pasta dos esportes, o Ministério da Cultura tem atribuições legalmente definidas no tocante ao público idoso, mas ainda não dispõe de qualquer tipo de ação específica. Contudo, cabe-lhe criar programa de âmbito nacional que tenha por objetivos: garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais; propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos; valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural; e incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nos termos da legislação vigente, um dos ministérios de maior responsabilidade perante o idoso é o Ministério do Trabalho e Emprego, que deve garantir mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto à sua participação no mercado de trabalho. Não se tem notícia, contudo, de qualquer programa com tal finalidade, exceto pelo Programa de Qualificação de Cuidadores de Idosos, que parece ter alguma pertinência nessa área.

Já o Programa Melhor Idade, do Ministério do Turismo, dedica-se especialmente aos idosos. Trata-se de ação prioritária desse Ministério, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), que busca propiciar a melhoria da qualidade de vida – por meio do lazer e do turismo – para os brasileiros com mais de cinqüenta anos de idade.

O Programa Melhor Idade visa melhorar o aproveitamento da oferta de equipamentos e serviços turísticos, por parte dos cidadãos da terceira idade, nas baixas temporadas (março a junho e agosto a dezembro). Em termos específicos, ele pretende melhorar a qualidade de vida das pessoas com mais de cinqüenta anos; incentivá-las a participar de viagens, seminários, encontros, congressos, espetáculos, cursos, atividades artísticas, culturais e esportivas; aproveitar o conhecimento e as habilidades dessas pessoas como fator de produção, tornando-as agentes multiplicadores para gerar emprego e aumentar a renda familiar; estabelecer convênios, a fim de obter descontos nos serviços turísticos; e promover o intercâmbio e o conhecimento entre cidadãos de terceira idade de diferentes países.

Assim, Sr. Presidente, não faltam obrigações e ações ao governo para apoiar os idosos no País. Contudo, apesar de não entrar em detalhes neste momento, o Estatuto do Idoso, necessita de regulamentação em diversos pontos para que a Política do Idoso possa ser eficaz.

Entre os direitos fundamentais, inscritos no Título II do Estatuto, deverá ser objeto de regulamentação o parágrafo 4º do artigo 15, que assegura atendimento especializado – nos termos da lei – aos idosos portadores de deficiência ou com limitação incapacitante. A iniciativa para tanto possivelmente caberá ao Ministério da Saúde.

Também deverá ser regulamentado o artigo 21, que trata da responsabilidade do Poder Público de criar oportunidades de acesso à educação para os idosos.

A efetividade da garantia do desconto mínimo de cinqüenta por cento no preço de ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer – previsto no artigo 23 – depende, igualmente, da existência de novas normas legais, sob responsabilidade municipal.

Carece, igualmente, de regulamentação o disposto no artigo 28, que atribui ao Poder Público o dever de criar programas de profissionalização dos idosos, de preparação dos trabalhadores para a aposentadoria e de estímulo às empresas privadas para que contratem a clientela da terceira idade.

O mesmo se aplica ao artigo 38, que estabelece prioridade na compra de imóvel por meio de programas habitacionais subsidiados com recursos públicos, sobretudo no que tange à necessária compatibili-

dade entre os rendimentos da aposentadoria e pensão e os critérios de financiamento.

E assim, outros dispositivos ainda devem ser regulamentados. Em particular, o Fundo Nacional do Idoso, mencionado no artigo 115, também exige a emissão de normas adicionais. Com efeito, em observância ao disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, isso depende da elaboração de lei específica, que pode ser proposta tanto pelo Presidente da República quanto por qualquer membro do Poder Legislativo.

Em conclusão, Sras Senadoras e Srs. Senadores, louvemos a contribuição dada e que pode continuar a ser dada pelos nossos idosos, a exemplo do que fazem muitos de nossos Pares nesta Casa. Ser idoso, na acepção das leis, não significa ser inútil ou improdutivo. Significa ter trabalhado muito pelo bem deste País e poder se orgulhar da bagagem e experiência de vida acumulada ao longo dos anos. E tal experiência não pode ser desperdiçada pelos mais jovens, sob pena de não aproveitarem os frutos dos êxitos e fracassos das gerações passadas.

E se, pela inevitabilidade da natureza, nossos velhinhos necessitarem o amparo de seus familiares ou próximos, que todos estejamos disponíveis e reverentes diante dos que um dia nos ajudaram a crescer e sermos os adultos que hoje somos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) –

O DESEMPREGO E OS JOVENS

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para destacar duas matérias publicadas em edições de jornais da terça-feira, 2 de março, relativas ao desemprego que afeta os jovens e sobre os resultados tímidos do programa Primeiro Emprego.

Fiz no ano passado reiteradas críticas ao programa, que teve mais *marketing* do que resultados, iludindo milhares de jovens e suas famílias. A distância entre as promessas de criar 250 mil empregos e o número de apenas 2 mil e 50 vagas conseguidas, de acordo com matéria do jornal **O Estado de S. Paulo**, é desanimadora: apenas um por cento da meta prevista.

Enquanto isso, os jovens, devido ao perfil ainda sem experiência e sem a devida qualificação, estão entre os mais afetados pelo crescente desemprego, como revela a matéria do jornal **O Globo**. Pelo didatismo e por apontarem um grave problema nacional, que compromete o futuro de nossos jovens, entendo que as duas matérias merecem inserção nos Anais do Senado, no sentido de alertar o país.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Publicado em: 2-3-2004

O Globo

Drama jovem

Panorama Econômico

A crise que perpetuou o desemprego no Brasil em dois dígitos foi especialmente cruel com os mais jovens. Dos mais de 2,4 milhões de desocupados nas seis maiores áreas metropolitanas, quase metade tem menos de 24 anos. Entre janeiro de 2003 e o mesmo mês deste ano, a participação dos jovens na população em busca de trabalho passou de 45,31% para 46,52%.

Coincidência ou não, desde o início do governo Lula é crescente o aumento da procura de emprego pelos chamados membros secundários das famílias. Teoricamente, esposas, filhos e idosos já aposentados estariam voltando ao mercado para tentar recompor uma combalida renda familiar, que entra no sétimo ano de queda real. Desde janeiro de 2003, o peso dos chefes de família entre os desempregados diminuiu de 74,1% para 70,2%.

Uma das explicações para o aumento do número de jovens na população economicamente ativa (PEA) é o incentivo que o próprio governo tem dado a este movimento, por meio de ações como o Programa Primeiro Emprego. Em vez de estar em casa estudando, os jovens são estimulados a entrar no mercado de trabalho, sem necessariamente encontrar ocupação. Como são desempregados todos os cidadãos que não trabalham, mas buscam uma vaga, a simples entrada dessa faixa etária no mercado ajuda a elevar a taxa de desemprego.

– O índice de desocupação poderia ser menor e por um bom motivo se, em vez de subsidiar a entrada

dos muitos jovens no mercado de trabalho, o governo subsidiasse sua permanência na escola – sugere o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV.

Neri argumenta que o nível de escolaridade dos jovens, em especial os que têm entre 16 e 19 anos (faixa que representa quase 10% dos desempregados), ainda é muito baixo. Boa parte sequer completou o ensino fundamental. Por isso, em vez de transferir dinheiro para as empresas, o governo deveria dar aos adolescentes a opção de receber para estudar. Seria uma espécie de Bolsa Escola ampliado, diz Neri:

– É uma opção para tirar o jovem do mercado e, ao mesmo tempo, investir em capital humano, o que vai ser útil para o país no futuro.

Publicado em: 2-3-2004

Estado de S. Paulo

Programa ainda está engatinhando

Vânia Cristina

Anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em julho do ano passado, com a pretensão de criar 250 mil postos de trabalho até o fim deste ano, o programa Primeiro Emprego ainda está engatinhando.

Com a demora na aprovação do projeto de lei, que só foi sancionado no fim de outubro, o programa começou a funcionar no fim de 2003. Além disso, da promessa de 250 mil empregos em 12 meses, o Ministério do Trabalho acredita que só poderá cumprir 145 mil, devido à contenção de gastos do Orçamento da União, que cortou pela metade os recursos para subvenção econômica de empresas dispostas a empregar jovens.

“O programa ainda está começando”, disse o secretário de Políticas Públicas de Emprego, Remígio Todeschini. Ele argumentou que, além do corte no orçamento, que reduziu a disponibilidade de recursos a apenas R\$ 188 milhões em 2004, é preciso ampliar o trabalho de sensibilização dos empresários, o que depende também da retomada do crescimento. “O programa não cria empregos automaticamente. Ele vai deslanchar, na medida em que a atividade econômica também deslanche.”

Segundo o secretário, o balanço até o momento indica que a subvenção às empresas que contratam jovens foi responsável por apenas 2.050 vagas.

Para empregar jovens de 16 e 24 anos, o incentivo do governo às micro e pequenas empresas é de R\$ 200 por mês durante seis meses. O valor cai pela metade para as grandes e médias empresas. As empresas que não precisam do incentivo também podem aderir ao programa. Nesse caso, elas arcam sozinhas com a contratação e recebem um selo denominado “Empresa Parceira do Programa Primeiro Emprego”.

De acordo com Todeschini, no entanto, é preciso entender o Primeiro Emprego de um ponto de vista mais amplo, já que ele prevê desde a qualificação profissional ao trabalho comunitário, serviço civil voluntário até o incentivo às empresas para a contratação. O secretário definiu o programa como um pontapé inicial para que os jovens possam se preparar melhor para o mercado de trabalho e, dessa forma, conseguir um emprego mais duradouro, ou até mesmo se tornarem pequenos empreendedores.

O balanço do governo mostra que 40 mil jovens receberam treinamento em cursos com carga horária média de 120 horas. Outros 60 mil serão treinados este ano. No trabalho comunitário combinado com qualificação profissional serão aproveitados 12.200 jovens. Eles receberão, pelo prazo de quatro a seis meses, uma bolsa no valor de R\$ 150 por mês.

Os consórcios sociais da juventude, em sete Estados, estão atendendo 7.200 jovens. A expectativa é que 40% deles sejam colocados no mercado. Além disso, o projeto desdobra-se no serviço civil voluntário, voltado para o atendimento de jovens socialmente mais vulneráveis e em conflito com a lei.

O programa pretende atingir 25 mil jovens nessa situação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) –

EFEITO BUMERANGUE

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo hoje esta tribuna para registrar o artigo intitulado “Mais à direita”, de autoria do jornalista Otávio Frias Filho, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 26 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca o “estelionato eleitoral” praticado pelo governo Lula, que deixou de cumprir praticamente todas as promessas feitas durante a campanha eleitoral. Agora, com o episódio Waldomiro Diniz,

até o compromisso com a moralidade parece ter sido quebrado.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja dado como lido para que fique integrando este pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Folha de S. Paulo – SP
26-2-2004

Mais à direita

Otavio Frias Filho

O PT ainda não sabia acobertar escândalos. Passou quase duas décadas fazendo o contrário, ou seja, insuflando crises para desgastar os adversários então no governo. É o que explica as trapalhadas da turma de Lula quando surpreendida pelo caso Waldomiro. Mesmo um partido que se mostra tão lépido quando se trata de mudar para pior demorou alguns dias para aprender o jeito.

A tentativa de chantagear os demais partidos -esse era o sentido da abortada manobra para criar a CPI das CPIs- teve efeito bumerangue. O governo percebeu que a partir de agora não está mais em posição de chantagear, mas de ser chantageado. Vilezas raposas do Congresso, recuperadas do ostracismo pelo próprio Lula, abortaram a investigação desconfortável. Ganharam ainda mais força junto ao governo “popular”.

Pretendeu-se organizar manifestações de apoio ao ministro José Dirceu. Em boa hora essa ideia também foi abandonada. Menos pelo fato de que manifestações assim são próprias de regimes de partido único, quando a massa manipulável é colocada nas ruas para exibir seu amor ao governo, do que pelo receio de que os comícios também deflagrassem um efeito bumerangue e o ministro terminasse vaiado pelos que deveriam aplaudir-lo.

O governo Lula prometeu mudar a política econômica -isso era mentira. Prometeu melhorar o desempenho do poder público na área social -isso era enrolação. Prometeu inibir a especulação financeira e fomentar a produção -era uma farsa. Agora, cai a última máscara, quando todo mundo constata que até

mesmo o compromisso com a moralidade administrativa não era para valer.

No novo ideário petista, os princípios republicanos passam a ter valor instrumental. Se um adversário é leniente com falcatacas, ele é tachado de corrupto e deve ser punido. Se idêntica conduta é identificada no governo do PT, praticada por pessoa que um leitor chamou de “braço direito do braço direito”, quem deve ser desqualificado são a imprensa, o Ministério Público e os adversários do partido. Tamanha desfaçançez é apresentada como argumento intelectual...

O governo parece ter perdido o último dique protetor da sua popularidade. Se não aparecerem os chamados fatos novos, a crise deve minguar -deixando, porém, uma marca permanente na imagem da administração petista, que nunca mais será a mesma. As próximas pesquisas de opinião revelarão o tamanho da fratura no prestígio de Lula e cia.

A população em geral demora mais tempo para absorver o que está cada vez mais claro aos olhos da classe média leitora de jornais, o eixo de gravidade da política no Brasil. Trata-se de um governo que praticou estelionato eleitoral, que abjurou de princípios, que se lançou às benesses do poder com a voracidade canhestra de quem nunca comeu melaço.

O saldo mais provável desta crise será um quadro em que o governo ficará mais fraco, os “coronéis” ficarão fortalecidos no Congresso e o ministro José Dirceu ficará vagando como alma penada. O Planalto tenderá a depender mais das fontes de apoio incrustadas no mercado e nos grandes grupos econômicos. O governo como um todo irá ainda mais para a direita.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) –

EFEITO CASCATA

Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, o jornal **O Estado de S. Paulo** informa, em sua edição de 17 de fevereiro do corrente, que o Presidente Lula ficou irritado ao descobrir que o Ministro José Dirceu, chefe da Casa Civil, sabia, desde o ano passado, da denúncia que acabou redundando no escândalo da última sexta-feira, envolvendo o então assessor do Planalto Waldomiro Diniz.

Pela oportunidade do assunto, requeiro que o texto da matéria do **Estadão** integre este pronuncia-

mento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Planalto teme efeito cascata e promete troco a Serra

Vera Rosa

BRASÍLIA – Foi nervoso o dia de ontem no Palácio do Planalto. Em reunião com o núcleo político do governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu que a investigação sobre o ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil Waldomiro Diniz seja ampla e não deixe margem a dúvida neste ano eleitoral. Lula irritou-se ao descobrir que o ministro José Dirceu (Casa Civil) sabia da denúncia desde 2003 e, mesmo assim, preservou o assessor. Agora, o Planalto decidiu criar uma rede de proteção em torno de Dirceu do PSDB, José Serra. Em outras palavras: retaliar. O governo e os dirigentes petistas não têm dúvidas de que Serra e o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) estão por trás da divulgação da fita de vídeo à revista *Época*. A ordem no PT é vasculhar a vida dos dois para bombardeá-los, embora oficialmente ninguém admita isso. Na fita, gravada na campanha de 2002, Waldomiro aparece pedindo propina ao bicheiro Carlos Ramos. Na época, ele dirigia a Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj). O caso Waldomiro alterou a rotina do Planalto. Lula cancelou com o núcleo de comunicação para discutir como enfrentar a crise. Estavam na reunião o publicitário Duda Mendonça, Luiz Gushiken (Comunicação de Governo), Luiz Dulci (Secretaria-Geral), Jaques Wagner (Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social), Eugênio Bucci (Radiobrás), André Singer (porta-voz de Lula) e Ricardo Kotscho (Imprensa).

O Planalto teme o efeito cascata das denúncias sobre financiamento de campanhas petistas. Por isso, tenta a todo custo bloquear a criação de uma CPI.

A estratégia é repetir à exaustão que o episódio ocorreu em da administração petista, como destacou

Dirceu ao entregar a mensagem do presidente ao Congresso, ontem, na reabertura dos trabalhos do Legislativo. O tom da reação do chefe da Casa Civil foi decidido de manhã, em reunião de Lula com os ministros. Na primeira conversa do dia, o presidente pediu a Márcio Thomaz Bastos (Justiça), informações sobre as providências adotadas e o andamento das investigações. Estavam presentes no gabinete Dirceu, Dulci, Gushiken, Wagner, Antônio Palocci (Fazenda) e Aldo Rebelo (Coordenação Política). “O PT não vai ficar na defensiva”, afirmou o presidente do partido, José Genoino. “Vamos fazer o enfrentamento político com o PSDB e nos preparar para a defesa. Não somos ingênuos sujo.” Genoino disse ainda que o PT está em “estado de alerta” para defender o governo. Os petistas avaliam que abrir uma CPI agora equivale a dar palanque para a oposição, justamente num ano de eleições.

Além disso, acham que uma agenda negativa contaminará o dia-a-dia da administração. “Não é conveniente nem para o PT nem para o governo que uma denúncia de maio de 2002 seja vinculada ao Planalto em 2004”, concluiu Genoino.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) –

FOGO CRUZADO

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “PMDB reclama do vacilo petista”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, de 18 de fevereiro do corrente.

O texto mostra que o Partido dos Trabalhadores conseguiu, com a proposta de uma CPI ampla, desagradar a todos os partidos de sua base de sustentação. O “vacilo” do PT só contribuiu para o fortalecimento da necessidade de se apurar os fatos que envolvem o ex- assessor da Presidência da República, Waldomiro Diniz.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo seja considerado como parte deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“Que trabalho que esse PT nos dá”, disse Renan Calheiros em encontro com peemedebistas. O partido do presidente Lula no início da manhã defendia uma ampla CPI sobre financiamento de campanha

PMDB reclama do vacilo petista

RUDOLFO LAGO E
DENISE ROTHENBURG
DA EQUIPE DO CORREIO

Terminada a reunião da bancada do partido na casa do senador Walmir Amaral (PMDB-DF), durante o almoço, o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), enterrou-se em sua cadeira no seu gabinete e desabafou com um colega: “Pô, que trabalho que esse PT nos dá”. Renan estava particularmente irritado com a reunião ocorrida pela manhã da bancada PT no Senado. No encontro, os petistas resolveram apoiar a criação de uma comissão parlamentar de inquérito ampla, que investigasse não apenas o caso Waldir, mas todas as denúncias de irregularidades em financiamento de campanhas, envolvendo todos os partidos. Por pôquer, a decisão do PT não levou o PMDB a apoiar também uma CPI.

A posição da bancada petista era interpretada como um claro blefe. Buscava igualar a todos. Se o PT tinha problemas com a indecorosa conversa do ex-assessor do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, com o bicheiro Carlinhos Cachoeira, os demais partidos também tinham o que explicar. E acabariam não aceitando esse fogo cruzado. O problema é que, no pôquer, nem sempre os adversários caem no blefe. Os partidos de oposição poderiam pagar para ver. Bastava que estivessem tão irritados com a atitude petista como estavam os peemedebistas.

“No mínimo, isso é uma indelicadeza comigo”, reagia o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), lembrando que no rol de uma CPI ampla entraria o caso Lunus, envolvendo a fracassada candidatura de sua filha, Roseana Sarney (PFL-MA), à Presidência da República. A irritação

acabou levando alguns senadores a explicitarem suas diferenças regionais com o PT.

“Um dia depois de nós assumirmos os nossos ministérios, o Zeca do PT (governador) deu entrevista nos jornais locais dizendo que dizimaria o PMDB do mapa do Mato Grosso do Sul”, começou o senador Ramez Tebet (MS). Hélio Costa (MG) lembra os acordos dos petistas com o governador Aécio Neves. “Acho que, hoje, nós não devíamos falar nada. Vamos ficar quietos para nos valorizar, vamos definir depois do PFL”, propôs, acompanhado por Sérgio Cabral (RJ). Também por problemas regionais, o senador Maguito Vilela (GO) sequer foi à reunião. Ele está convencido de que não se tornou líder por veto do governador Marconi Perillo (PSDB), que também negocia acordos com o PT.

“Olhem aqui: a nossa força é nos mantermos unidos”, insistiu Renan. Na argumentação do senador alagoano, era numa hora como aquela, em que o governo mais precisava, que o PMDB poderia mostrar sua força e a importância do seu apoio. “Vamos resolver nossos problemas regionais depois. Enquanto durar essa crise, eu não discuto pendências regionais nem cargos. Agora, vamos mostrar que somos importantes”. Assim, Calheiros propôs que o PMDB deixasse a reunião com um discurso duro de condenação das duas propostas: a CPI restrita do caso Waldir e a CPI mais ampla, proposta em tom de blefe pelo PT. Ao final, porém, combinou um discurso que deixa uma brecha: o PMDB não é contra a CPI, o PMDB espera. “Por enquanto, não há fato que justifique. Se houver alguma coisa nova, vamos ver”. A posição

peemedebista, porém, não é fechada. O senador Mão Santa (PI) já assinou a CPI. E, na reunião, Pedro Simon (RS) disse também que assinaria.

Dividido, o PFL funcionava de fato como fiel da balança, como se previa na segunda. Sarney e Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) pressionavam para que o partido colaborasse com o governo. Conseguiram suspender pela manhã uma reunião da Executiva que poderia levar o partido a uma posição fechada sobre a investigação. Mas não conseguiram evitar que a bancada ficasse liberada para fazer o que quisesse. Assim, logo assinaram a CPI senadores como José Jorge (PE), Demóstenes Torres (GO), e o próprio presidente do partido, Jorge Bornhausen (SC).

O PSDB foi atiçado pela provocação petista. Senadores que não eram entusiastas da CPI a assinaram, diante do desafio da apuração mais ampla. Casos de Tasso Jereissati (CE) e Sérgio Guerra (PE). À noite, o senador Antero Paes de Barros (MT), autor do requerimento da CPI, buscava esconder o número de assinaturas que já havia recolhido. Estimava-se que eram, no mínimo, 19 e, no máximo, 22. Para que possa ser instalada uma CPI no Senado é necessário o apoio de 27 senadores.

Na Câmara, a possibilidade de uma CPI é mais remota. Ali, a base governista, graças ao tamanho da própria bancada do PT, tem mais votos. Mesmo assim, o deputado Onix Lorenzoni começou a recolher assinaturas ontem. O governo conseguiu apoios importantes: o PP e o PPS fecharam questão contra a CPI. A expectativa do governo é que a CPI na Câmara conseguirá no máximo a adesão de 120 deputados. Para que seja instalada, é necessário um mínimo de 171 assinaturas.

Suplicy insiste em ouvir Dirceu

RUDOLFO LAGO
DA EQUIPE DO CORREIO

Ao final do almoço em homenagem ao presidente do Líbano, Émile Lahoud, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) aproximou-se do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Enquanto Lula tomava café, Suplicy abordou-o.

"Lula, presidente, nós estamos vivendo um momento da maior gravidade", começou Suplicy. Lula concordou. "Eu me lembro de outros momentos graves que nós vivemos juntos. E me lembro de que nesses momentos você sempre dizia que, nessas horas, não basta a gente matar a cobra e mostrar a pau: a gente tem de matar a cobra e

LULA, PRESIDENTE, NÓS ESTAMOS VIVENDO UM MOMENTO DA MAIOR GRAVIDADE

Senador Eduardo Suplicy, ao conversar ontem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante uma solenidade

mostrar a cobra morta".

Lula encarou-o. Suplicy continuou. "Quer dizer, não pode restar dúvida alguma sobre nada. Por isso é que eu propus que o José Dirceu fosse ao Se-

nado para explicar tudo. Para não deixar pergunta sem resposta. Para esclarecer tudo. Se pairaram dúvidas sobre ele, ninguém melhor do que ele para esclarecer. Eu tenho certeza de

que ele não tem nada a temer, ele vai lá e dá um banho. O que nós não podemos é deixar pontas obscuras que possam ser exploradas depois".

Segundo Suplicy, o presidente não respondeu se concordava ou não com seu ponto de vista. "Eu vou falar com o Zé Dirceu", respondeu a Suplicy. "Vou ver o que ele acha. Mas a decisão sobre isso tem de ser dele".

Na segunda-feira, Suplicy já havia proposto como saída que Dirceu fosse à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado e se colocasse à disposição para esclarecer todos os pontos da sua relação com Waldomiro Diniz. Mas a bancada do PT rejeitou a proposta.

ANÁLISE DA NOTÍCIA

Um governo perplexo

EUMANO SILVA
DA EQUIPE DO CORREIO

O Palácio do Planalto balança sob o impacto do Caso Waldomiro. A denúncia de cobrança de propina contra o auxiliar do ministro José Dirceu deixou a cúpula do governo perplexa. O impacto das imagens da negociação divulgadas na televisão provocaram insegurança na equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação ao resultado das investigações. Ninguém sabe onde isso tudo vai parar.

Abatido, Lula passou a alguns interlocutores a impressão de que não vai medir consequências na apuração do escândalo. Nem que isso signifique o sacrifício de José Dirceu. O presidente insiste em dizer que em nenhum hipótese vai transigir com a ética, um valor tão caro para o crescimento do PT. Doa a quem doer.

José Dirceu acumulou um sólido patrimônio de credibilidade em mais de duas décadas de existência do PT. Esteve à frente das principais lutas travadas pelo partido contra

a corrupção no Brasil. Teve especial importância durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que levou ao impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, com valiosa contribuição do assassino Waldomiro Diniz.

Os companheiros não conseguem entender como um político da experiência de Dirceu, justamente ele — tão esperto e poderoso — deixou-se acompanhar por tanto tempo por um sujeito capaz de fazer o que Waldomiro fez. Mais que isso, patrocinou sucessivas indicações do amigo para diferentes cargos públicos.

O presidente se mostra muito chateado com a situação criada pelo mais poderoso auxiliar, mesmo que involuntariamente. Logo Dirceu, o homem escalado para cobrar eficiência e moralidade da equipe, tinha na sala ao lado um auxiliar envolvido em negociações com empresários acusados de envolvimento com o jogo do bicho.

Há muita dúvida no governo sobre a eficácia da estratégia

de impedir a instalação de uma CPI para o Caso Waldomiro. Sem conhecimento da profundidade real do escândalo, fica difícil avaliar em que circunstâncias o Palácio se desgasta mais. Não investigar fatos tão graves deixa a imagem de que o governo tem muito a esconder. Permitir a criação da comissão significa dar palanque para a oposição.

Os primeiros movimentos depois da divulgação das fitas comprometedoras demonstraram despreparo dos integrantes do governo Lula na administração das grandes crises. O presidente do PT, José Genoino, por exemplo, declarou que Waldomiro nunca foi filiado ao partido, como se isso fizesse alguma diferença.

Argumentos assim não tinham qualquer validade quando os aguerridos deputados petistas atacavam os governos anteriores. Não há qualquer razão para serem levados em conta agora. Da mesma forma que o presidente Lula, os outros brasileiros também só estarão satisfeitos depois que

os culpados pelo escândalo forem identificados e punidos.

Expulsa do PT por votar contra as reformas propostas pelo governo, a senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) não perdeu tempo. Com os pedidos de comissão parlamentar de inquérito em mãos, ela conclamou todos a assinarem duas CPIs. "Estou aqui com dois requerimentos: uma para a CPI da narcopolítica (caso Waldomiro) e outra das campanhas. Cadê o povo para assinar? Vamos acabar com essa pouca vergonha", comentou ela, repetindo uma frase popular no interior alagoano. "Quem é pôdre, que se quebre. Não se pode continuar com essa forma desavergonhada e cínica de tratar desse assunto", comentou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, dia 03 de março de 2004, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA
Às 15:30 horas

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 141, DE 2003
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 141, de 2003, que *dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.*

Relator revisor: Senador Eduardo Siqueira Campos

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 142, DE 2003
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 142, de 2003, que *dispõe sobre os créditos do Banco Central do Brasil contra instituição financeira credenciada a operar no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos – CCR, e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Ney Suassuna

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 144, de 2003)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 144, de 2003, que *dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de*

dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Delcídio Amaral

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 145, de 2003)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 145, de 2003, que *autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Rodolfo Tourinho

5

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 68, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 68, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.810, de 2003, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que *autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de cem milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Reabilitação da Área Central do Município de São Paulo – Procentro.*

Parecer favorável, sob nº 1.952, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1.582, de 2003).

6

REQUERIMENTO Nº 140, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 140, de 2004, do Senador Osmar Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial

de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação.

7

REQUERIMENTO N° 1.139, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.139, de 2003, do Senador Jorge Bornhausen, solicitando ao Ministro da Fazenda informações a respeito dos processos instaurados pelo Banco Central do Brasil sobre o Banco do Estado de Santa Catarina S/A – BESC e seus ex-administradores.

Parecer favorável, sob nº 1.825, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 104, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2002 (nº 5.226/2001, na Casa de origem), que altera o art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (dispõe sobre a Carteira Nacional de Habilitação).

Parecer sob nº 1.811, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 854, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 854, de 2003 (nº 44/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da *Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos, adotada em 10 de setembro de 1998, na cidade de Roterdã*.

Parecer favorável, sob nº 95, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 892, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2003 (nº 612/2003, na Câma-

ra dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Brasiléia e Cobija, assinado em Brasília, em 28 de abril de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 13, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Sibá Machado.

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 893, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 893, de 2003 (nº 817/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36, firmado entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul e o Governo da República da Bolívia, concluído em Montevidéu, em 19 de junho de 2001*.

Parecer favorável, sob nº 14, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres.

12

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 57, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 57, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos Municípios a instituições financeiras e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.930 e 1.931, de 2003, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável, com as Emendas nºs 3 e 4-CAE, que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 53 minutos.)

**ATA DA 17ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
EM 10 DE FEVEREIRO DE 2004**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 017, de 11 de fevereiro de 2004)

RETIFICAÇÕES

1) À página nº 03624, 2ª coluna, faltou o despacho referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2004 (Nº 2.621/2002, na Câmara dos Deputados),

“(À Comissão de Educação - decisão terminativa.)”

2) À página nº 03690, faltou o despacho referente ao Projeto Decreto Legislativo nº 231, de 2004 (Nº 34/2003, na Câmara dos Deputados),

“(À Comissão de Educação - decisão terminativa.)”

3) À página 03691, 1ª coluna, referente ao Parecer nº 118, de 2004,

Onde se lê:

“PARECER Nº 118, DE 2004

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 110, de 1988, que dispõe sobre o Depósito Legal de publica ações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências.”

Leia-se:

“PARECER Nº 118, DE 2004

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 110, de 1988, de autoria do Senador **Jarbas Passarinho**, que dispõe sobre o Depósito Legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências.”

4) À página 03727, 2ª coluna, referente ao Requerimento nº 133, de 2004,

Onde se lê:

“REQUERIMENTO nº 133, de 2004,

Requer informações ao Ministro da Fazenda, acerca de denúncia de cancelamento de dívida fiscal de empresa privada, no valor de R\$ 16,4 milhões.”

Leia-se:

“REQUERIMENTO nº 133, de 2004,

Requer informações ao Ministro da Fazenda, acerca de denúncia de cancelamento de dívida fiscal de empresa privada, no valor de R\$ 46,4 milhões.”

**ATA DA 19^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
EM 12 DE FEVEREIRO DE 2004**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 019, de 13 de fevereiro de 2004)

RETIFICAÇÕES

1) À página nº 03960, 1^a coluna, referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2004,

Onde se lê:

“(Nº 2.804/2003, na Câmara dos Deputados)”

Leia-se:

“(Nº 2.840/2003, na Câmara dos Deputados)”

2) À página nº 03968, faltou o despacho referente ao Projeto Decreto Legislativo nº 237, de 2004,

“(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)”

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 20 de 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o artigo 320, da Resolução nº 9, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, **RESOLVE**:

1 – Instituir Comissão Técnica Especial com a finalidade de propor sugestões para o aperfeiçoamento, otimização e modernização do Sistema de Votação Eletrônica do Senado Federal – SVE;

2 – Designar para compor a referida Comissão, os servidores **MÁRIO SÉRGIO PEREIRA MARTINS**, matrícula 0423, **CRISTÓVÃO AUGUSTO SOARES DE ARAÚJO COSTA**, matrícula 0225, **JOÃO JORGE SQUEFF**, matrícula 0549, **FRANCISCO JOSÉ FIUZA LIMA**, matrícula 0452, **BERNARDO BRENICCI**, matrícula 0553, **EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO**, matrícula 1859, **JOSÉ ROBERTO LEITE MATOS**, matrícula 4639, **SIDNEI JOSÉ KRONEMBERGER**, matrícula 1457, **MARLISE MAIA CARRARO**, matrícula 5538 e **JOSÉ FERNANDES MATOS DA COSTA**, matrícula 039.

3 – Designar o servidor **MÁRIO SÉRGIO PEREIRA MARTINS** para presidir os trabalhos e o servidor **FRANCISCO JOSÉ FIUZA LIMA**, para substituí-lo em eventuais afastamentos e impedimentos.

4 – Fixar o prazo de 120 (cento e vinte) dias para conclusão dos trabalhos, a partir da data da publicação deste Ato.

Senado Federal, em 12 de fevereiro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 038 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a nova redação dada pela Resolução nº 09, de 1997,

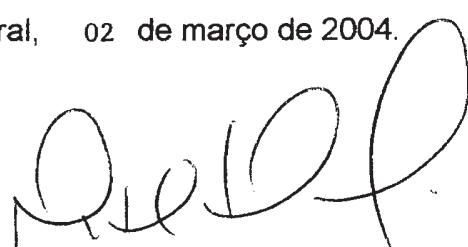
RESOLVE:

Art. 1º - Designar para integrar a Comissão instituída pela Portaria nº 23 de 2004 os servidores ROSILMAR DE OLIVEIRA, matrícula 120, FÁBIO ALEXANDRE FERREIRA, matrícula 516, FÁBIO MONTEIRO SOBRAL, matrícula 515 e ARLINDO ARINOS PORTO, matrícula 469 em substituição aos servidores MARCELO ANDRADE DE JESUS, matrícula 532, MARCOS FEITOSA ROCHA, matrícula 266, JOÃO ROBERTO DA CUNHA, matrícula 567 e FERNANDO TEIXEIRA ALVES, matrícula 522, todos do quadro do PRODASEN.

Art. 2 - Designar a servidora DENIZE LOPES MENEZES, matrícula 526 do quadro do PRODASEN, para secretariar os trabalhos da referida comissão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2004 com prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 02 de março de 2004.



Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 039 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 9, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

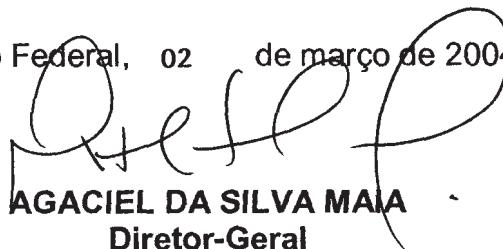
RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores Noraldino Ribeiro de Castro Filho, matrícula nº 4291; Alexandre Bento Hilgenberg, matrícula nº 5304; André Luiz Santiago de Medeiros, matrícula nº 4985; Andréa de Castro Souza Rego, matrícula nº 4284; Carlos Alberto Tavares de Souza, matrícula nº 1821; Claudia Pacheco de Oliveira, matrícula 3189; Edvaldo Dias da Silva, matrícula nº 4933; João Luiz de Moura Araújo, matrícula 5302; Jussanan Portela dos Santos, matrícula nº 5062; Maria Luiza Quintanilha R. L. Fernandez, matrícula nº 2664; Munir Abou Said, matrícula nº 5267, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão do Tour dos Finais de Semana.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de janeiro de 2004 a 31 de março de 2004.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 02 de março de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

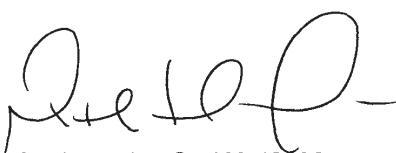
PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº. 040 , de 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares, e de acordo com o disposto no art. 320 da Resolução nº 9, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Prorrogar por 120 (cento e vinte) dias os trabalhos da Comissão Técnica Especial, instituída pelo Ato nº 115, de 17/10/2001, do Diretor-Executivo da Secretaria Especial de Informática – Prodases, com vistas a concluir a implantação do novo sistema de Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento do Senado Federal.

Senado Federal, em 2 de março de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 301 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, de acordo com a Resolução nº 42, de 1993,

R E S O L V E

Nomear **JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA**, para o cargo de Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área de Saúde, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de junho de 2002.

Senado Federal, em 2 de março de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

		BAHIA		
PFL	Rodolpho Tourinho		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Antonio Carlos Magalhães		PMDB	Mão Santa
PFL	César Borges		PTB	RIO GRANDE DO NORTE
		RIO DE JANEIRO	PMDB	Fernando Bezerra
PT	Roberto Saturnino		PFL	Garibaldi Alves Filho
PL	Marcelo Crivella		PFL	José Agripino
PMDB	Sérgio Cabral		PFL	SANTA CATARINA
		MARANHÃO	PT	Jorge Bornhausen
PMDB	João Alberto Souza		PSDB	Ideli Salvatti
PFL	Edison Lobão			Leonel Pavan
PFL	Roseana Sarney			ALAGOAS
		PARÁ		Heloísa Helena
PMDB	Luiz Otávio		PMDB	Renan Calheiros
PT	Ana Júlia Carepa		PSDB	Teotônio Vilela Filho
PTB	Duciomar Costa		PFL	SERGIPE
		PERNAMBUCO	PDT	Maria do Carmo Alves
PFL	José Jorge		PSB	Almeida Lima
PFL	Marco Maciel			Antonio Carlos Valadares
PSDB	Sérgio Guerra		PMDB	AMAZONAS
		SÃO PAULO	PSDB	Gilberto Mestrinho
PT	Eduardo Suplicy		PDT	Arthur Virgílio
PT	Aloizio Mercadante			Jefferson Peres
PFL	Romeu Tuma		PSDB	PARANÁ
		MINAS GERAIS	PT	Alvaro Dias
PL	Aelton Freitas		PDT	Flávio Arns
PSDB	Eduardo Azeredo			Osmar Dias
PMDB	Hélio Costa		PT	ACRE
		GOIÁS	PSB	Tião Viana
PMDB	Maguito Vilela		PT	Geraldo Mesquita Júnior
PFL	Demóstenes Torres		PDT	Sibá Machado
PSDB	Lúcia Vânia			MATO GROSSO DO SUL
		MATO GROSSO	PDT	Juvêncio da Fonseca
PSDB	Antero Paes de Barros		PMDB	Delcídio Amaral
PFL	Jonas Pinheiro			Ramez Tebet
PT	Serys Slhessarenko		PMDB	DISTRITO FEDERAL
		RIO GRANDE DO SUL	PT	Valmir Amaral
PMDB	Pedro Simon		PFL	Cristovam Buarque
PT	Paulo Paim			Paulo Octávio
PTB	Sérgio Zambiasi		PSDB	TOCANTINS
		CEARÁ	PFL	Eduardo Siqueira Campos
PSDB	Reginaldo Duarte		PFL	João Ribeiro
PPS	Patrícia Saboya Gomes			Leomar Quintanilha
PSDB	Tasso Jereissati		PMDB	AMAPÁ
		PARAÍBA	PSB	José Sarney
PMDB	Ney Suassuna		PMDB	João Capiberibe
PFL	Efraim Morais			Papaléo Paes
PMDB	José Maranhão		PMDB	RONDÔNIA
		ESPÍRITO SANTO	PT	- Paulo Elifas
PPS	João Batista Motta		PMDB	- Fátima Cleide
PMDB	Gerson Camata			- Valdir Raupp
PL	Magno Malta		PPS	RORAIMA
		PIAUÍ	PDT	- Mozarildo Cavalcanti
PMDB	Alberto Silva		PMDB	- Augusto Botelho
				- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Moraes
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
 Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
 Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Shhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Morais	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Moraes (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Moraes	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
 Telefone 3111856 Fax: 3114646
 E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilhou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1º Eleição Geral: 19.04.1995
2º Eleição Geral: 30.06.1999

3º Eleição Geral: 27.06.2001
4º Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹²
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	DA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
Heloisa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁶	DF	2283	3. Eduardo Suplicy ¹³	SP	3213
PSDB					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB, PFL, PPL					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar nº 20/93					
Senador Roemeu Tuma (PFL/SP)					
2051					

(atualizada em 29.01.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1^ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador Ceraldo Mesquita Júnior (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador Juvêncio da Fonseca foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador Flávio Arns (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador Eurípedes Camargo (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilhou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador Reinaldo Santana (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9^ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador Juvêncio da Fonseca, que renunciou ao cargo em 25.04.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5256

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ²	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastou-se do exercício do mandato em 18.11.2003, para tratar de interesses particulares, por 125 dias - RQS 1.168/2003 (DSF de 19.11.2003, página 37785)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1^a Designação: 16.11.1995

2^a Designação: 30.06.1999

3^a Designação: 27.06.2001

4^a Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001

2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhylino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 07.11.2003

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO) ³	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIOPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em dezembro de 2003

Notas:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vaga ocupada, até 04.08.2003, por **CARLOS ROBERTO BERLINCK**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

³ Vaga ocupada, até 23.12.2003, por **PAULO CABRAL DE ARAÚJO**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: (61) 311-4561

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÉ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) ⁽²⁾	
IDELEI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O Bloco de Apoio ao Governo foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPLICY¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador TIÃO VIANA (PT ² - AC) ⁴
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT ² - SP)

Atualizado em 04.02.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁴ Maioria definida pela Mesa em sua 10ª reunião, realizada em 06.11.2003 (Ata publicada no DSF de 12.11.2003, pg. 36262) e comunicada na Sessão do SF de 07.11.2003 (DSF de 8.11.2003, pgs.35936/35937).

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

Ug 020055

Gestão 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 4201-3 conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-X
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinatura dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3772 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômico-Financeira/Controle de Assinaturas, com Mourão ou Solange Neto/Waldir



EDIÇÃO DE HOJE: 118 PÁGINAS